



Extensão Rural

ISSN Impresso: 1415-7802

ISSN Online: 2318-1796

DEAER – CCR

v.24, n.2, abr./jun. 2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Reitor: Paulo Afonso Burmann

Diretor do Centro de Ciências Rurais: Irineu Zanella

Chefe do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural: Marco Antônio Verardi Fialho

Editores: Fabiano Nunes Vaz e Ezequiel Redin

Comitê Editorial

Editor: Fabiano Nunes Vaz

Coeditor: Ezequiel Redin

Editor da Área Economia e Administração Rural: Alessandro PorporattiArbage

Editor da Área Desenvolvimento Rural: Marcos Botton Piccin

Editor da Área Sustentabilidade no Espaço Rural: José Geraldo Wizniewsky

Editor da Área Sociologia e Antropologia Rural: José Marcos Froehlich

Editor da Área Extensão e Comunicação Rural: Clayton Hillig

Bolsista: Caroline Morsch

Impressão / Acabamento: Imprensa Universitária / **Tiragem:**130 exemplares

Extensão rural. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Rurais. Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural. – Vol. 1, n. 1 (jan./jun.1993) – Santa Maria, RS: UFSM, 1993 -

Trimestral

Vol.24, n.2 (abr./jun.2017)

Revista anual até 2007, semestral a partir de 2008, quadrimestral a partir de 2013 e trimestral a partir de 2014.

Resumo em português e inglês

ISSN 1415-7802

1. Administração rural: 2. Desenvolvimento rural: 3. Economia rural: 4. Extensão rural.

CDU: 63

Ficha catalográfica elaborada por

Claudia Carmem Baggio – CRB 10/1830

Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Rurais/UFSM

Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade dos autores. Qualquer reprodução é permitida, desde que citada a fonte.

APRESENTAÇÃO

O periódico Extensão Rural é uma publicação científica desde 1993, **periodicidade trimestral**, do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural (DEAER) do Centro de Ciências Rurais (CCR) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) destinada à publicação de trabalhos inéditos, na forma de artigos científicos e revisões bibliográficas, relacionados às **áreas**: i) Desenvolvimento Rural, ii) Economia e Administração Rural, iii) Sociologia e Antropologia Rural, iv) Extensão e Comunicação Rural, v) Sustentabilidade no Espaço Rural. Tem como público alvo pesquisadores, acadêmicos e agentes de extensão rural, bem como realizar a difusão dos seus trabalhos à sociedade.

INDEXADORES INTERNACIONAIS

AGRIS (Internacional Information System for The Agricultural Sciences and Tecnology) da FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations)
DIRETÓRIO LUSO-BRASILEIRO (Repositórios e Revistas de Acesso Aberto)
E-REVIST@S (Plataforma Open Access de Revistas Científicas Electrónicas Españolas y Latinoamericanas)
EZB Nutzeranfragen (Electronic Journals Library/ElektronischeZeitschriftenbibliothek)
GOOGLE SCHOLAR
JOURNALS FOR FREE
LATINDEX (Sistema regional de información en línea para revistas científicas de América Latina, El Caribe, España y Portugal)
OAJI (Open Academic Journals Index)
PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES/MEC
PORTAL SEER (Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas)
REDE CARINIANA (Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital)
ROAD (Directory of Open Access scholarly Resources)

INDEXADORES NACIONAIS

AGROBASE (Base de Dados da Agricultura Brasileira)
DIADORIM (Diretório de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras)
PORTAL LIVRE! (Portal do conhecimento nuclear)
SABIIA (Sistema Aberto e Integrado de Informação em Agricultura)
SUMÁRIOS.ORG (Sumários de Revistas Brasileiras)

Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural
Campus Universitário – Prédio 44
Santa Maria- RS - Brasil
CEP: 97.105-900
Telefones: (55) 3220 9404 / 8165 – Fax: (55) 3220 8694
E-mail: atendimento.extensao.rural@gmail.com
Web-sites:
<http://periodicos.ufsm.br/>
<http://periodicos.ufsm.br/extensaorural/>
<http://www.facebook.com/extensao.rural>
<https://www.facebook.com/extensaoruralsantamaria/>

SUMÁRIO

CONDIÇÕES SÓCIO ESTRUTURAIS DA PRODUÇÃO RURAL NO BRASIL Fernando Cardoso Pedrão	7
CRÉDITO JUVENIL: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA JUVENTUDE RURAL MODERNA Joel Orlando Bevilaqua Marin	22
A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO SERTÃO CENTRAL DE PERNAMBUCO: 1984 – 2015 Cristiana Rodrigues Carvalho, Maria Aparecida Tenório Salvador Costa	37
ESTUDO COMPARATIVO DAS DIRETRIZES DOS CÓDIGOS FLORESTAIS DE 1965 E 2012 Carla Talita Pertille, Charles Costa Coelho, Dionatan Gerber, Álvaro Boson de Castro Faria, Eleandro José Brun	55
O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE SUINOCULTURAS NA REGIÃO DO ALTO SÃO FRANCISCO, MINAS GERAIS Helena Botelho de Andrade, Luiz Otávio Moras Filho, Luís Antônio Coimbra Borges	72
VIABILIDADE ECONÔMICA DA PRODUÇÃO FAMILIAR DE ALIMENTOS PARA OS MERCADOS INSTITUCIONAIS DE ALEGRE-ES Caio César Soares Biancardi, Rafael Rodrigues, Haloysio Mechelli de Siqueira, Joana Junqueira Carneiro, Maria Aparecida Fernandes	85
OS LIMITES DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR EM PROMOVER ORGANIZAÇÃO SOCIAL: O CASO DO ASSENTAMENTO 23 DE MAIO André de Camargo Macedo, Bruna Carolina Meira, Edmilson Carlos de Almeida, Lopes Junior, João Paulo Agápto, Ricardo Serra Borsatto	102
NORMAS PARA SUBMISSÃO DE TRABALHOS	118

SUMMARY

STRUCTURAL CONDITIONS OF RURAL PRODUCTION IN BRAZIL Fernando Cardoso Pedrão	7
YOUTH CREDIT: SOCIAL CONSTRUCTION OF MODERN RURAL YOUTH Joel Orlando Bevilaqua Marin	22
THE TRAJECTORY OF THE RURAL WORKERS WOMEN'S MOVEMENT OF THE HINTERLAND OF CENTRAL PERNAMBUCO: 1984-2015 Cristiana Rodrigues Carvalho, Maria Aparecida Tenório Salvador Costa	37
COMPARATIVE STUDY OF THE GUIDELINES OF FORESTRY CODES 1965 AND 2012 Carla Talita Pertille, Charles Costa Coelho, Dionatan Gerber, Álvaro Boson de Castro Faria, Eleandro José Brun	55
ENVIRONMENTAL LICENSING OF SWINE PRODUCTION IN IN ALTO SÃO FRANCISCO REGION, MINAS GERAIS STATE Helena Botelho de Andrade, Luiz Otávio Moras Filho, Luís Antônio Coimbra Borges	72
ECONOMIC VIABILITY OF FOOD FAMILY PRODUCTION FOR THE INSTITUTIONAL MARKETS OF ALEGRE, ESPÍRITO SANTO STATE, BRAZIL Caio César Soares Biancardi, Rafael Rodrigues, Haloysio Mechelli de Siqueira, Joana Junqueira Carneiro, Maria Aparecida Fernandes	85
THE LIMITS OF PUBLIC POLICIES FOR FAMILY FARMING IN PROMOTING SOCIAL ORGANIZATION: THE CASE OF THE SETTLEMENT 23 DE MAIO André de Camargo Macedo, Bruna Carolina Meira, Edmilson Carlos de Almeida, Lopes Junior, João Paulo Agápto, Ricardo Serra Borsatto	102
STANDARDS FOR PAPER SUBMISSION	118

CONDIÇÕES SÓCIO ESTRUTURAIS DA PRODUÇÃO RURAL NO BRASIL

Fernando Cardoso Pedrão¹

RESUMO

As condições históricas concretas da produção rural mudam junto com as modificações do sistema capitalista de produção, em novos modos de articulação com o sistema financeiro e os sistemas de comercialização. No Brasil a produção rural desenvolveu-se sobre formas tradicionais de dominação. O avanço de grandes capitais significou valorização do capital e desvalorização do trabalho. Torna-se necessário atualizar a análise da produção rural para entender seu papel na nova reprimarização da economia nacional.

Palavras-chave: articulação comercial, produção rural, retrocesso estrutural.

STRUCTURAL CONDITIONS OF RURAL PRODUCTION IN BRAZIL

ABSTRACT

Historical conditions of rural production change along with the capitalistic system as a whole, with financial and commerce conditions. In Brazil, rural production evolved from extreme exploitation of slavery and traditional forms of domination in general. The expansion of big capital in rural environment meant valuation of capital and devaluation of work. It's imperative now to renew the analysis of rural production to understand its role in the ongoing coming back to primary economy.

Keywords: commercial linking, rural production, structural backwardness.

1. PRELIMINARES

Na economia mundializada de hoje, a produção rural tem um papel diferente do que teve durante a segunda revolução industrial, que no Brasil se estendeu até a década de 1980. Ao contrário da visão industrialista prevaiente no pós guerra, não há desenvolvimento sem desenvolvimento rural e não há agricultura satisfatória sem soluções sensíveis dos problemas agrários. A visão industrialista do desenvolvimento foi uma simplificação que desconheceu os fundamentos rurais da indústria e da urbanização, que aumentaram a demanda mundial de produtos rurais (ABRAMOVAY, 1998). Essa mudança aconteceu com diferentes formas e intensidades desde a China à Suíça, surgindo novas

¹Graduado em Economia (UFBA). Doutorado em Economia (UFBA). Livre Docência (UFBA). Diretor acadêmico do Instituto Brasileiro de Políticas Sociais e Econômicas. E-mail: fernandopedrao@gmail.com.

especializações e novos requisitos de qualidade. Por exemplo, os Estados Unidos e o Canadá surgem como produtores de queijos copiados dos franceses, a Argentina e o Uruguai passaram a produzir vinhos de qualidade, amplia-se o espaço da pequena produção europeia de alto nível. Resultados ligados a qualificação do trabalho e organização comercial.

No Brasil a produção rural atravessa um período de transformação estrutural, forçado por sua inserção no mercado mundial e por pressões internas de valorização do capital e desvalorização do trabalho. Um modo de capitalismo centralizador e mais violento que em outras partes do continente. Combina movimentos de expansão de investimentos de grande capital com bloqueio e estagnação da pequena produção, destituída de apoio público real, constrangida por sistemas de comercialização de grande capital, por supermercados e redes internacionais de cerealistas. Desde a década de 1970 incorporaram-se mais de 200 milhões de hectares à superfície dos estabelecimentos agropecuários, um dado que encobre a expansão de grandes propriedades absenteeistas. Aumentou a proporção de terras novas por oposição aos sistemas tradicionais, desvalorizando terras dos sistemas anteriores, desempregando as populações de caboclos, mestiços e negros, os caipiras e tabaréus. Abriram-se condições de fronteira agrícola para grandes capitais absenteeistas, que deram lugar a migração de capitais das diversas regiões do país para o oeste, tanto do Sudeste como do Nordeste. Altera-se a composição de usos de capital e trabalho na produção rural e relega-se a segundo plano a qualificação do trabalho junto com a extinção de emprego regular.

Sob os efeitos de rápida e extensa monoculturização, e de expansão da produção da pecuária, o componente rural da produção tornou-se estratégico como gerador de exportações e ofertante de matérias primas para a urbanização. Ao lado da oferta de alimentos, conta-se a de materiais de construção, madeira e materiais de cerâmica. Os rumos da formação de capital e da geração de emprego na produção rural passaram a ser determinados por fatores externos ao setor, como a demanda internacional e a demanda interna de matérias primas. Mas o aumento da formação de capital no setor correspondeu a vertiginosa queda do emprego junto com a mecanização, com formas precárias de ocupação, resultando em migração para as cidades, favelização de pequenas cidades e povoados. Generaliza-se a violência no meio rural com um crime modernizado que modifica o padrão territorial do povoamento (AMIN, 1977).

O novo crescimento da produção rural afirma-se como principal traço da reprimarização da economia brasileira, na qual o sistema em seu conjunto depende de exportações primárias na produção rural e na mineração². Esse aumento da importância da produção rural tem efeitos políticos, econômicos e sociais, fortalecendo o poder político dos capitais do setor e induzindo uma queda brusca do efeito emprego dos investimentos. Delineia-se uma contradição entre o papel estratégico da produção rural e o modo como ela é tratada na política econômica nacional, em que ela é representada pelos interesses dos ruralistas. Dadas as diferenças entre os interesses de empresas e produtores, impõe-se rever o relativo à

²Um estudo colateral terá que ser feito sobre a produção mineral, hoje basicamente realizada por grandes capitais, onde a maior parte do emprego acontece em garimpos. Desde o período colonial o Brasil foi um exportador de minerais produzidos em forma artesanal, primeiro de minérios preciosos e depois de matérias primas industriais. Desde a Segunda Guerra Mundial o Brasil veio a ser exportador controlado por interesses do bloco saxônico. Observe-se que até hoje grande parte da produção de mármore e granitos é realizada por um mecanismo de grande artesanato. A mineração de materiais industriais, ferro, manganês e outros – agora nióbio e vanádio – é realizada por capitais internacionais com pequena margem de beneficiamento no país.

produção rural em sua atual organicidade e significado social e em sua inserção no mercado internacional e no interno.

2. ANTECEDENTES (IN)VÁLIDOS

As teorias do desenvolvimento surgidas após a Segunda Guerra Mundial, que prevaleceram praticamente até o fim da década de 1980, aceitaram como inquestionáveis dogmas da industrialização pelos quais (a) se trabalha com setores separados uns dos outros, (b) a indústria lidera o progresso técnico do sistema, com diferenciais crescentes de produtividade, (c) a agricultura representa o componente de produção tradicional do sistema; (d) há uma correlação positiva direta entre investimento e emprego, pelo que o efeito multiplicador do sistema se concentra na indústria. Ignorou-se o crescimento dos serviços em geral em que os serviços a empresas tornaram-se a grande mídia a serviço do capital, convertida em controle do consumo, com inquestionável influência no sistema político.

Esse modelo inaugurado por Colin Clark (1949) supõe diferenças insuperáveis na absorção de tecnologia, assim como condições invariantes de financiamento. Esse modelo de análise, macroeconômica de base keynesiana, foi absorvido pelas Nações Unidas e constituiu a base dos estudos de desenvolvimento da América Latina³. É um modelo com graves limitações, que adiante valem críticas aos trabalhos da CEPAL por ignorarem as inter-relações estruturais nos movimentos de substituição das tecnologias principais. Por exemplo, os efeitos sistêmicos da substituição de aviões a hélice por aviões a turbina. Desconhece os progressos tecnológicos da produção rural e do comércio. Ignora os efeitos da expansão do setor improdutivo da economia, acusado por Paul Baran (1959).

A simplificação falaciosa desse modelo permitiu que se tomasse como base a composição setorial da macroeconomia keynesiana, identificando a composição das contas nacionais com a do sistema de produção. Confundiram-se alterações na composição do produto social com transformações concretas dos sistemas produtivos nacionais, que correspondem a condições específicas de participação no mercado mundial. Uma elevação fortuita da produção de cereais por conta de hidrometria não permite explicar diferenças de controle biológico da produção. Paralelamente, elevações da produção industrial promovidas por transferências de algumas empresas não garante continuidade desse movimento nem que essas empresas migrem para terceiras localizações⁴. Assim, também, a uma análise superficial da indústria pode parecer que a indústria nas economias periféricas se desenvolve sobre bases setoriais sem o benefício de relações Inter setoriais⁵. Nesse modelo simplificador deixaram de ser consideradas as inter-relações entre as atividades das indústrias de transformação e as da produção rural, reduzidas ao título simbólico de agricultura. Essa análise simplificadora seria aceita pelas correntes de pensamento derivadas do marginalismo, sejam elas neoclássicas ou keynesianas⁶. Na prática, a teoria econômica mantinha duas falácias que seriam as

³ O principal exemplo é a série de estudos de economias nacionais realizado pela CEPAL nas décadas de 1950 e 1960 com o título geral de Análise e Projeções do Desenvolvimento Econômico, que incluiu trabalhos sobre Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, México, Peru. Esses trabalhos foram a base dos trabalhos de planejamento daquele período. Destacam-se, também, estudos de economia agrícola que tiveram influência em linhas de trabalho da FAO e em universidades chilenas e brasileiras que deslocaram o foco das condições sócio estruturais para as condições sociais do progresso técnico. Sutilmente, olhar a produção rural na perspectiva do capital.

⁴ O caso emblemático da Ford no Brasil.

⁵ Oportuno lembrar o trabalho marco de milha de Hollis Chenery sobre Desenvolvimento econômico e transformações estruturais (1977).

⁶ Ver meu trabalho Refutação ao marginalismo (PEDRÃO, 2014).

de: a) aceitar o paradigma de separação entre setores como algo determinado para o sistema produtivo em seu conjunto e b) de reduzir a produção rural às formas técnicas da agricultura, que de fato não existem desde a revolução industrial.

A falácia se agravou desde o salto da industrialização, que no essencial significou a substituição da produção bélica por uma reorganização da produção para consumo e focalizou na intensificação do uso da capacidade industrial. Foi um movimento liderado pelos Estados Unidos, apoiado pela expansão do capital financeiro que a União Soviética não acompanhou, e funcionou como plataforma para a recuperação da economia japonesa. Nessa nova etapa do capitalismo, que sustentou uma rápida urbanização, a produção rural passava a ter posição estratégica, primeiro para abastecer a população urbana e segundo para prover matérias primas para a industrialização e para a urbanização. Matérias primas para a construção civil e para o crescente setor de embalagens. A produção direta de alimentos mostra limitações para mecanização e monoculturação, fazendo com que os grandes capitais prefiram monoculturas de matérias primas e pecuária a lavouras, com interesse restrito a alimentos de consumo de massa.

O avanço do sistema se deu pela ligação entre comércio e capital financeiro, que impulsionou o mercado de produtos rurais industrializados. Longe da premissa anterior de separação entre setores, são novas composições internacionais de investimentos que dão os rumos do mercado. Desde a década de 1960 as grandes empresas se tornam multipropósitos e multissetoriais atendendo à profecia de Alfred Marshall⁷: No capitalismo há apenas homens de negócios que exploram todos os negócios que podem. Exemplos tais como os mercados de café e de aparelhos celulares condicionam os mercados de vestuário e de alimentos.

Nas leituras simplificadas da economia de mercado – essencialmente de variações em curto prazo da demanda – ela aparece como constituída dos mercados de um grande número de produtos, quando na realidade são redes de mercadorias que estão interligadas por efeitos progressivos e regressivos de interdependência técnica, criados pelos sistemas de comercialização. Os principais cereais passaram a constituir redes de produtos e mesmo produtos tradicionais aparentemente artesanais como o inhame se tornaram matérias primas para agroquímica.

3.TENDÊNCIAS E CONTRADIÇÕES DA QUESTÃO AGRÁRIA

Há uma questão agrária moderna e outra de sempre, que não foi varrida pela modernidade. A de sempre demarca situações de poder e a moderna junta o poder econômico com o político. A questão agrária denomina a liberação da produção rural do domínio do comércio tal como em tempo disseram Chayanov (SILVA; STOLEKE, 1981) e vários outros. Há um verdadeiro abismo entre os progressos tecnológicos do mundo da produção em geral e em especial da produção rural e a pasmeira ideológica que foi promovida pelo grande capital, ao separar o conhecimento científico daquele qualificado por Anthony Giddens (1995) de perito. Essa expressão infeliz foi adotada pelos órgãos internacionais que designam seus especialistas como peritos, isto é, profissionais que aplicam receitas consagradas sem cuidar muito de seus efeitos na vida social. No entanto, e por conta de inúmeros fracassos dessa política de peritos, tornou-se imperativo assumir um olhar avaliativo das contradições dos processos sociais da produção, isto é, aplicar à análise da produção o crivo da avaliação histórica tal como fizeram Samir

⁷ Alfred Marshall, *Industry and trade* (1926).

Amin (1977) e Christian Palloix (1972). O fundamento mais profundo desse problema de análise é a desumanização da economia, que opta pela relação entre capital e técnica em vez da relação entre capital e trabalho.

No mundo inteiro a questão agrária ressurgiu com toda força desde que se tornou evidente que o desmanche da União Soviética deveu-se, em grande parte, a uma política industrialista que não conseguiu superar os danos da segunda guerra mundial na produção de alimentos e que as doutrinas norte-americanas de trocar diesel por trigo revelaram-se tão autênticas como notas de três dólares. A versão chinesa do socialismo, dando prioridade a alimentos, veio ao encontro de dissidências no campo socialista mais ou menos ocidental, que clamavam por revisão dos fundamentos. Nesse sentido se destacam Samir Amin⁸ e os líderes da reforma agrária chilena, desde Jacques Chonchol (2003) aos socialistas do governo Allende. No Brasil a questão agrária surgia dos conflitos de terra que se acumularam desde a Marcha para o Oeste de Vargas e se desenfreadam com a invasão da Amazônia dos cerrados por grandes capitais desde a construção da BR-144 e da estrada Transamazônica. A versão romântica de ocupação dos cerrados por agricultores sulistas despossuídos foi suplantada pela verificação de compras de terras desde aviões e de uma maioria de proprietários ausentes. O mapa das migrações internas – do Nordeste para a Amazônia e do Nordeste e de Minas Gerais para o sudeste – marcavam um problema essencial da identidade brasileira, que o da mobilidade das bases rurais. O discurso da simplificação, que reduziu a questão rural aos interesses dos grandes proprietários.

No atual ambiente contraditório da política econômica brasileira passa despercebido o fato que o fracasso em ofertar alimentos em quantidades e preços acessíveis à maioria, com a correspondente primazia à produção de mercadorias exportáveis, leva o país a uma crise sem precedentes já que esse problema de custo da vida hoje afeta a maioria dos 85% da população que mora nas cidades. A crise da alimentação evidencia a falha da política focalizada em agronegócios de exportação e mostra a necessidade de rever os fundamentos sociais e organizacionais da produção de alimentos. A própria Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (*FAO*, sigla do inglês *Food and Agriculture Organization*), que surgiu como broto de uma filosofia agrária tornou-se porta-voz de uma modernização que trata de relação entre produtores e bancos, mas ignora o papel controlador da comercialização. Seria preciso voltar aos ditames do estudo de José Carlos Mariategui (1928), que coincidiu com a perspectiva asiática do problema (ENGELBORGH, 1981).

É onde entra a alternativa representada pela cooperativização da produção, que aparece como um modo de trabalho coletivo que preserva a independência individual e protege os produtores dos sistemas de comercialização. A longa história das associações rurais, cooperativas, *ejidos*, *kibutz* e outros, é a defesa dos produtores em sua dificuldade de conviver com a expansão do capital no meio rural. No Brasil se enfrenta com uma renovação e mecanização subsidiada da produção, mas é principalmente pelo controle de pequenos compradores. É o que Mariategui (1928) identificou no Peru como os *gamonales* e como funcionaram no Nordeste os compradores de fumo. O conflito agora é que as cooperativas representam uma valorização social dos produtores que confronta com o individualismo da grande propriedade e dos agronegócios, mas que elas precisam se atualizar como e enquanto instrumentos de luta cujo caminho é a qualificação dos produtores e criação de meios de comercialização.

⁸ Samir Amin e Kostas Vergopoulos, *A questão camponesa e o capitalismo* (1977).

Os problemas essenciais da questão agrária são antigos. Hesíodo, contemporâneo de Homero, escreveu *Os trabalhos e os dias*, em que contrasta o trabalho dos produtores com a ganância dos comerciantes. Desde então a maior trava da produção é a comercialização. Desde a ascensão do capital mercantil, os sistemas internacionais de comercialização determinaram a diferença básica entre agricultura como atividade conduzida pelos interesses do capital e produção agrária realizada por produtores. As diferenças entre camponeses e outros pequenos produtores passou a refletir condições de acumulação de experiência, modos de associação e capacidade de comercializar sua própria produção. A rachadura entre uma agricultura conduzida pelo pressuposto da comercialização individualizada e a da disputa com a comercialização conduzida pelos interesses dos produtores.

No capitalismo central, em que se ampliaram as distancias entre grandes e pequenos produtores, esse problema se aprofundou com a separação entre a comercialização das mercadorias de mercado geral e a dos inúmeros produtos que são mercadorias de mercados locais e regionais. Surgem contradições pela seletividade do consumo, quando os grupos de rendas médias e elevadas preferem produtos orgânicos, quando valorizam qualidade de vida antes que nível de consumo. Mas as tendências fundamentais continuam sendo dadas pela composição do consumo de massa controlado pelos sistemas de supermercados. Na atividade de dominação social do capitalismo periférico, os supermercados e os cerealistas desempenham um papel essencial de controle da produção e dos consumidores.

Na reorganização dos mercados mundiais depois da Segunda Guerra, passaram a pesar mais os interesses dos vendedores de equipamentos e de insumos agrícolas que vieram a influir na produção rural por meio de sua associação com os bancos. Da revolução verde ao projeto Aridas e à biotecnologia desenha-se uma trajetória de subordinação da pequena produção ao grande capital de complexos internacionais. Há um lado de tecnologia, promovido pelas grandes universidades, principalmente pelas norte-americanas, e um lado ideológico, conduzido pelos complexos agroindustriais, associado ao alargamento do setor improdutivo na economia, constituído de empresas de publicidade, marketing etc.

Construiu-se a ideologia da industrialização da agricultura representada por complexos agroindustriais, sob a qual há uma falsa disputa entre capital e trabalho, tal como entre pequenos produtores que operam à sombra de grandes empresas e produtores independentes. O fundamento do problema é o controle do mercado por parte d empresas agroindustriais e empresas vendedoras de insumos agrícolas e pelos agronegócios em geral que são a forma contemporânea da expansão do grande capital no meio rural. O conservadorismo tradicional do produtor rural ficou justificado pelo medo do controle dos bancos, tanto pelo endividamento como por orientações para subordinar a produção a sinais manipulados de mercado. Os supermercados passaram a serem determinantes indicativos de que produzir. Plantar matérias primas para a indústria de sucos e para iogurtes sem leite. Os produtores individuais ficaram mais fragilizados que antes com o recuo dos governos, em que o Brasil é exemplo, de retirar apoio aos produtores alegando razões de mercado. Enquanto os países ricos apoiam a agricultura, o Brasil, desde 1986 retirou apoio aos pequenos e médios agricultores.

O movimento geral de concentração do capital que se realiza a partir do bloco hegemônico da economia mundial, aprofunda desigualdades no centro e nas periferias do sistema produtivo e em diferentes níveis na esfera urbana e na rural. Com o estreitamento de opções de investimento tornam-se determinantes três processos interdependentes. Primeiro, que as grandes corporações precisam de oportunidades de aplicação que só podem ser conseguidas por meio de contratos de

governo. Segundo, que o controle de tecnologia divide o mercado entre empresas que produzem tecnologias novas e empresas que compram tecnologias dominadas que já começam a operar como superadas. Terceiro, que o grande capital vê a produção rural como um departamento da produção industrial, sujeito às mesmas regras de redução de emprego e de taxa de salário. O grande capital investe na produção de mercadorias rurais mediante estratégias condicionadas por comercialização internacional.

A noção geral de periferia trazida por Raúl Prebisch (1986) deu lugar a uma teorização inovadora, mas que se tornou inadequada para refletir a variedade de economias periféricas, de grande e de pequeno porte, com maior ou menor aptidão comercial e de desenvolvimento tecnológico. Contrariando todas as teorias sobre periferias, a China tornou-se a segunda economia mundial e lidera em sistemas de comércio, utilizando combinações de soluções, copiando e modificando modelos de outros países em função de metas nacionais próprias⁹.

Os países periféricos como o Brasil são um componente essencial desse comércio mundial, onde, entretanto, ocupam um papel secundário, com certa complementaridade com os mais ricos como nos casos de carne, soja, cítricos. A produção de soja e de carne norte-americana é maior que a brasileira e a produção de carne de porco na China cresceram mais que a dos EUA e do Brasil. As mudanças de renda na China levaram a correspondentes mudanças na dieta dos chineses que passaram a consumir menos macarrão instantâneo e a comer mais proteínas e a substituírem arroz por batatas. As transações internacionais com proteínas encobrem estratégias nacionais de uso de água em que o Brasil funciona como barriga de aluguel para a exportação de água para a China. A produção dessas mercadorias não se confunde com a de alimentos, em que na economia mundial distingue-se o consumo de alimentos como bens salário das massas de trabalhadores do consumo de alimentos de alta qualidade que compõem o consumo das capas superiores de renda. A prioridade à produção de alimentos está alternativamente colocada como um problema de mercado ou como uma diretriz de planejamento.

Claro que as estratégias de produção do grande capital respondem a um aumento exponencial do consumo mundial, mas é de um consumo que cresce em poucos países, em contraponto com estagnação e empobrecimento, com o alargamento do subconsumo, com um componente irracional de desperdício, inclusive em países periféricos avançados como o Brasil. Os dados globais de consumo ocultam grandes diferenças de renda e também o fato que a renda pessoal disponível praticamente não cresce nos países do centro¹⁰. Mas o fundamental desta época é o movimento do grande capital, que gira em torno de algumas tecnologias selecionadas como a biotecnologia, a conservação de alimentos. O

⁹ A tese de Giovanni Arrighi (2008), de que os chineses copiam a economia clássica merece uma análise cuidadosa, desde descobrir as diferenças entre Adam Smith e David Ricardo até extrair leis fundamentais da formação de capital no capitalismo em que o cerne da questão é que o capital vai para onde o mercado se expande. A China controlou a expansão do mercado interno e em favor de sua política de exportação, mas introduziu uma guinada em favor da demanda interna, registrada desde o início da crise do capitalismo evidenciada em 2008. O novo projeto chinês de reativar a rota da seda construindo a maior rede de comércio do mundo vem a ser o maior projeto econômico do século.

¹⁰ A descoberta de que a renda pessoal não cresce nos países do centro, isto é, Europa e países ex-colonialistas inclusive o Japão, é um dos principais sintomas de uma crise estrutural do sistema do capital cujo epicentro é a incerteza de que o sistema conseguirá formar capital suficiente para manter o capital já acumulado, ou que entra em uma contração que seria um freio secular do capital. A polêmica sobre a crise, que já foi tratada por Celso Furtado (1987) e István Mészáros (2004) volta ao picadeiro central quando os Estados Unidos se voltam para uma política protecionista e a economia mundial está condicionada pela aliança entre China e Rússia.

mundo depende mais de bens intermediários como plásticos de alta densidade e cerâmicas de precisão, mas todos esses funcionam para atingir indiretamente os bens finais, onde estão os alimentos transformados e industrializados.

A revolução verde significou articulações entre mecanização e biotecnologia, como sementes híbridas. O capital foi em busca de terras baratas e a monoculturação está atrás da invasão de capitais internacionais no agro brasileiro. Subseqüentes movimentos de modernização da produção rural ficaram subordinados a concentração do capital no controle de sementes e nos indicativos de produção de fruticultura como matéria prima industrial. O capital busca retornos sobre quantidades para o que opera com preços baixos de terra e redução do custo do trabalho. Na prática, terras exploradas sem reposição de nutrientes, mecanização e aproveitando o desemprego crônico do meio rural. As perdas de qualidade dos solos não registradas pelas contas nacionais e aparecem apenas em custos de nutrientes que refletem apenas cálculos de lucros.

A tensão agrária é o negativo dos agronegócios, que são a denominação geral do capital operacional no meio rural, onde finalmente registram-se os conflitos de interesses da esfera do capital. Seguindo uma escala de tecnologias encontram-se agronegócios avançados e inclusive inovadores, que são parte de cadeias de investimento ao lado de uma maioria de agronegócios que depende basicamente de uma elevada taxa de exploração do trabalho, tal como na produção vitivinícola e na de café. O sistema de agronegócios depende de uma ampla e profunda exploração dos trabalhadores indefesos por sua ignorância. Logicamente, a expressão agronegócios encobre uma variedade de situações desde grandes complexos até negócios de escala municipal.

No Brasil o essencial é a não valorização da terra antes que sua desvalorização e é um movimento que aproveita a aliança entre a grande propriedade, representada na esfera política e o capital financeiro, que exerce um poder indireto, porém decisivo, sobre o sistema. O fator terra barata é a base de formas de exploração mecanizadas e de baixo efeito emprego, tal como a produção irrigada de açúcar sem pagamento de água. Esse é o bloco de poder essencialmente nacional que se coloca como interlocutor do capital internacional, administrando espaços de monopólio da economia nacional.

Nestas condições há uma renovação da questão agrária, que surge da combinação da expansão da grande produção mecanizada com as restrições de sobrevivência da pequena produção. O principal problema da sobrevivência da pequena produção é a centralização do capital na comercialização e a correspondente limitação da pequena produção a formas artesanais de comercialização. Os problemas de comercialização somam-se aos do bloqueio tecnológico devido a condições desfavoráveis de qualificação e dificuldade de acesso a financiamento.

Nesse contexto, a cooperativização é a única alternativa que permite combinar qualificação e liberdade de comercialização. Ao valorizar os trabalhadores, as cooperativas surgem como instrumento de progresso social. As cooperativas têm que ser planejadas para operar em condições desfavoráveis de concorrência, por isso com mais competência em suas atividades. O problema fundamental de conscientização dos pequenos produtores deve ser colocado como de sobrevivência em ambientes de mercado que estão controlados pela demanda concentrada dos supermercados e pelos sistemas locais de atravessadores. Mas é preciso cobrar competência das cooperativas. Elas não podem ser apenas associações de produtores, mas devem ser organizações capazes de operar em mercado e de se contraporem às vantagens acumuladas do lado do capital. O possível papel das cooperativas na produção rural terá hoje que tomar o componente de produção rural

não agrícola – que vai do artesanato ao turismo rural – e que amplia as possibilidades de comercialização criativa. A perspectiva de um desenvolvimento diversificado da produção corresponde a uma concepção de cooperativa cuja essência é o próprio processo de trabalho e não as formas organizacionais. O fundamento desse esforço terá que ser qualificação com motivação ideológica, pelo que focalizar em educação para o trabalho. Observa-se que o aspecto renovação da educação foi e tem sido fundamental em todos os processos sociais, revolucionários e reformistas, que valorizaram o papel das cooperativas no progresso social.

4. CONDIÇÕES HISTÓRICAS DA PRODUÇÃO RURAL NO BRASIL

Com esses antecedentes, torna-se necessário reconhecer o conjunto de condições externas e internas em que opera a produção rural no Brasil. As condições externas estão dadas pela composição da demanda internacional e as condições internas pelo preço do dinheiro e pela demanda local. Impõe-se substituir a análise setorial pela de circuitos de produção que estendem esses movimentos interativos entre as esferas financeira e real e entre a produção dos estabelecimentos agropecuários e a produção industrial propriamente dita. Por exemplo, como situar a produção agroindustrial e a agroquímica. A irrigação mecânica é produção rural ou é uma atividade industrial no meio rural?¹¹ Por extensão, procurar as ligações entre os planos macro e microeconômico em vez de trata-los como separados procurando um tratamento realista do tema.

Desde já, há uma diferença entre a maximização de lucros em monoculturas e a economia de estabelecimentos sociais, sejam eles de pequeno ou de médio porte, primeiro porque eles são necessariamente poli culturais e segundo, porque as combinações de produção de mercadorias sempre incluem componentes de consumo local. A produção social precisa repor o valor do trabalho, porque precisa manter seu próprio estoque de mão de obra enquanto a produção empresarial desvaloriza o trabalho como parte da valorização do capital, e segue políticas de substituição de trabalhadores por maquinaria.

Como a economia brasileira funciona como economia dependente de grandes mercados consumidores, especialmente da China e da Rússia, isto é, sem autonomia tecnológica, a produção rural empresarial é guiada por mercados internacionais e tem o mercado interno como residual. Essa condição faz com que a produção de alimentos seja secundária para os grandes capitais¹², ou que só seja reconhecida como exportação. Com a organização dos mercados urbanos conduzida pelos sistemas de supermercados, com a classificação dos produtos reduzindo sua diversidade sobre condicionantes de custos em escalas de produção, o mercado se divide entre bens salário de baixo valor por peso e bens de qualidade que atendem aos grupos médios e superiores de renda. Como esse segundo componente é constrangido pelos limites das classes médias, a produção rural de mercadorias responde ao mercado externo e a bens salário do mercado interno. Na prática significa que a produção de bens salário está regulada pela renda dos grupos de baixa renda, que está submetida a desemprego e incerteza.

¹¹ Assim como a análise industrial precisou reconhecer um setor de bens intermediários entre bens de consumo e bens de capital, que hoje inclui toda a petroquímica tornou-se igualmente necessário estabelecer um setor intermediário da produção rural, que inclui a agroindústria e a agroquímica. No Brasil hoje essa providência é indispensável, porque a transformação agroindustrial atinge a maior parte dos produtos de consumo básico começando com a mandioca.

¹² Esse pode ser um argumento que explique porque o Brasil importa feijão do México que tem 45% de território semiárido e da China que só tem 8% de seu território apto para agricultura. Também porque a produção de batatas no Brasil é quase toda de batatas de baixa qualidade.

As especificidades vêm do curso da história em que o modo geral do escravismo se materializou em variedade de formas de vida desde a escravidão absoluta na produção de açúcar a formas menos opressivas na agropecuária e ao componente de extrativismo. Este abriu-se em parte ligado ao consumo e em parte definido pela exportação de madeiras de lei. Observe-se que a extração clandestina em larga escala de madeiras de lei, principalmente por empresas holandesas foi responsável da destruição da mata atlântica no sul da Bahia entre 1950 e 1970. Restos de troncos foram usados para demarcar fazendas de pecuária.

No movimento geral da urbanização a produção extrativa assume novas formas contribuindo com alimentos obtidos de modo primitivo para consumo urbano. É o caso da produção de moluscos, caranguejos e outros, extraídos dos manguezais das baías e incorporados nos sistemas de comercialização¹³.

A produção rural no Brasil tem fundamento no sistema colonial escravista e no escravismo pós-colonial, que deixaram marcas na grande propriedade e na subordinação dos trabalhadores. A grande produção rural instalou-se sobre a premissa de trabalho constrangido, escravo ou servo, e de terras invadidas, que sustentariam a premissa de terra barata¹⁴. Os componentes étnicos – exploração de índios e negros – foram argumentos operacionais utilizados pelo sistema de poder que não encobrem que o essencial é a exploração.

5. PECULIARIDADES DO MODELO BRASILEIRO

A formação da produção rural no Brasil partiu de uma apropriação violenta de terras e pessoas, a partir da subordinação e do massacre de índios e segundo a escravidão. O índio sempre foi mais barato que o negro e foi a verdadeira sustentação de uma produção que pouco modificou de suas formas técnicas iniciais. O princípio básico de uso de trabalho constrangido deu lugar a um autoritarismo incontrolado que encontrou formas sucedâneas da escravidão até os dias de hoje.

Torna-se claro que o atual sistema de produção rural no Brasil é uma aberração histórica, que atende apenas a um pequeno número de interesses e só alcança resultados econômicos nos ramos de maior exploração. Exploraram-se pobres de todo tipo, tal como, hoje se exploram paraguaios, bolivianos e outros. O essencial é o sistema de dominação e não qual o dominado. A escravidão foi uma forma operacional transitória que foi substituída com vantagem pela exploração das populações locais de mestiços sem opção de fontes de renda. O fundamento de dominação é essencial para manter trabalho barato que é à base de terra barata. Assim, a partir de um mercado de terras de baixo preço instala-se um processo de tecnificação que desmonta o emprego rural. São processos que se desenvolvem a partir das grandes propriedades e realizam as opções de ocupação complementar dos trabalhadores incorporados em pequenas e médias propriedades. O anterior emprego rural com povoamento do campo foi substituído por moradia urbana favelizada dos trabalhadores rurais.

Surge novo cruzamento entre a questão agrária e a produção agrícola ou relativa ao fundamento agrário da questão agrícola. Esses deslocamentos entre o quadro social e o técnico acontecem em seguida de processos históricos pelos quais as regiões rurais de baixa renda fornecem força de trabalho para construção civil, comércio varejista, não só das regiões pauperizadas do semiárido, como de

¹³Estudos acadêmicos recentes identificam cerca de 4.000 mulheres "marisqueiras" na periferia de Salvador e indicativos de número equivalente ou superior de pessoas nessa atividade no litoral do Recôncavo.

¹⁴ Projetos de expansão da produção de álcool no Nordeste na década de 1980 se apresentavam arguindo que seriam instalados em lugares onde não havia ninguém, isto é, que a população local era irrelevante.

pequena produção dos estados do Leste e do Sul. Desse modo a força de trabalho disponível para a produção rural é sempre residual, principalmente composta dos que não puderam emigrar.

Será, portanto, necessário reavaliar o papel da produção rural frente às mudanças do mercado de bens de consumo e ao mercado de trabalho nas grandes cidades e nas regiões com grupos de rendas médias e superiores. Ressalta a diferença entre o papel da produção rural na sociedade econômica tradicional pouco urbanizada e o papel que desempenha em uma sociedade com quase 90% urbanizada e com uma proporção de mais de 50% de favelados e com um componente não inferior a 10% de excluídos da sociedade organizada. Assim, e considerando a importância social do componente de consumo local ou da produção artesanal para sobrevivência, é preciso considerar uma dualidade da produção rural, em que essa produção artesanal sustenta o exército de reserva da força de trabalho de produção rural empresarial. O sistema em seu conjunto se desloca levado pelo investimento no componente empresarial que reduz a absorção da força de trabalho gerada no meio rural.

6. FORMAS TÉCNICAS E FORMAS SOCIAIS DE PRODUÇÃO

O fundamento da produção rural é o plano de uso da terra, que pode assumir as formas puras de lavoura e de pecuária, ou de combinações agropecuárias, incluir a produção de madeira. O componente de extrativismo ocupa uma importante posição em grande parte da economia brasileira¹⁵. A produção de madeira pode passar do simples extrativismo à exploração programada de bosques plantados. Em uma perspectiva econômica essas opções podem ser manejadas por cálculos de retorno dos capitais, mas o peso de tradições, limitações culturais e financeiras, essas opções geralmente estão submetidas a uma inércia de decisões que se materializa na rigidez do sistema produtivo para se adaptar ao mercado¹⁶. Tal rigidez é a medida da irracionalidade do sistema.

Com essas referências, a produção rural pode ser decodificada como um conjunto de formas técnicas básicas que se desdobram em variantes, como por exemplo, a pecuária estabulada em diferentes tipos de confinamento de animais. A perspectiva das formas técnicas é classificatória e pode ser útil para o planejamento regional, mas não explica porque algumas formas são escolhidas em vez de outras.

7. A QUESTÃO AGRÁRIA

O desmonte da discussão da questão agrária, ou de sua redução à agricultura decorre da subordinação da questão social à empresarial. As transformações da produção rural correspondem à atualização da questão agrária, em que a perda de capacidade de empregar e a maior mobilidade das pessoas determinam um ambiente social em que as pessoas procuram alternativas de condições de vida nas cidades. É a escala progressiva da favelização em cidades pequenas, médias e grandes e a precarização do emprego rural. Definem-se novas condições da questão agrária que precisa ser revisada.

¹⁵ O papel do extrativismo continuou sendo de componente atrasado da exploração no sistema do capital dependente, em que esses trabalhadores, em sua maioria mulheres, são explorados sustentando o consumo urbano.

¹⁶ O cálculo econômico capitalista empresarial tende a reduzir ou ignorar o peso das tradições e dos argumentos culturais em geral, porém mesmo nos ambientes mais capitalistas há preconceitos e preferências que não se explicam de outro modo, como por exemplo, as preferências por determinadas leguminosas.

A questão agrária é a principal herança da ocupação violenta das terras patrocinada pelo sistema colonial escravista e aperfeiçoada na economia escravista pós-colonial. O latifúndio foi principalmente introvertido, ou quase autárquico e as exportações ficaram por conta de extrativismo e mineração. O modelo primário-exportador capitalista só seria definido adiante pelo café e em menor escala pelo cacau. As exportações de açúcar que tiveram papel central no sistema colonial, só voltariam ao primeiro plano com o grande capital exportador e as grandes usinas desde a década de 1970. A questão agrária se precipita mediante sucessivos movimentos de expulsão de trabalhadores. Expandiu-se o problema da exploração indireta. Essa agora é representada pelo condicionamento de famílias de trabalhadores favelizados por emprego rural incerto e precário.

Descobre-se que no relativo ao campo rural é preciso trabalhar com o conceito de ocupação que é o único que dá conta de atividades estacionais e de ritmos de trabalho determinados pela natureza antes que por jornadas de trabalho análogas às da indústria. O reconhecimento da especificidade do trabalho rural, registrado primeiro por Chayanov (SILVA; STOLEKE, 1981) torna-se o primeiro fundamento de uma análise da produção rural historicamente consistente.

Com a melhoria dos sistemas de transporte terrestres, aumentaram os movimentos de pessoas sobre distâncias maiores para trabalhar e passou a haver uma relação não explícita, mas essencial entre o esvaziamento demográfico dos espaços rurais e a favelização, com as correspondentes consequências do confinamento. Paralelamente, aumenta a violência principalmente contra os que moram isolados no campo, obrigando a novos modos de concentração nos povoados, tal como já se tornou uma regra nos estados nordestinos. Essa violência atinge pequenos e médios produtores, desvalorizando suas terras, induzindo que as vendam aos grandes proprietários, expulsando-os para povoados e para cidades de pequeno e médio porte. A violência se torna um aspecto essencial na vida rural que atinge as condições concretas da pequena e média produção¹⁷. O consequente despovoamento do campo cria a falsa imagem de eliminação de conflitos sociais rurais, mas que apenas mudam de forma.

8. MODO DE ACUMULAÇÃO E PRODUÇÃO RURAL

Na visão inicial de Marx a acumulação de capital surge do retorno de capital ao sistema produtivo, portanto, é um processo que resulta do retorno de uma pluralidade de capitais. Hoje, ao reconhecer o aprofundamento do sistema do capital com seu componente de incerteza, torna-se necessário registrar que esse retorno é sempre sobre bases técnicas diferentes e é incerto. Não há garantia alguma que a acumulação prossiga indefinidamente. Pelo contrário surge como tema dominante a incapacidade do sistema de gerar oportunidades de investimento suficientes para garantir a reprodução do capital acumulado (GAUDEMAR, 1977). A incerteza sobre a acumulação implica em questionar as bases sociais do capital, isto é a relação entre formação de capital e criação de emprego. A desigualdade inerente à acumulação na economia mundial põe os países periféricos em situação de dependência dos requisitos dos países mais ricos e na disjuntiva de encontrar novas alternativas para seu desenvolvimento. Como disse Celso Furtado (1987), trata-se de reverter tendências de subdesenvolvimento.

¹⁷ A violência rural ainda é um tema pouco estudado no Brasil, onde ao lado da violência tradicional de fazendeiros com posseiros e índios, surgem novas formas de violência de tipo urbano, por quadrilhas e bandidos profissionais, com armamento e técnicas urbanas de assalto.

Dadas inter-relações entre sistemas de tecnologia em grande e em pequena escala, mais e menos avançadas, o processo geral de acumulação surge da combinação de diferentes capitais, com variadas perspectivas de permanecerem em mercado. A acumulação engloba movimentos positivos e negativos por meio de ajustes e desajustes na reprodução dos capitais existentes. Como o progresso do sistema produtivo se dá com superação técnica de diversos de seus componentes, a acumulação é sempre um saldo positivo sobre um conjunto de ganhos e perdas. Destarte, as interações entre as formas de produção se realizam segundo a evolução dos mercados, com efeitos sobre a composição interna da produção no país e em suas relações externas. Essa é a determinação externa da produção rural, que opera segundo modos específicos de demanda, estabelecidos pelos sistemas de industrialização da produção primária. A produção de café solúvel soma-se à da industrialização do milho.

Tacitamente, supõe-se que a formação de preços depende primeiro da demanda externa, que é a que gera circulante autônomo da renda interna, sem atentar para o fato que é o consumo interno que determina pisos de preços dos bens salário que são alimentos de baixo valor por peso. Daí que a renda obtida de exportações aparece como vantagem frente à gerada pelo consumo interno. Mas essa é outra falácia já que as exportações são realizadas em grande parte na indústria e na mineração, por parte de empresas internacionais cuja renda vaza para o exterior e não contribuem para a acumulação de capital no país.

Nessa perspectiva global do processo, essa é a determinação externa que trata a demanda interna como residual. Na perspectiva das empresas as exportações são vantajosas porque permitem operar independente da capacidade de compra de setores sociais que tendem a se endividarem tangidos pelo desemprego. Por sua vez, na renda interna gerada pela produção rural há um componente localmente absorvido como produção de alimentos e outro engajado de modo subordinado na indústria de bens de consumo, voltado para a parte da população que não tem poupança. Significa que a produção rural no mercado interno está excluída da formação de capital.

Esse tem sido o princípio básico da exploração na modernização das economias dependentes. Nelas, a produção rural contribui para o movimento geral da acumulação, mas não acumula e deixa saldos negativos como esgotamento de solos e desemprego. A formação dos novos grandes complexos agrícolas e da pecuária no Brasil opera em articulação com os bancos e deriva seu poder de acumular para investimentos na esfera financeira. Esse processo é à base da reprimarização da economia nacional, cujo papel na economia mundial é externamente decidido.

9. PERSPECTIVAS PREVISÍVEIS

As propostas da chamada bancada ruralista no legislativo nacional apontam a aumento da exploração dos trabalhadores na produção rural brasileira com consequências imprevisíveis. As perspectivas da produção rural dependem de fatores econômicos e técnicos que regulam a demanda de produtos agrícolas e da pecuária e de fatores políticos da representação dos interesses dos capitais incorporados no setor. Os interesses dos trabalhadores, que abrangem os dos pequenos produtores, ficam fragilizados pela crescente dificuldade de associações representativas de seus interesses. São tendências do capital em geral que se especificam no momento atual da economia brasileira.

À luz das tendências de movimentos de capitais, de custos de financiamento e de concentração dos sistemas de comercialização, a produção rural

tende a ficar determinada por interesses externos ao setor, ou que se separam por completo do que pode ser uma sociedade rural. No Brasil o controle da política rural pelos grandes proprietários, com sua representação legislativa coloca a questão rural em termos de exportações e de agronegócios. Essa visão de resultados desconhece o fato que as inter-relações entre o mundo rural e o urbano envolvem migrações nos espaços rurais de desempregados urbanos, assentamentos de comunidades, cooperativas e associações rurais. Movimentos de trabalhadores diaristas. São dados da complexidade do problema que tornam improcedentes as análises empiristas da questão rural.

10. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1998.

AMIN, S. **La acumulación a escala mundial**. México: Siglo XXI, 1977.

AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. **A questão camponesa e o capitalismo**. Lisboa: A regra do jogo, 1978.

ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim**, origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.

BARAN, P. **Teoria del crecimiento económico**. México: Fondo de Cultura Económica, 1959.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G.; STOLEKE, V. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-63.

CHONCHOL, J. **La reforma agraria en América Latina**, Buenos Aires: CLACSO, 2003.

CLARK, C. **Conditions of economic progress**. Londres: Mamillan, 1949.

ENGELBORGHES, M. **La China rural**. Barcelona: EF, 1981.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION - FAO. **Land, food and people**. Roma: FAO, 1984.

FURTADO, C. **Transformação e crise da economia mundial**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

GAUDEMAR, J. **Movilidad del trabajo y acumulación de capital**. México: ERA, 1977.

GIDDENS, A. **Modernização reflexiva**. São Paulo: UNESP, 1995.

MARIATEGUI, J. M. **Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana**. Lima: Minerva, 1928.

MARSHALL, A. **Industry and trade**. Londres, Macmillan, 1926.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

PALLOIX, C. **A economia mundial capitalista**. 2 vols. Lisboa: Estampa, 1972.

PEDRÃO, F. **Refutação ao marginalismo**. Salvador, Revista de Desenvolvimento Econômico, 2014.

PREBISCH, R. **Capitalismo periférico: crisis y transformación**. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

CRÉDITO JUVENIL: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA JUVENTUDE RURAL MODERNA

Joel Orlando Bevilaqua Marin¹

RESUMO

O artigo analisa processos de construção social da juventude rural moderna a partir de uma experiência pioneira de crédito agrícola para jovens rurais, instituída no final da década de 1950. Os dados da pesquisa foram obtidos pela combinação de pesquisa documental e bibliográfica. O Crédito Juvenil, articulado com os serviços de extensão rural e os clubes de jovens rurais, foi um instrumento para inserção da juventude rural nos processos de modernização da agricultura brasileira e para a produção de referências modelares para jovens rurais modernos. Conclui-se que a política de crédito agrícola para jovens foi um investimento para a construção social de uma juventude rural moderna no Brasil.

Palavras-chave: crédito juvenil, crédito rural, extensão rural, juventude rural.

YOUTH CREDIT: SOCIAL CONSTRUCTION OF MODERN RURAL YOUTH

ABSTRACT

This article analyzes the processes of social construction of modern rural youth from a pioneering experience of agricultural credit to rural youth, instituted in the late 1950s. The research data were obtained by combining documentary and bibliographic research. Youth Credit, articulated with rural extension services and rural youth clubs, was an instrument for the insertion of rural youth in the processes of modernization of Brazilian agriculture and for the production of reference models for modern rural youth. We conclude that the agricultural credit policy for young people was an investment for the social construction of a modern rural youth in Brazil.

Keywords: rural credit, rural extension, rural youth, youth credit.

1. INTRODUÇÃO

O Crédito Juvenil, instituído pelo governo brasileiro, tinha como propósito integrar as gerações juvenis rurais nos processos modernização da agricultura experimentados no Brasil a partir da segunda metade do século XX. O programa de crédito também buscava produzir o reconhecimento público e a inserção da

¹ Graduação em Veterinária (UFSM). Mestrado em Extensão Rural (UFSM). Doutorado em Sociologia (UNESP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: bevilaquamarin@gmail.com.

juventude rural em instituições de desenvolvimento rural. A juventude rural moderna é aqui entendida como um constructo histórico-social, objetivado pela criação de instituições de socialização e de políticas públicas, especificamente destinadas à formação de jovens rurais qualificados para a adoção de tecnologias, procedimentos e ideias, então considerados necessários para modernizar a agricultura e promover o desenvolvimento rural. Com esse entendimento, tomo como ponto de partida a política de Crédito Juvenil para analisar investimentos para o enquadramento institucional da juventude rural e a formação de jovens rurais adequados à modernização da agricultura, como processos integrantes da construção social da juventude rural moderna.

Para a análise da experiência de institucionalização do Crédito Juvenil, recorri à pesquisa documental. Os documentos consultados foram primordialmente produzidos pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), instituição oficial de extensão rural incumbida pela objetivação da política de Crédito Juvenil no contexto da modernização da agricultura brasileira. Como orienta Cellard (2010, p. 296), na análise documental, o pesquisador deve levar em consideração o contexto em que os documentos foram produzidos, os autores e os atores sociais que estão em cena, a confiabilidade do documento e sua natureza e lógica interna, a fim de compreender adequadamente o sentido das mensagens contidas nos documentos escritos. Para o autor, os documentos produzidos estão vinculados a uma realidade ou campos de ação que socialmente se buscam construir ou reproduzir e, portanto, não podem ser considerados meros dados e informações, sem intenções ou interesses sociais. Dessa forma, considerando que os documentos analisados foram produzidos por instituições encarregadas por um projeto de educação para o capital (FONSECA, 1986), procurei compreender, nas formas de objetivação da política de Crédito Juvenil, os processos de construção social de modelos ideais para a juventude rural no contexto de modernização da agricultura.

Os dados obtidos nas fontes documentais foram cotejados com o conhecimento teórico produzido sobre a juventude rural e o desenvolvimento rural. Dessa forma, a compreensão de processos de construção social da juventude rural moderna, visados no escopo da política de Crédito Juvenil, resultou do esforço da triangulação da análise documental e da pesquisa bibliográfica.

O artigo divide-se em três seções interconectadas, além dessa introdução e das considerações finais. Inicialmente, procuro compreender os investimentos para institucionalização da política pioneira de crédito para os jovens rurais no contexto da modernização da agricultura. Em sequência, analiso a normatização do crédito juvenil como uma estratégia de construção de uma juventude moderna e organizada sob a tutela dos agentes de desenvolvimento rural. Por fim, estudo a relação entre a política de crédito agrícola juvenil e a produção de modelos ideais para a juventude rural.

2. CRÉDITO JUVENIL, JUVENTUDE RURAL E MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Crédito juvenil foi a designação da primeira modalidade de crédito financeiro destinado especificamente para a juventude rural no Brasil, instituído no fim da década de 1950, quando o Estado criava diversos programas e políticas de modernização da agricultura. Nesse contexto, a juventude rural tornou-se questão de debate público, que envolveu diversos agentes sociais vinculados às organizações internacionais, representantes do poder público, empresários, técnicos de desenvolvimento rural, professores rurais, lideranças comunitárias e,

evidentemente, jovens rurais.

No bojo dessa problematização, surgiram propostas de organizar a juventude em clubes rurais e disponibilizar o crédito rural a fim de que os jovens rurais pudessem experimentar novas tecnologias e novas formas de administração da propriedade e do lar. Os diversos agentes sociais comprometidos com a concretização desse projeto de modernização da agricultura apontavam para a necessidade de promover mudanças nas bases tecnológicas e nas mentalidades das populações rurais. Os jovens rurais foram, então, percebidos como catalisadores de tais mudanças sociais, o que justificava os esforços na institucionalização de políticas de crédito rural. Os jovens rurais foram inseridos em instituições modernizadoras da agricultura para colaborar nos projetos orientados para o aumento da produção e produtividade da agricultura e melhoria das condições de vida da população rural.

A juventude tem sido percebida como uma fase do ciclo da vida das pessoas, compreendida entre a infância e a vida adulta. Mas, muito além de uma etapa da vida das pessoas, a juventude deve ser entendida como uma construção social, na medida em que as sociedades, em diferentes tempos históricos e espaços geográficos, produziram distintos espaços, concepções e simbologias para assinalar os limites das fronteiras entre as idades. De acordo com Bourdieu (1983), as divisões entre as idades são fenômenos sociais definidos a partir de certos critérios arbitrários e manipuláveis, cujas representações ideológicas sobre as diferentes idades da vida sempre foram questões de disputas sociais, uma vez que implica na apropriação de poderes e recursos sociais. O autor também destaca que a construção social da juventude está relacionada com a criação de instituições destinadas à socialização dos jovens, notadamente, as escolas. Por tais caminhos analíticos, a juventude é compreendida como uma categoria relacional, o que implica o estudo dos contextos históricos e socioeconômicos em que os jovens vivem, em suas múltiplas interrelações com classe social, família, gênero, vinculações laborais e escolares, dentre outros aspectos da vida em sociedade.

Em perspectiva analítica semelhante, Feixa (1993) também compreende a juventude como um constructo histórico-social. Essa propositura analítica enfoca a juventude não a partir de uma suposta natureza ou essência, mas pela compreensão dos contextos econômicos, sociais e culturais em que os jovens estão inseridos (FEIXA, 2004). Para o autor, os conteúdos da construção social são frutos das inter-relações entre as condições sociais e as imagens culturais que cada sociedade ou grupo social elabora acerca da juventude. As condições sociais, segundo Feixa (2006), evidenciam as situações estruturais em que os jovens estão inseridos, ao passo que as imagens culturais constituem as elaborações subjetivas, que são produzidas pelas instituições que intervêm na questão juvenil ou mesmo pelos próprios jovens. Contudo, as condições sociais e as imagens juvenis não são neutras, mas dotadas de interesses, de conflitos e adaptações entre os projetos e discursos institucionais e as elaborações e aspirações dos jovens.

Sob esse prisma teórico-metodológico, a construção social da juventude rural representou um investimento na formação de uma geração de jovens rurais qualificados para atuar em uma sociedade capitalista, ditada pelas trocas mercantis. Vale lembrar que a modernização da agricultura designa as transformações nas bases tecnológicas para aumentar a produção e a produtividade agropecuária para o atendimento mercado interno e externo. Desencadeada no período pós-guerra, a modernização da agricultura representou o aprofundamento das inter-relações entre a agricultura e os setores industriais, financeiros, comerciais e de serviços, com o aumento das trocas de produtos, recursos financeiros e serviços (GRAZIANO DA SILVA, 1998) sob forte intervenção do Estado e controle social, especialmente,

sobre as classes trabalhadoras do campo (SORJ, 1980). Os diferenciados instrumentos de políticas agrícolas foram fundamentais na “construção do produtor moderno” (NEVES, 1987), que passou a usar novas tecnologias e novos conhecimentos e se inserir em relações mercantis. Assim, a modernização da agricultura engendrou um “novo agricultor”, o agricultor moderno, adequado à lógica da sociedade industrial. As gerações juvenis do espaço agrário também foram inseridas nesses processos de transformação social.

Para realizar a modernização agrícola, o Estado brasileiro instituiu um conjunto de políticas (NETO, 1997) dentre as quais, para efeitos desta pesquisa, destaco o crédito rural e a extensão rural. Na realidade, o crédito rural e a extensão rural interligavam-se de maneira que um instrumento potencializava e dava sentido ao outro. A modalidade de crédito rural, instituída na década de 1950, recebeu a designação de supervisionada², que, segundo Machado e Ribeiro (1960), já havia sido experimentada nos Estados Unidos enquanto estratégia de superação da crise econômica de 1929, cujos recursos financeiros deviam ser destinados à produção agrícola e à melhoria de condições de vida dos agricultores sob a supervisão técnica e administrativa dos extensionistas rurais. De acordo com Fonseca (1986), Oliveira (1999) e Seiffert (1987), o crédito rural supervisionado foi transplantado no Brasil, juntamente com os programas de extensão rural, por ingerência de organismos internacionais comprometidos com a expansão das influências econômicas, políticas, culturais e ideológicas, por meio dos processos de modernização da agricultura.

O Crédito Rural Supervisionado, instituído em 1948, atendia, fundamentalmente, pequenos produtores pela conjugação dos serviços de crédito e de extensão rural, com propósitos de suprir as despesas de investimentos e custeio tanto nas atividades agrícolas quanto de economia doméstica para melhorar as condições de habitação, alimentação, saúde, educação e vestuário (RODRIGUES, 1997). Inicialmente, a extensão e o crédito rural supervisionado objetivaram o enquadramento dos membros adultos da família: o homem, como chefe de família, para aumentar a produção e produtividade do empreendimento familiar, e a mulher, como dona de casa, para melhorar as condições de vida familiar. Não tardou muito para que a juventude rural também fosse incorporada nos discursos dos agentes encarregados do desenvolvimento rural e nas políticas modernizadoras da agricultura, com o estabelecimento de diretrizes específicas para os trabalhos com esse grupo de idade, conforme registros documentais da ABCAR (1967a). Assim, segundo Silva (2001), os jovens precisavam ser integrados em instituições específicas de socialização a fim de receberem orientações dos agentes de desenvolvimento rural. Instituíram-se, então, sob a ingerência da ABCAR, os clubes juvenis, denominados Clubes 4S, cujos princípios metodológico-educacionais seguiam os moldes dos Clubes 4H criados nos Estados Unidos.³ Otero e Selis (2016), com base em estudos da *Revista Extensión en las Américas*, afirmam que os

² O crédito rural supervisionado destinava recursos para investir nas atividades produtivas e na melhoria das condições do lar de pequenos e médios agricultores mediante um plano de trabalho elaborado pelos agrônomos e assistentes sociais vinculados às instituições de extensão rural. Após a definição do plano, a família rural beneficiária recebia supervisão da aplicação do crédito rural e orientação técnica dos agentes de extensão rural. Ambos os instrumentos de políticas públicas combinavam “ajuda técnica e financeira” no esforço de promover mudanças nos padrões produtivos, nos hábitos e nos costumes das famílias rurais (FIGUEIREDO, 1984; RODRIGUES, 1997). Sob essa orientação, segundo Queda (1987), a extensão rural cumpria importante papel na “anúnciação da modernização da agricultura” no Brasil.

³ Segundo dados da Fundação Ford (1962), no início da década de 1960, mais de 70 países haviam instituído os clubes juvenis rurais aos moldes dos Clubes 4H, criados nos Estados Unidos. Tal expansão é um indicativo dos investimentos econômicos e sociais para internacionalizar os modelos de organização social da juventude rural.

serviços de extensão rural, institucionalizados no período do pós-guerra em países latino-americanos, foram fortemente influenciados pelos Estados Unidos, não somente pelo acúmulo nas experiências institucionais e nas políticas de desenvolvimento rural, mas, sobretudo, por razões econômicas e geopolíticas e relacionadas ao temor do avanço do socialismo em países latino-americanos. Na organização dos serviços de extensão rural na América Latina, segundo Otero e Selis (2016, p. 54), “a metodologia, os objetivos, os destinatários e as estratégias foram adotados quase linearmente, sendo um claro exemplo do lugar hegemônico que ocupava Estados Unidos, fundamentalmente relacionado ao caminho a seguir para o êxito do desenvolvimento rural.”

Sob essa matriz, no Brasil, os agentes de extensão rural passaram a mediar a criação de grupos de jovens rurais. O primeiro Clube 4S foi criado em 1952 e, a partir daí, os investimentos na institucionalização da juventude em clubes rurais foram significativos, considerando-se o crescimento numérico de clubes e de jovens afiliados.⁴ O trabalho com grupos de jovens, conforme registros documentais publicados pela ABCAR entre 1966 e 1970, estava ancorado no desenvolvimento de projetos agrícolas e domésticos, observando-se as particularidades das divisões sexuais do trabalho nas populações rurais. Os projetos propostos aos jovens podiam ser individuais ou grupais, sendo que, para os rapazes, destinavam-se atividades relacionadas aos cultivos e criações de interesse mercantil, enquanto que as moças recebiam orientação para o cultivo de hortaliças, processamento de alimentos, corte e costura, bordado, confecção de artesanatos, puericultura, dentre outras atividades consideradas apropriadas para o sexo feminino. Os clubes agrícolas constituíam-se em meios facilitadores da capacitação dos jovens rurais, com vistas ao aperfeiçoamento dos métodos de produção, aumento dos rendimentos nas atividades agrícolas, melhorias nas condições de vida e formação de futuros agricultores e donas de casa, para torná-los aptos aos modos e exigências da agricultura moderna.

Contudo, recursos financeiros e tecnológicos tornaram-se imprescindíveis no desenvolvimento de projetos com a juventude rural. Plaza (1962), em documento organizado pela Fundação Ford, relata que, nos primórdios dos trabalhos com jovens rurais, os recursos financeiros eram garantidos, em parte, pelos pais de jovens rurais afiliados em clubes e, em parte, por empresários organizados em torno do Comitê Nacional de Jovens Rurais.⁵ Essa instituição era constituída por grandes corporações empresariais, de capital internacional e nacional, vinculadas a bancos, indústrias, comércio e serviços, com o objetivo comum de incentivar os clubes de jovens rurais com a oferta de diferentes produtos e serviços.

Na realidade, os setores empresariais afiliados ao Comitê tinham clareza da importância de criar necessidades de consumo entre as gerações juvenis rurais para ampliar a circulação de mercadorias, bens e serviços e, ao mesmo tempo, aumentar a produção de matéria-prima para o processamento agroindustrial. Com estratégias diversas, os empresários vinculados a esse Comitê interferiam dentro dos

⁴ Sucessivos documentos publicados pela ABCAR, por mim pesquisados, indicavam o crescimento de jovens institucionalizados em Clubes 4S: em 1953, contabilizavam-se 29 clubes juvenis e 645 afiliados; em 1969, somavam-se 3.604 clubes juvenis e 80.000 jovens sócios (ABCAR, 1966-1970).

⁵ As principais empresas patrocinadoras dos clubes juvenis rurais, segundo sucessivos relatos da ABCAR, eram: Banco Bradesco, Banco Itaú-América, Banco Brasileiro do Lar, Massey Ferguson do Brasil, Ford Motors do Brasil, SOTREQ S/A Tratores e Equipamentos, Esso Brasileira de Petróleo, Sementes Hortícolas, Sementes Agroceres, Associação Nacional para a Difusão de Adubos (ANDA), Manah, Copas, International Minerals & Chemical Corporation (IMC), Biagro Velsicol, Union Carbide, Cia Auxiliar de Empresas de Mineração (CAEMI), Arbor-Acres Avicultura, Squibb Indústria Química S/A, Cargill Agrícola, Nestlé, Refinações de Milho Brasil, Sears Roebuck, Mesbla S/A, Singer Sewing Machine, Produtos Alimentícios Fleischmann & Royal, Coca-Cola refrescos, IBM, dentre outras (ABCAR, 1966-1970).

programas dirigidos à juventude rural com os interesses de ampliar suas influências econômicas e políticas no espaço rural. Ao mostrarem-se “amigas” dos clubes de jovens rurais, os empresários pretendiam construir os futuros produtores e consumidores de mercadorias com vistas a integrá-los nas cadeias produtivas agroindustriais que se instalavam em território brasileiro. Portanto, empresários e agentes dos serviços de extensão rural firmavam parcerias para propor e desenvolver trabalhos orientados para os jovens rurais. As parcerias entre instituições públicas e privadas tornavam-se convenientes no desenvolvimento de ações educativas junto aos jovens rurais, uma vez que havia consensos quanto à importância de formar os futuros tomadores de crédito rural e usuários das tecnologias e dos serviços modernos.

A objetivação das ações extensionistas demandava máquinas, equipamentos, insumos químicos, sementes e animais, que nem sempre eram disponibilizados no tempo, na quantidade e na qualidade idealizados pelos agentes de extensão rural. A escassez de recursos técnicos e financeiros constituía-se um obstáculo ao desenvolvimento de trabalhos com a juventude afiliada aos clubes rurais. Surgia, então, a necessidade de instituir formas creditícias para os jovens rurais a fim de criar condições para o aprendizado do uso das novas tecnologias e práticas culturais. A experiência norte-americana de crédito para a juventude também serviu de referência para institucionalização da modalidade de crédito juvenil no Brasil, assim como em diversos países do continente latino-americano.

Portanto, a juventude rural no Brasil, enquanto categoria social vinculada a instituições e políticas de desenvolvimento rural, foi uma construção da sociedade industrial em seu propósito de produzir gerações juvenis adequadas, técnica e ideologicamente, tanto para o aumento da produção agrícola em bases tecnológicas modernas quanto para o consumo de bens e serviços industriais (MARIN, 2009).

3. CRÉDITO JUVENIL: INVESTIMENTOS PARA A PRODUÇÃO DE JOVENS RURAIS MODERNOS

A criação de uma modalidade de crédito agrícola, especificamente orientado para jovens rurais, representou esforços sociais para produzir uma juventude moderna e integrada em instituições e políticas desenvolvimentistas. As bases legais e burocráticas para a institucionalização do Crédito Juvenil, segundo documento publicado pela Fundação Ford (1960, p. 149-151), foram estabelecidas no escopo do Projeto 17 do ETA (Escritório Técnico de Agricultura Brasil – Estados Unidos), no ano de 1956. Esse projeto tinha como objetivo modernizar a produção leiteira no município de São José, estado de Santa Catarina, por meio de contratos firmados entre os bancos, as instituições de extensão rural, a família rural, o clube juvenil e o jovem rural.⁶ O Projeto 17 previa, em suas cláusulas contratuais, o fornecimento de novilhas da raça holandesa ao clube juvenil, com um preço previamente estabelecido. O presidente do clube juvenil, por sua vez, comprometia-se em repassar os animais aos sócios, arrecadar as prestações dos sócios beneficiários e fazer o depósito em uma conta bancária movimentada pelo tesoureiro do clube e pelo extensionista rural. O segundo contrato era assinado pelo presidente do clube rural, pelo jovem e pelo seu pai. Por meio desse contrato, o presidente do

⁶ Os extensionistas rurais, segundo documento publicado pela Fundação Ford (1960), constataram que o rebanho bovino de leite de Santa Catarina era formado por animais nativos de baixa produtividade e tratados com técnicas inadequadas. A fim de promover mudanças nesse panorama, os extensionistas mobilizaram os jovens rurais para melhorar a genética do rebanho, adotar de práticas modernas de manejo e alimentação e aumentar a produção de leite.

clube vendia as novilhas aos sócios em até trinta prestações mensais. O animal não podia ser comercializado antes do ressarcimento da dívida, salvo na concordância do extensionista. Em caso de atraso no pagamento de até três prestações, a novilha era recolhida em favor do clube, que tinha a prerrogativa de vendê-lo para outro jovem afiliado ao clube. Os jovens contratantes também assumiam compromissos de construir abrigo para o animal, fornecer-lhe alimentação adequada, ministrar-lhe as recomendações higiênico-sanitárias e, quando solicitado, deviam participar das exposições agropecuárias. A não observância das cláusulas contratuais podia implicar advertências e recolhimento da novilha em favor do clube, que, logo, era repassada para outro jovem associado (FUNDAÇÃO FORD, 1960).

Essa experiência pioneira de Crédito Juvenil tecia uma rede de relações contratuais entre o jovem rural e sua família, o clube de pertença, a equipe de extensão rural e o sistema bancário. Pessoas e instituições interligavam-se, por meio de contratos, com o objetivo modernizar as atividades produtivas de leite daquele município catarinense. Nessas relações contratuais creditícias, os jovens rurais permaneciam tutelados tanto pelos bancos, que determinavam as condições de pagamento e valores das prestações, quanto pelos técnicos, que orientavam a adoção de novas tecnologias e de novos procedimentos técnicos. Os contratos determinavam a adoção de tecnologias modernas – animais geneticamente melhorados, rações, suplementos minerais e produtos veterinários –, que implicavam a inserção dos jovens rurais na órbita do consumo de produtos industriais. Os jovens rurais integravam-se como consumidores, contribuindo para a ampliação do mercado de insumos e tecnologias produzidas pelas indústrias que se estabeleciam no país. Integravam-se, também, como produtores mercantis na medida em que contribuíam para o aumento da produção de leite e comercialização dos excedentes para as indústrias de laticínios que já se instalavam na região.

A experiência de Crédito Juvenil foi estendida para diversos municípios e atividades produtivas do estado de Santa Catarina. Em pouco tempo, outros estados da Federação também institucionalizaram essa modalidade financiamento creditício. No Brasil, o estado de Minas Gerais foi pioneiro na organização de Clubes Juvenis e na criação da modalidade de crédito rural juvenil, com recursos governamentais e não somente provenientes de projetos internacionais ou de setores empresariais. A institucionalização do crédito juvenil ocorreu no ano de 1961, numa parceria firmada entre a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR/MG) e a Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais. Publicações da Fundação Ford (1960; 1962), com propósitos de relatar os avanços dos investimentos na institucionalização da juventude rural, informava que diversos países latino-americanos disponibilizaram recursos financeiros para jovens afiliados aos clubes rurais. Em um documento publicado pela Fundação Ford, João Napoleão de Andrade, então presidente da ABCAR, relatou um panorama promissor do Crédito Juvenil no cenário brasileiro e latino-americano:

Em toda a América Latina, os pequenos empréstimos feitos a jovens associados aos Clubes da Juventude Rural estão constituindo um novo elemento propulsor na vigorosa campanha de aumento da produtividade agrícola e na melhoria dos padrões de vida das comunidades latino-americanas. No Estado de Minas Gerais, no Brasil, estão sendo aplicados na concessão de financiamento a projetos de aves, produção leiteira e milho híbrido, que se desenvolvem em Clubes 4-S. Programas similares de crédito estão sendo promovidos no Chile, Peru, Venezuela, Uruguai, Paraguai, El Salvador e outros países. Os empréstimos feitos a membros de Clubes da

Juventude Rural revelaram um significativo progresso no trabalho educativo através da Extensão Rural, pois constituem um valioso elemento de apoio e estímulo aos jovens, no sentido de aplicarem mais e melhor os ensinamentos recebidos de especialistas em técnicas agrícolas, em trabalhos manuais e em economia doméstica (ANDRADE, 1962, p. 94).

O plano de expansão do crédito juvenil foi arquitetado por organizações internacionais, especialmente a AIA, Fundação Ford e FAO, mas muito aclamado pelos empresários, que tinham clareza da relação direta entre crescimento de recursos financeiros e o aumento do consumo de serviços e produtos industriais, bem como o aumento do volume da produção agrícola mercantil. Indubitavelmente, o crescimento do volume de recursos financeiros possibilitava a maior circulação de mercadorias tanto de uso agrícola e doméstico quanto de matéria-prima para processamento industrial e alimentos para a população urbana, contribuindo para o desenvolvimento do capital.

Os agentes sociais vinculados ao poder público, por sua vez, percebiam o Crédito Juvenil como um instrumento fundamental para a formação de futuros e modernos agricultores e donas de casa, em conformidade com a modernização da agricultura. As normativas do Crédito Juvenil foram delineadas exatamente para a construção de tipos ideais de jovens rurais. De acordo com as normativas, registradas por João Napoleão de Andrade, então presidente da ABCAR, o Crédito Juvenil estava restrito aos jovens sócios ativos de um Clube 4-S, residentes no meio rural e filhos de agricultores, que tinham a autorização do pai ou tutor, a quem cabia a assinatura do contrato e das notas promissórias, e comprometidos a “seguir cuidadosamente um guia de projeto técnico preparado pelos especialistas de extensão, de maneira a utilizar as técnicas apropriadas e a aprender com a prática”. Ademais, para receber empréstimos, os jovens e os clubes deviam ter “boa reputação” e, uma vez concedidos, os recursos financeiros não podiam ser transferidos de sócio ou de clube, nem mesmo os projetos financiados podiam ter seus objetivos redefinidos. Os projetos de financiamento eram elaborados pelos técnicos de extensão, com aprovação do jovem contratante, de seus pais e de clube de pertença. Na sequência, o projeto era encaminhado para as agências bancárias habilitadas à concessão de crédito juvenil e, por fim, os técnicos extensionistas supervisionavam a aplicação dos recursos do financiamento e a observância das recomendações técnicas (ANDRADE, 1962, p. 98).

Tais procedimentos de enquadramento creditício tinham duas implicações fundamentais. A primeira era a restrição do número de jovens rurais habilitados para contrair o Crédito juvenil, pois poucos tinham condições sociais para atender tantas exigências normativas. Dessa forma, o crédito rural restringiu-se aos jovens rurais filhos de proprietários de terras, que apresentavam melhores condições econômicas, exerciam alguma forma liderança dentro dos grupos juvenis rurais e apresentavam melhores condições de receptividade e liderança social para efeitos demonstrativos das ações de extensão rural. Os jovens rurais beneficiários de financiamentos eram cuidadosamente selecionados pelos extensionistas rurais para serem destinados a representar os tipos ideais para a juventude rural: modernos, sócios de clubes juvenis, adotantes de tecnologias e inseridos no mercado produtivo e financeiro.

A segunda implicação prática era que o Crédito Juvenil engendrava poderosos mecanismos de controle social e de produção da tutela dos jovens rurais, que se fundamentava desde o critério moral seletivo da “boa reputação”, passando pela obediência dos critérios de enquadramento normativo do financiamento e confluía na aceitação das orientações técnicas previstas no plano de

desenvolvimento definido pelos extensionistas rurais. Naquele contexto, os agentes mediadores comprometidos com a modernização muito criticavam o autoritarismo das gerações dos pais e sua incapacidade de transmitir conhecimentos modernos, uma vez que eram orientados pelo tradicionalismo e pela resistência às mudanças sociais. O enquadramento institucional, representado nos Grupos de Jovens e na política de Crédito Juvenil, constituía-se significativo investimento para subtrair o domínio paternal familiar e, ao mesmo tempo, transferir poderes aos agentes de desenvolvimento. Ao ingressarem naqueles espaços institucionais, os jovens rurais passavam a ser dirigidos pelos extensionistas rurais no sentido da objetivação da modernização da agricultura.

Os agentes de extensão rural conferiam ampla publicidade para os feitos realizados em torno do crédito agrícola junto aos jovens rurais. No entanto, em termos da realidade empírica, algumas fontes documentais por mim pesquisadas indicam que o seu alcance numérico não foi significativo tanto no que se refere ao número de contratos firmados quanto ao montante do volume de crédito contraído por contrato. Para dar início ao programa de crédito juvenil, em 1961, o governo de Minas Gerais disponibilizou um volume de Cr\$ 1.000.000,00 – o que, na época, equivalia, aproximadamente, a US\$ 5.500,00 – para projetos de milho híbrido, avicultura e bovinocultura de leite (ANDRADE, 1962, p. 98). No ano de 1966, a ACAR – Goiás, em convênio firmado entre o Banco do Estado de Goiás e o Comitê Nacional de Clubes 4-S, recebeu um montante de Cr\$ 4.800.000,00 (4,8 milhões de cruzeiros), provenientes de uma verba de Cr\$ 100.000.000,00 (100 milhões de cruzeiros), concedida pela *United States Agency for International Development* (USAID), para estimular o crédito rural juvenil nos estados que contavam com serviços de extensão rural vinculados ao sistema oficial de extensão rural (ABCAR, 1966a). Em 1967, no Rio Grande do Norte, o Banco do Estado e a ANCAR – RN firmaram um convênio que disponibilizou NCr\$ 25.000,00 para 500 empréstimos da linha crédito juvenil (ABCAR, 1967b). De acordo com relato da ABCAR, em 1967, o crédito juvenil operava em oito estados da Federação e o montante dos recursos disponibilizados era crescente, tanto em volume quanto em operações bancárias:

a ampliação do crédito rural juvenil em 1966 se expressa por 384 contas abertas a sócios 4-S, no montante de NCr\$ 87.349,00. Com isso o número de empréstimos ativos, no final do exercício, elevava-se a 844, no valor total de NCr\$ 152.862,00, nos oito Estados em que os serviços de Extensão operam com esta modalidade de crédito educativo. Dentre eles, Minas Gerais tem absoluta predominância, obtendo 81% do número total de empréstimos ativos e quase 70% do respectivo valor (ABCAR, 1967c, p. 18).

Nota-se que o crédito juvenil estava concentrado em alguns estados brasileiros, contemplava poucos jovens e clubes rurais. Documentos levantados em publicações da ABCAR oferecem uma visão do montante e dos fins dos projetos de crédito financeiro concedidos aos jovens rurais. Em Cachoeiro do Itapemirim, a ABCAR (1966b) anunciava o primeiro empréstimo do crédito juvenil do estado do Espírito Santo, no valor de Cr\$ 46.250,00, assinado pelo jovem Eurico Gonzaga Agrizzi, para o cultivo de 2.500 metros quadrados de milho híbrido, com reembolso no prazo de oito meses. Com o dinheiro, o jovem devia comprar as sementes, fazer a correção da acidez do solo, a adubação química, o plantio em curvas de nível, observar o espaçamento entre as plantas e realizar outros procedimentos técnicos recomendados. No ano de 1967, a ABCAR (1967b) relatava que o estado da Paraíba recebeu um montante de NCr\$ 3.179,08, concedidos pela USAID, para 22

projetos de criação de cabras, conduzidos por jovens rurais. Com um total de NCr\$ 151,38, os jovens beneficiários destinavam o recurso para a construção de abrigo e aquisição dos animais, ração e medicamentos. Também 1967, o governo do estado do Rio Grande do Norte distribuiu NCr\$ 25.000,00 em 500 empréstimos para jovens rurais, para aplicação em projetos de algodão herbáceo, com um teto de NCr\$ 70,00, milho híbrido com até NCr\$ 50,00 e suínos com um limite de NCr\$ 80,00 (ABCAR, 1967d).

Pelo exposto, depreendo que os valores alocados em cada projeto de financiamento não eram elevados, mas o bastante para principiar a implantação de pequenas lavouras ou criações em bases modernas, com fins de produzir modelos de atividades produtivas modernas objetivadas por jovens modernos e organizados pelas instituições de extensão rural. Com tais intentos, eram produzidos modelos, tanto de jovens rurais quanto de atividades produtivas, com a expectativa de serem adotados por outros jovens, gerando mudanças subsequentes nas comunidades rurais, na região e no país. Por tanto, as experiências com o crédito agrícola representavam significativos investimentos sociais, não somente para encorajar a adoção de novas tecnologias e facilitar os trabalhos de extensão rural, mas, sobretudo, para criar referências para as coletividades de jovens rurais.

4. CRÉDITO JUVENIL: A PRODUÇÃO DE MODELOS IDEAIS PARA A JUVENTUDE RURAL

Para os órgãos responsáveis pela extensão rural, a juventude era conceituada como “a faixa da população que se encontra na fase de transição entre a infância dependente e o completo domínio das faculdades do homem adulto”, enquanto a juventude rural era a “população jovem cujos interesses, necessidades e subsistência estejam relacionados com atividades do meio rural, sem considerar sua localização” (ABCAR, 1969a, p. 17). Sob esse prisma, a noção de juventude rural estava associada a uma fase da vida, que oscilava entre a dependência e a emancipação pessoal, daqueles indivíduos que viviam no meio rural ou trabalhavam na agricultura e encontravam-se na faixa entre 10 e 25 anos de idade.

Muito além de uma fase do ciclo da vida, as representações sobre a juventude rural estavam associadas ao futuro, ao progresso, ao desenvolvimento e às mudanças sociais. Na condição de pessoas em fase especial do ciclo da vida, os jovens podiam realizar importantes mudanças sociais na medida em que estavam mais predispostos a adotar novas tecnologias e internalizar conhecimentos e concepções modernas de mundo. Assim, o trabalho educativo com a juventude rural visava adequá-la ao desenvolvimento da agricultura na expectativa de mudar a família por meio dos filhos jovens e, por extensão, modernizar a sociedade por meio da juventude. Nesse período, eram comuns os argumentos sobre as dificuldades em mudar as mentalidades e os hábitos da população rural adulta, enquanto se decantava a pré-disposição da juventude para a promoção de mudanças técnicas e sociais. A partir da juventude rural, os agentes da modernização esperavam formar uma população rural predisposta a incorporar novas ideias e tecnologias e, por consequência, mudar os comportamentos e as concepções de mundo dos adultos.

Para tanto, em torno do crédito agrícola juvenil, agentes vinculados às instituições desenvolvimentistas construíram imagens do jovem rural moderno e integrado em instituições e programas de desenvolvimento social. Como indica Feixa (2006), ao lado da criação de instituições e de programas juvenis, são construídas imagens culturais para representar o dever ser jovem nas diferentes sociedades. As imagens culturais estão associadas à subjetividade e fazem referências aos valores, símbolos, atributos e ritos associados aos jovens. Sem

desconsiderar a possibilidade de os jovens produzirem imagens culturais, para efeitos deste artigo, interessa compreender as imagens culturais ensejadas pela política de crédito rural destinada à juventude rural no contexto em apreciação.

O Crédito Juvenil, como efeito pedagógico, contribuiu para a produção de jovens adotantes de tecnologia e campeões de produtividade para configurarem como líderes da juventude rural. Jovens rurais exemplares que, pelo seu comprometimento moral com a realização do milagre da modernização da agricultura brasileira, deviam ser invejados e seguidos por todos os jovens rurais.

Por meio do crédito juvenil, os agentes sociais encarregados pela promoção do desenvolvimento rural buscavam construir modelos ideais de jovens dentro dos clubes rurais e das comunidades rurais, com a valorização das aptidões para a adoção de tecnologias e procedimentos administrativos modernos, sob as condições pré-determinadas pelos agentes dos serviços de extensão rural e do sistema de crédito rural juvenil. Sobre os jovens contratantes de empréstimos bancários e experimentadores de tecnologias modernas, estavam depositadas as expectativas de constituir os exemplos a serem seguidos pelos demais jovens rurais, pela família e pelos membros das comunidades em que viviam. Eles formavam os grupos de “jovens inovadores” nos processos de difusão de tecnologias, em conformidade com os referenciais teóricos propostos por Everet Rogers (1974).

Para exemplificar os esforços da constituição de tipos ideais para a juventude rural, vale relatar o caso do jovem Ivanor, de Antonio Prado, estado do Rio Grande do Sul. Em 1966, esse jovem obteve um financiamento no valor de Cr\$ 50 mil com o objetivo de instalar um aviário, comprar 100 pintos de raças geneticamente melhoradas, ração balanceada, medicamentos, além de adotar novas técnicas de manejo dos animais, que, em seu conjunto, constituíam o pacote tecnológico recomendado pelos extensionistas. Com essa experiência, segundo relato da ABCAR (1966c, p. 7-8):

os vizinhos e amigos de Ivanor olham com interesse o seu trabalho. Outros rapazes e alguns colonos começam a segui-lo o exemplo, partindo de precárias criações de fundo de quintal para uma avicultura que constituiu negócio compensador naquela zona, pois frangos de corte e ovos têm colocação garantida, a bons preços, na cidade de Antonio Prado.

No caso relatado, o jovem representava o progresso da região e a promoção de mudanças sociais, que serviam de referências aos outros indivíduos quanto às possibilidades acenadas pelas transformações nas bases técnicas e pelo aprofundamento da integração mercantil. Por essas razões, os discursos dos agentes sociais vinculados às empresas privadas e às agências públicas de desenvolvimento rural produziam as ideias do que devia ser jovem rural num contexto de modernização. Nesse sentido, os conteúdos dos registros documentais da Revista da ABCAR são elucidativos dos investimentos de criação dos estilos ideais juvenis quando afirmam que: “os jovens constituem potencial da transformação da agricultura” (ABCAR, 1969a, p. 9), “a alta produtividade vem com os jovens” (ABCAR, 1968), “os jovens rurais participam da revolução tecnológica na agricultura” (ABCAR, 1969b, p. 10) e que o significado dos trabalhos com os jovens rurais “tem importância para a agropecuária nacional, não somente porque prepara os futuros agricultores do Brasil, capacitando-os para obterem maior rendimento com a exploração da terra, mas principalmente porque, através deles, pode-se influir na mudança de métodos de produção agropecuária e na melhoria das condições de

bem-estar da família rural” (ABCAR, 1969c, p. 11). Ainda, trazem que cada jovem que participa do clube “derruba antigas crenças, varre velhos hábitos e abre caminho para a aceitação de novas idéias capazes de mudar o quadro econômico e social da terra em que nasceu” (ABCAR, 1968, p. 15).

Esses registros documentais deixam claro que o jovem ideal era aquele que se encontrava afiliado a um clube juvenil, contratava financiamentos agrícolas, aceitava as orientações dos extensionistas e contribuía para o amplo projeto de realização do milagre da modernização da agricultura. Melhor ainda era o jovem que conquistava o prêmio de “Campeão de produtividade”, título honorífico conferido anualmente para o reconhecimento do mérito daqueles jovens que atingiam melhores níveis produtivos em diferentes modalidades, em concursos⁷ que se desencadeavam nas esferas regionais, estaduais, nacional e interamericana. Não é por acaso que os eventos nacionais de entrega dos prêmios tinham grande publicidade nos meios de comunicação e contavam com a presença de representantes de órgãos de extensão rural, empresários e autoridades políticas, inclusive de presidentes da República (ABCAR, 1967e). Os jovens campeões podem ser considerados uma metáfora de uma agricultura brasileira, que devia ser moderna tecnologicamente e com altos níveis de produtividade. Podem, também, representar metáfora de uma sociedade autoritária que concedia recompensas àqueles que se enquadravam no modelo de modernização conservadora, implantada pelo Estado e com o apoio de grandes empresas de capital nacional e multinacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crédito juvenil, instituído no contexto da modernização da agricultura brasileira, contribuiu para criar as condições sociais de enquadramento dos jovens para o uso de tecnologias modernas e para a administração dos recursos financeiros com o propósito de incorporá-los na órbita mercantil, como consumidores de tecnologias e serviços modernos e produtores de alimentos e de matérias-primas para transformação industrial. A política do crédito juvenil criava novas formas de integração dos jovens em um conjunto de instituições imbuídas com a construção social de gerações juvenis adequadas aos propósitos modernizantes.

Assim, crédito juvenil e instituições juvenis somavam-se para romper os tradicionais sistemas de produção e de transmissão dos conhecimentos estabelecidos pelas famílias e comunidades rurais, com a transferência de poderes para os extensionistas e ao sistema bancário acerca dos investimentos a serem realizados nas propriedades, das condições técnicas produtivas e da forma de gestão das unidades produtivas. De certa forma, os extensionistas ampliavam seus domínios, uma vez que detinham a posse de conhecimentos, tecnologias e procedimentos administrativos, então considerados modernos, enquanto gestionavam a redução da autoridade e autonomia dos pais na transmissão de conhecimentos às gerações juvenis.

Paralelamente, criavam-se novas imagens juvenis, cujo ideal girava em torno do jovem moderno, integrado em instituições, contratante de crédito financeiro, promotor de mudanças tecnológicas e sociais e comprometido com o futuro do país. Em suma, o jovem rural ideal era o jovem campeão de produtividade. Por tais

⁷ Entre a década de 1960 e início da década 1980, período de intensos trabalhos com Clubes 4S, a juventude rural foi envolvida em diversos concursos para premiar os jovens que se destacavam nos projetos de produtividade e projetos sociais. Como desdobramento, os jovens campeões nacionais eram encaminhados para representar o Brasil nos concursos interamericanos da juventude rural a fim de competirem com outros jovens da América Latina e América do Norte.

razões, o Crédito Juvenil foi um instrumento utilizado pelos agentes de desenvolvimento para a formação de jovens modernos para representá-los como modelos aos coletivos da juventude rural brasileira.

6. REFERÊNCIAS

ABCAR. **Extensão Rural** – Revista da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural. a. 1 - 5, n. 1 - 60, 1966 -1970.

ABCAR. Crédito rural juvenil passa a apoiar Clubes 4-S de Goiás. **Extensão Rural**, a. 1, n. 2, fev., 1966a.

ABCAR. ACAR-ES e ANCAR-BA expandem operações com crédito juvenil. **Extensão Rural**, a. 1, n. 3, mar., 1966b.

ABCAR. Quatroessista lança semente do progresso avícola. **Extensão Rural**, a. 1, n. 2, fev., 1966c.

ABCAR. **Diretrizes para o trabalho de extensão rural com a juventude**. Rio de Janeiro: ABCAR, 1967a.

ABCAR. Banco do Rio Grande do Norte inicia operações com crédito juvenil. **Extensão Rural**, a. 2, n. 16, abr., 1967b.

ABCAR. Juventude rural: flagrantes do crédito juvenil. **Extensão Rural**, a. 2, n. 17, maio., 1967c.

ABCAR. Projeto Cabra recebe crédito de acima de NCr\$ 3 mil. **Extensão Rural**, a. 2, n. 17, maio., 1967d.

ABCAR. Presidente Costa e Silva exalta a significação dos Clubes 4-S. **Extensão Rural**, a. 2, n. 21, set., 1967e.

ABCAR. Alta produtividade vem com os jovens. **Extensão Rural**, a. 3, n. 32, ago., 1968.

ABCAR. Jovens constituem potencial de transformação da agricultura. **Extensão Rural**, a. 4, n. 40, abr., 1969a.

ABCAR. Jovens rurais participam da revolução tecnológica na agricultura. **Extensão Rural**, a. 4, n. 45, set., 1969b.

ABCAR. Integração da juventude no processo de desenvolvimento. **Extensão Rural**, a. 4, n. 43, jul., 1969c.

ANDRADE, J. N. Participação da juventude no desenvolvimento. **Extensão Rural**, a. 3, n. 25, jan., 1968.

ANDRADE, J. N. Pequenos empréstimos dão estímulos ao trabalho dos clubes da juventude rural. FUNDAÇÃO FORD (Org.). **Juventude rural das Américas**. Dearborn: Ford Motor Company, 1960.

BOURDIEU, P. A juventude é apenas uma palavra. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Ltda., 1983.

CELLARD, C. A análise documental. In: POUPART, J.; et al. (Orgs). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 297-316.

FEIXA, C. P. A construção histórica da juventude. In: CACCIA-BAVA, A. et al. **Jovens na América Latina**. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

FEIXA, C. P. **De jóvenes, bandas y tribus**. Barcelona: Editorial Ariel, 2006.

FEIXA, C. P. **La joventut com a metàfora**. Barcelona: Secretaria General de Joventut, 1993.

FIGUEIREDO, R. P. Extensão rural no Brasil: novos tempos. **Revista Brasileira de Tecnologia**, Brasília, v. 15, n. 4, jul./ago., p. 19-25, 1984.

FONSECA, M. T. L. **A extensão rural no Brasil**: um projeto educativo para o capital. São Paulo: Loyola, 1985.

FUNDAÇÃO FORD (Org.). **Juventude rural das Américas**. Dearborn: Ford Motor Company, 1962.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1998.

MACHADO, G. O. D.; RIBEIRO, J. P. Filosofia do crédito rural supervisionado e sua relação com os serviços de extensão. VIEIRA, J. A.; CABRAL, J. I. (Orgs). **Crédito rural supervisionado no Brasil**: reunião de trabalhos técnicos da ABCAR e suas afiliadas. Rio de Janeiro: SAI-ETA-ABCAR, 1960.

MARIN, J. O. B. Juventud rural: una invención del capitalismo industrial. **Estudios Sociológicos**, México, v. 27, n. 80, p. 619-653, 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/598/59820676009.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

NETO, W. G. **Estado e agricultura no Brasil**: política agrícola e modernização econômica brasileira. 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 1997.

NEVES, D. P. As políticas agrícolas e a construção do produtor moderno. **Cadernos de Difusão de Tecnologias**. Brasília, v. 4., n. 3, p. 343-367, nov./dez., 1987. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/9172/5211>>. Acesso em: 07 fev. 2017.

OLIVEIRA, M. M. As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 97-134, 1999. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8898/5020>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

OTERO, J.; DARDO. S. La Revista “Extensión en las Américas”. Influencia de los EEUU en los servicios de extension rural latinoamericanos. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 23, n. 1, jan./mar., p. 42-57, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/17359/pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

PLAZA, G. Comitês cívicos fortalecem os clubes da juventude rural. FUNDAÇÃO FORD (Org.). **Juventude rural das américas**. Dearborn: Ford Motor Company, 1962.

QUEDA, O. **Extensão rural no Brasil: da anunciação ao milagre da modernização agrícola**. 1987. 201p. Tese (Livre Docência) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Piracicaba, 1987.

RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 113-154, 1997. Disponível em: <<http://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/87857/1/Conceitodeseletividade.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

ROGERS, E. **La comunicación de inovaciones: un enfoque transcultural**. México: AID, 1974.

SEIFFERT, R. Q. Guerra Fria e estratégias ideológico-sociais da extensão rural (1946-1963). **Boletim de Ciências Sociais**, n. 46, jul./set., 1987.

SILVA, C. M. Discursos sobre a juventude rural participante de Clubes 4-S (1959-1977). **Esboços - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC**; v. 9, n. 9, p 144-156, 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/568/9840>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO SERTÃO CENTRAL DE PERNAMBUCO: 1984 – 2015

Cristiana Rodrigues Carvalho¹
Maria Aparecida Tenório Salvador Costa²

RESUMO

O artigo apresenta uma análise da trajetória de mobilização, engajamento e articulação das mulheres agricultoras rurais que resultou no Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central/PE. Ao longo de mais de 30 anos de luta, ele desenvolveu estratégias de comunicação diferenciadas ao mesmo tempo em que (re)construiu discursos e posicionamentos que possibilitaram uma maior autonomia, visibilidade e empoderamento às trabalhadoras rurais. Os dados foram coletados mediante análise documental, observação e entrevista semiestruturada. E a de análise foi feita a partir da Análise do Discurso. Buscou-se ligar o campo conceitual ao universo no qual as trabalhadoras estão inseridas, evidenciando assim seus códigos, crenças e linguagens, que normalmente se apresentam estruturadas em uma forma de vida particular e diferenciada, sustentada pela base de uma agricultura familiar. O resultado permitiu uma compreensão maior dos elementos que foram determinantes para que as mulheres tivessem coragem de combater as dificuldades que as excluíam das questões sociais, ao mesmo tempo em que sentiam uma maior necessidade e urgência de se reunir e se organizar enquanto movimento social.

Palavras-chaves: desenvolvimento local, discurso, movimento social de mulheres rurais.

THE TRAJECTORY OF THE RURAL WORKERS WOMEN'S MOVEMENT OF THE HINTERLAND OF CENTRAL PERNAMBUCO: 1984-2015

ABSTRACT

This paper presents an analysis of the mobilization trajectory, engagement and articulation of women farmers that led to the setting up of the Movement of Women Farmers of the Sertão Central/PE. Following a 30-year struggle, it has developed specific communication strategies to re(construct) discourses and stances which have provided women farmers with a greater autonomy, visibility and empowerment.

¹Graduada em Comunicação Social (UNICAP). Especialização em Gestão Pública; Formação Política e Administração do Legislativo (UPE). Mestrado em Extensão Rural (UFRPE). E-mail: crizrodrigues8@gmail.com.br.

²Graduada em Pedagogia (FACHO). Mestrado em Educação (UFPE). Doutorado Sociologia (UFPE). Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (UFRPE). E-mail: aparecidatcosta@hotmail.com.br.

All data has been collected by means of documentary analyses, direct observation and semi-structured interviews. The analysis as ben based on the Speech Analysis. The objective was to connect the conceptual field the universe in which the rural workers lead their lives evidencing their codes, beliefs and languages, which were usually presented in a particular and distinctive way of live. Based on familiar farming. The results provided a better understanding of the determinants essential for women to have the courage to fight the difficulties that have been keeping them excluded from social issues and, at the same time, provided them with the feeling of urgency to get together and organize themselves in a social movement.

Keywords: local development, social movement of rural women, speech.

1. CRIAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E ENGAJAMENTO DAS TRABALHADORAS RURAIS

A vida das mulheres trabalhadoras rurais do Sertão Central do estado de Pernambuco é marcada por uma história de muitas lutas e algumas conquistas. Elas nasceram e cresceram em uma sociedade patriarcal, cercadas por diversos tipos de violência e desigualdades, onde as relações sociais vigentes favoreciam o poder do mais forte, ou seja, dos homens. Os discursos defendidos nessa região por padres, políticos, donos de terras, esposos e filhos, não valorizavam a participação e a opinião das mulheres, inicialmente em casa e em seguida nos espaços sociais. Assim, entendia-se a mulher, dentro e fora de casa, como submissa, mesmo que ainda dividissem as tarefas na roça ou no trato com os animais, acumulando mais funções que os homens.

Antes da década de 80 do século XX, essas mulheres trabalhadoras rurais e sertanejas integravam os sindicatos apenas como dependentes de seus pais e maridos. Havia na sociedade daquela época uma compreensão de que esse trabalho da mulher era complementar, uma simples ajuda aos chefes de família, conseqüentemente não havia remuneração por seu desempenho e tampouco o reconhecimento de sua contribuição como trabalhadora rural. A produção na roça, na maioria dos sítios, destinava-se ao sustento da própria família e o pouco dinheiro arrecadado era aplicado na aquisição de itens do consumo familiar, como roupas, sapatos, utensílio para o lar, produtos alimentícios industrializados e instrumentos de trabalho.

Mesmo diante dessa realidade, surge um pequeno grupo de mulheres, da citada região, que inicia um longo percurso para enfrentar e romper com os padrões sociais dessa época. As mulheres que trabalhavam na agricultura familiar começaram a se reunir, discutir seus interesses, organizar seus discursos a partir da troca de experiências entre elas e outros sujeitos, criando novas relações sociais que influenciariam na comunidade e no desenvolvimento local. Elas realizaram as primeiras articulações que contribuíram para o surgimento de um movimento liderado por trabalhadoras rurais, conferindo a esses sujeitos visibilidade e autonomia. Assim, nascia em 1984 o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco – MMTR - Sertão Central - PE.

Com essa articulação, as agricultoras passaram a se posicionar como trabalhadoras rurais e a participar das instâncias de tomadas de decisões que influenciavam suas vidas, tanto na esfera particular quanto coletiva, lutando por seus direitos e criando uma organização pautada em legítimas reivindicações. A trajetória dessas agricultoras, destacadamente suas lutas e conquistas, tornou-se foco de interesse da pesquisa que resultou neste artigo. Desse modo, o estudo buscou

compreender os elementos que foram determinantes para que as mulheres tivessem coragem de combater as dificuldades que as excluíam das questões sociais, que rebatiam nas suas vidas, ao mesmo tempo em que sentiam uma maior necessidade e urgência de se reunir e se organizar enquanto movimento social.

A forte seca que assolou o sertão pernambucano, entre os anos de 1979 a 1984 teria impulsionado uma maior organização dessas mulheres, pois muitas delas passariam nesse período de estiagem, à condição de chefes de família. Essa situação de liderança era assumida pela ausência de seus maridos, que sem oportunidade de trabalho, migravam para outras regiões do estado ou do país. Abreu e Lima (2012) aponta o alistamento feminino nas Frentes de Emergência no Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) como uma bandeira de luta concreta, que despertaria definitivamente nas mulheres uma atenção especial para a necessidade e urgência da criação de um movimento liderado pelas trabalhadoras rurais.

O estudo teve como objetivo geral, analisar a trajetória do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco – MMTR - Sertão Central – PE, a partir da análise dos discursos desses sujeitos sociais. Seus objetivos específicos foram: reconhecer as estratégias de comunicação utilizadas pelo MMTR - Sertão Central - PE para mobilização e organização das mulheres agricultoras por meio dos seus discursos, bem como compreender as contribuições que o MMTR - Sertão Central - PE proporcionou à vida das mulheres agricultoras e ao desenvolvimento local.

Ao longo de mais de 30 anos de luta, o Movimento desenvolveu estratégias de comunicação diferenciadas ao mesmo tempo em que (re) construiu discursos e posicionamentos que permitiram uma maior autonomia, visibilidade e empoderamento às trabalhadoras rurais, transformando as relações sociais ao longo da trajetória do grupo e influenciando a comunidade as comunidades rurais.

As primeiras abordagens junto a essas trabalhadoras foram organizadas por uma das moradoras da região, Vanete Almeida³, que ficava incomodada com a ausência das mulheres nas reuniões dos sindicatos dos trabalhadores rurais, e quando o encontro acontecia na casa de uma delas, sequer chegavam ao ambiente em que o grupo estava reunido. E, essa moradora, saía à procura das mulheres do campo para conversar sobre a seca, sobre como gostariam que fossem suas vidas, sobre a sua não participação nas reuniões nos sindicatos e, até mesmo, nas reuniões realizadas em suas casas (ALMEIDA, 1995, p. 116).

Em muitos casos, participar de sindicato, nos anos 70 e 80, era visto como um risco moral para as mulheres, mesmo na condição de funcionária. Para Abreu e Lima (2012), este tipo de discriminação é outro elemento que explica a pequena presença da mulher nesses espaços. Nas suas pesquisas, a autora constata que a participação das mulheres fazia com que elas ficassem “faladas” e no âmbito familiar, sofressem pressões muito fortes até porque a questão envolvia o aspecto emocional, afetivo, a honra e o nome da família.

³Vanete Almeida não era trabalhadora rural. No fim da década de 1970 e início de 1980, atuava junto aos setores da Igreja Católica. Conhecida como liderança local, foi convidada por Euclides Nascimento, então presidente da FETAPE para realizar um trabalho de organização sindical na região tornando-se assessora da Federação no Polo Sertão Central e assim percebeu a ausência feminina nos sindicatos.

2. MÉTODO DE APROXIMAÇÃO DO UNIVERSO RURAL

O universo da pesquisa foi o município de Serra Talhada, em Pernambuco, local onde foram realizadas as primeiras reuniões com as trabalhadoras rurais e onde está situada a sede do Polo Sindical do Sertão Central. Também foram realizadas visitas à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE) para coleta de informações extraídas dos documentos dessa instituição, como também os materiais impressos produzidos pelas agricultoras⁴.

Os sujeitos da pesquisa compuseram um grupo de agricultoras que fundaram o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco; agricultoras que deram/dão continuidade ao movimento; e lideranças sindicais que integram a luta pelos direitos das mulheres do campo. Desta maneira, foram entrevistadas seis trabalhadoras rurais moradoras das cidades que compõem o Sertão Central: Custódia, Caiçarinha da Penha, Serra Talhada, Triunfo e São José do Belmonte. Essas mulheres ocupam cargos de presidência e diretoria dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais das regiões citadas e compõem a coordenação do MMTR Sertão Central. Três das entrevistadas acompanharam o movimento desde seu surgimento, e relataram todo o início das articulações junto às trabalhadoras rurais. As outras três entrevistadas ingressaram na organização depois da década de 1990, e ocuparam cargos de liderança. Ainda foram ouvidas duas jovens trabalhadoras rurais que revelaram em seus discursos os momentos de crescimento do grupo. As entrevistas - individuais e semiestruturadas - foram gravadas, em áudio e vídeo e não seguiram um roteiro. Foram recolhidos depoimentos sobre a trajetória de vida de cada agricultora, sua relação e aprendizado no meio rural, o envolvimento com o movimento e as contribuições para a luta das trabalhadoras rurais.

Com o intuito de ampliar os discursos e comparar ao que era dito naquela época em que o MMTR - Sertão Central - PE surgiu, foram apreendidos do material documental⁵, os pronunciamentos, as falas e posicionamentos dos trabalhadores rurais. Na primeira década do Movimento, apenas alguns homens que já estavam à frente dos sindicatos e instituições, apoiavam o Movimento das mulheres rurais. Eles revelaram seu reconhecimento ao movimento e à crescente participação da mulher. Já no começo da segunda década, se inicia um processo de aproximação dos agricultores nas reuniões e encontros organizados pelas mulheres e assim, os discursos começam a mudar e os homens do campo passam a contribuir com suas opiniões.

A pesquisa também buscou identificar os discursos proferidos durante a trajetória do movimento, construídos pelas organizações e instituições parceiras. A primeira reunião, em dezembro de 1982, congregou apenas 14 mulheres, oriundas de cinco comunidades rurais. Nessa primeira discussão, as agricultoras apontaram diversas dificuldades como a falta de oportunidade nas Frentes de Emergência, a escassez de água e os preços caros dos produtos. Em janeiro de 1983, o grupo realizou novo encontro reunindo 11 mulheres de 04 comunidades, ainda abordando os mesmos assuntos e buscando juntas, alternativas. Nos meses de março e junho, deste mesmo ano, 42 trabalhadoras rurais, de 07 comunidades, se reuniram propondo alternativas às problemáticas da época. Foram elencados 20 itens, entre eles: necessidade dos homens trabalharem na roça mesmo no período da seca,

⁴ Cartilha, folder, carta aberta e relatórios dos encontros anuais no período de 1984 a 2009.

⁵ Relatórios do acervo do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, desde a década de 80 até a de 2000, totalizando oito relatórios.

salário emergência baixo, participação da mulher na luta sindical e a proposta de realizar um encontro com as mulheres na cidade pernambucana de Serra Talhada. Nos meses de novembro e dezembro de 1984, os encontros voltam a acontecer e as agricultoras traçam o planejamento para o primeiro Encontro das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco.

Para a análise das informações acolhidas dos documentos e falas dos sujeitos pesquisados recorreu-se à Análise do Discurso – AD, visando a compreensão de como um objeto simbólico produz sentido, como está investido na significância para si e para os outros sujeitos envolvidos. Introduzida por Pêcheux (1969), a Análise de Discurso é aquela na qual a linguagem é estudada não apenas enquanto forma linguística, mas também como forma material da ideologia.

Assim, este estudo considerou em suas análises não somente o que é dito em determinado momento, mas as relações que esse dito estabelece com o que já foi dito e, até mesmo, com o não dito, atentando, também para as posições social e histórica dos sujeitos envolvidos, assim como para as formações discursivas às quais se filiam os discursos.

Segundo Orlandi (2005), é pela análise do discurso que se pode refletir sobre as relações significativas fundamentais entre o homem, a natureza e a sociedade na história.

Pelo discurso, lugar de produção de sentidos e de processo de identificação dos sujeitos, podemos melhor compreender o lugar de interpretação na relação do homem com a sua realidade. Por este tipo de estudo se pode conceber melhor aquilo que faz o homem um ser especial com sua capacidade de significar e significar-se (ORLANDI, 1995, p.15).

Os discursos dos sujeitos, extraídos dos documentos e das entrevistas, foram categorizados de acordo com a posição social que esses sujeitos ocuparam/ocupam no MTTR - Sertão Central - PE, ao longo do tempo recortado para esse estudo. Foram as seguintes as categorias de análise: os discursos das mulheres agricultoras rurais; os discursos dos homens agricultores rurais; os discursos das instituições sindicais e outras organizações.

Os sujeitos receberam a seguinte codificação: na primeira categoria, três discursos das mulheres fundadoras do Movimento, MF1, MF2 e MF3; três discursos das lideranças do Movimento – ML1, ML2 e ML3; e dois discursos das jovens mulheres trabalhadoras rurais – JM1 e JM2. A categoria seguinte revela os discursos dos homens agricultores rurais, que envolvem três falas dos sujeitos que presenciaram o surgimento do Movimento, H1, H2 e H3; e ainda de dois homens na atualidade do Movimento – HA1, HA2. A terceira categoria ressalta os discursos das instituições sindicais e outras organizações, reunidos em dois depoimentos: I1, I2.

A partir da pesquisa exploratória, foi possível encontrar uma vasta literatura acerca dos movimentos sociais protagonizados por mulheres agricultoras rurais, e encontrou inúmeros trabalhos acerca da temática, desenvolvidos local e nacionalmente. No âmbito local diversos trabalhos sobre as mulheres agricultoras rurais do estado de Pernambuco foram encontrados, enfocando: Identidade (JALIL, 2013; CORDEIRO, 2007); Gênero (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2009; LUCENA, 2002); Educação (SANTANA, 2014; CARVALHO, 2004); Trabalho (MILANÊS, 2015; DUARTE, 2009); Movimentos Sociais (BARDALO, 2013; SOUZA, 2010; HEREDIA; CINTRÃO, 2006; VIEIRA; SANTOS, 2014), entre outros. Dentre eles, pode-se destacar a dissertação de Siqueira (2015) que buscou analisar as representações sociais das mulheres rurais sobre os saberes construídos a partir da sua inserção

nos movimentos sociais, localizados no município de Afogados da Ingazeira – PE. E, a tese de Jalil (2013), que apresentou uma reflexão sobre o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco como um novo sujeito político que reconfigura o mundo rural a partir das demandas e questionamentos específicos apresentados pelas mulheres rurais, como forma de ação coletiva.

Entre as produções nacionais, vários são os estudos que se preocuparam em investigar aspectos relacionados às mulheres trabalhadoras rurais, como os aspectos políticos, culturais, econômicos, sociais, etc. Do conjunto desses trabalhos pode-se citar o de Salvaro, Lago e Wolf (2013), que se ocupou do estudo sobre identidades políticas que carregam as expressões “mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”, a partir de um movimento rural de mulheres no período de 2006-2010, no estado de Santa Catarina. E o estudo de Silva (2007) que tem como foco a análise do papel socializador do Movimento do Nordeste Paraense, cuja pesquisa foi realizada no biênio 2007-2008. Trata-se de um estudo empírico de natureza qualitativa que busca analisar o Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense enquanto movimento social e regional e seu papel de agência socializante, considerando: os processos responsáveis pela socialização de mulheres agricultoras nele inseridas; as influências que as mulheres têm na socialização umas das outras e em que aspectos isso se reflete na continuidade do Movimento; como o Movimento socializa os homens ali inseridos e como estes homens influenciam a socialização das mulheres no Movimento. No artigo em Extensão Rural, de Silva e Lima (2016), encontra-se referência a mobilização das trabalhadoras rurais, na década de 1980, que objetivava direitos referentes à previdência social – aposentadoria, salário maternidade, entre outros. E, segundo os autores, à medida que iam ocorrendo os avanços desses movimentos, possibilitava-se o reconhecimento da profissão de trabalhadoras rurais.

Nota-se dessa maneira que os estudos encontrados contribuíram para a tomada de decisão acerca do objeto de pesquisa, possibilitando a construção do marco teórico que fundamenta este trabalho. Assim, analisar a trajetória do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR implicou também em aprofundar conceitos como Movimentos Sociais, Comunicação nos Movimentos Sociais e Desenvolvimento Local, que de variadas maneiras foram também encontrados na maior parte dos trabalhos revisados.

3. O DISCURSO DAS TRABALHADORAS RURAIS ATRAVÉS DOS TEMPOS

Conhecer o caminho trilhado pelas trabalhadoras rurais do sertão pernambucano através de seus discursos simplicou e valorizou as vozes desses sujeitos sociais, que se apresentaram ricas de significados. Os discursos trouxeram à tona discussões sobre a posição social, reconhecimento e valorização da mulher. Perceber as ações que estimularam a mobilização e engajamento, enquanto movimento social, fez com que o sentido da ação conjunta fosse materializado, justamente porque essas agricultoras saíram do anonimato e passaram à condição de protagonistas. Uma época difícil, com escassez de recursos, e que revelou a importância que essa articulação trouxe, ou seja, um despertar que gerou transformações no desenvolvimento das comunidades rurais da região estudada e, especialmente transformações nas vidas das mulheres rurais brasileiras.

Entende-se, no meio rural, que há uma tensão muito forte em relação ao protagonismo da mulher. Para Jalil (2013), a liderança das trabalhadoras rurais está diretamente relacionada à manutenção da unidade produtiva, obedecendo a um tripé família – produção – trabalho. “Assim, para as mulheres rurais, a construção da

identidade de trabalhadora rural passa pelo reconhecimento da importância do seu papel como reprodutora da família e como produtora de bens e valores simbólicos e culturais” (JALIL, 2013, p.49).

O sujeito, enquanto produto de relações sociais, não é livre de coerções. Ele aprende a ver o mundo, adquire crenças e conhecimentos por meio dos discursos – que exprimem ideologias – que assimilam e reproduzem a partir de um lugar. Ao participarem da pesquisa, as mulheres rurais expressaram sua forma de compreender o mundo revelando uma formação discursiva e uma formação ideológica, baseadas nos seus saberes, nas suas crenças, nas suas experiências. Enquanto a formação ideológica impõe o modo de pensar e compreender o mundo, a formação discursiva impõe o que dizer. A criação de regiões de sentidos é função do discurso e, em última análise, é o discurso que servirá de suporte e determinação de identidade tanto para o sujeito discursivo quanto para a sociedade onde ele é produzido (ORLANDI, 1995).

No processo de análise das informações acessadas nos documentos e nas falas dos sujeitos pesquisados, foi possível perceber a posição de destaque que o “silêncio” ocupou na vida das mulheres rurais participantes da investigação. Os discursos “não ditos” podem ser entendidos como os diversos significantes que ao se unirem possibilitam perceber o sentido. A ausência do discurso explícito pode significar ao interlocutor a compreensão de que resposta alguma também é uma resposta, e sendo assim, é composta de relações de possibilidades significantes. Dessa forma, a pesquisa permitiu entender, que o silêncio, típico no ambiente das trabalhadoras rurais, criou uma relação com os sujeitos revelando que a sua invisibilidade determinou as condições de submissão e inferioridade das mulheres estudadas na região e no tempo já referido.

Os títulos dos relatórios produzidos pelo MMTR - Sertão Central - PE demonstram o esforço em romper com o que era dito pelo dominador, ou seja, o homem. São alguns desses títulos: “O que sentem e o que querem as mulheres trabalhadoras rurais do Sertão” (1984); “Quem sou eu?” (1986); “Quem somos nós?” (1986); “Por que os ricos sendo tão poucos dominam os pobres” (1986); e, ainda, os trabalhos desenvolvidos com temas inter-relacionados como: Corpo X Destino (1986); Afetividade X Sexualidade (1992); Relação de poder entre mulheres (1993); Relações de gênero (1995). Esses temas, desdobrados em debates e diversas produções, marcam a ruptura com o discurso hegemônico e o silêncio das mulheres.

O silêncio é assim a respiração – o fôlego – da significação, um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é um, para o que permite o movimento do sujeito (ORLANDI, 2011, p.13).

Assim, a década de 1980 trouxe uma chance para que as mulheres do campo iniciassem seu processo de expressão, contribuindo para a criação e articulação de um movimento social crescente, em busca do reconhecimento e valorização da participação das mulheres no meio rural na sociedade. Um movimento que estava baseado na ideia de conflitos e transformações sociais, considerando o tipo de ação coletiva que emergiu de uma insatisfação grupal. Siliprandi e Cintrão (2009) ressaltaram a importância desta trajetória de engajamento das trabalhadoras rurais na conquista de seus direitos civis, o que permitiu avanços, ao mesmo tempo em que colocaram em pauta novos desafios a serem enfrentados. O discurso sempre se constrói a partir de uma totalidade histórica, na qual são produzidas as representações do mundo, reunindo as espécies de crenças e de

conhecimentos. É possível, então, perceber que o MMTR - Sertão Central-PE trouxe contribuições para o desenvolvimento local, na medida em que a construção de coletivos de agricultores/as possibilitou a esses sujeitos sociais se reconhecerem como capazes de discutir suas questões e decidir os encaminhamentos que beneficiassem efetivamente as pessoas das diversas localidades que integravam o Movimento. Como explica Jesus (2003, p.72): “o desenvolvimento local pode ser entendido como um processo que mobiliza pessoas e instituições buscando informações da economia e da sociedade locais, criando oportunidades de trabalho e de renda”.

Na categoria das mulheres agricultoras rurais foram agrupados os discursos das trabalhadoras que participaram diretamente do Movimento de Mulheres, desde a sua origem, em 1984 até o período de desenvolvimento deste trabalho, 2015. Contudo, esta categoria reclama uma subdivisão, ou seja: os discursos das fundadoras da organização, que tinham em seus argumentos, os elementos motivacionais e encorajadores, que iniciaram o processo de mobilização da organização; os discursos das agricultoras que se destacaram e ocuparam posições de liderança e que utilizaram estratégias de comunicação para estimular a participação das mulheres do campo; e os discursos das jovens trabalhadoras que aderiram ao grupo, após a segunda metade da década de 1990 e início dos anos 2000, revelando e comunicando as contribuições que o MMTR - Sertão Central-PE proporcionou à vida do grupo.

Estas mulheres agricultoras nasceram em um universo rural, com base em uma agricultura do campo, tecendo assim, um modo econômico, social, político e cultural que se produziu e se produz na relação com os agentes sociais. Estabeleceram especificidades que lhes é própria, seja em relação ao modo de produzir e à vida comunitária, seja na forma de convivência com a seca. Os camponeses que não aceitaram os processos de exploração econômica e dominações políticas de classes dominantes capitalistas construíram, de certa forma, uma identidade destinada à resistência (CALDART, 2012).

Os discursos das mulheres fundadoras do Movimento foram ricos de argumentos encorajadores, um movimento radical que transformou a forma como as agricultoras pensavam, buscavam informações e se expressavam. Ao mudar de discurso, as palavras também começaram a mudar de sentido e neste aspecto nasceu um novo comportamento entre as mulheres trabalhadoras rurais.

Para Foucault (2005) interessa sempre indicar que o discurso, tido como verdadeiro, é portador de poder. E este é concebido como luta. Para ele, o poder não possui uma identidade própria, unitária e transcendente, mas está distribuído em toda a estrutura social e é sempre socialmente produzido.

A perspectiva história aborda as relações entre poder, saber e subjetivação, que perpassam pela constituição do sujeito, revelando em seu estudo que a língua, o corpo e a cidade são marcados por exercícios de poder próprios à sociedade atual, compreendida, em termos “foucaultianos”, como uma sociedade que se pode controlar.

A construção do ideológico pode ser sintetizada a partir da seguinte forma: “a verdade está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e a apoiam e a efeitos de poder que ela induz e a reproduzem” (FOUCAULT, 1980, p. 131). Para o autor, existe uma relação entre verdade e poder, e todos os discursos podem ser vistos funcionando em regimes de verdade.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade: isto é, os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros, os mecanismos e instâncias que

permitem distinguir entre sentenças verdadeiras e falsas, os meios pelos quais cada um deles é sancionado; as técnicas e procedimentos valorizados na aquisição da verdade; o status daqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdadeiro (FOUCAULT, 1980, p.131).

Assim, as trabalhadoras rurais perceberam os discursos daquela época, analisaram-no e a passividade do grupo se converteu em atividade coletiva, gestual e vocal, materializando os discursos em ações e atraiendo uma quantidade cada vez maior de integrantes ao Movimento. “Precisávamos desenvolver um novo jeito de pensar nossas vidas, de mulheres rurais, nosso trabalho, nosso corpo, nossa alimentação” (MF1).

As fundadoras do Movimento tinham como ponto de partida de suas falas, os meios que valorizavam o compromisso com o desenvolvimento e fortalecimento das mulheres pela participação social, política, sindical e partidária, em busca da igualdade de direitos e oportunidades. Esse compromisso é demonstrado no depoimento, a seguir, extraído do relatório do segundo Encontro do Movimento, em 1985: “Vamos dar as mãos a cada hora, descobrir as raízes desse motivo que nos exclui da sociedade em que nós estamos, quando vemos que é só o homem é que quer ter participação ativa, massiva na sociedade (...)” (MF2).

Importa destacar que o Movimento produziu imagens, atividades corporais e oficinas educacionais que trabalhavam o gesto, as expressões artísticas e as contribuições dos sujeitos envolvidos. Essas atividades eram integradas aos encontros anuais, porque as trabalhadoras não tinham o hábito da leitura e da escrita, fruto da restrição, e mesmo da falta de acesso aos estudos. Por essa razão, o início do movimento exigiu das suas fundadoras, um trabalho de corpo a corpo, isto é, para se chegar ao primeiro encontro foi preciso um “porta a porta”, conversas com as mulheres sobre a intenção do movimento.

As fundadoras, assim, assumiram o papel de sujeitos do discurso, provocando questionamentos nas falas e atitudes dos demais sujeitos e instituições daquela época. “A Igreja não nos dava o direito de expressar nada. No sindicato, as mulheres não tinham o direito de participar nem de ser sócia” (Entrevistada MF3). Para Foucault (2005), este tipo de abordagem é o que valida a postura do sujeito fundante, que tem como papel, animar diretamente, com suas intenções, as formas vazias da língua. Uma conduta de quem está proferindo o discurso:

É ele que atravessando a espessura ou a inércia das coisas vazias, reaprende, na intuição, o sentido que aí se encontra depositado; é ele igualmente que, para além do tempo, funda horizontes de significações que a história não terá senão de explicar em seguida, e onde as proposições, as ciências, os conjuntos dedutivos encontrarão, afinal, seu fundamento (FOUCAULT, 2005, p. 47).

Quanto às lideranças do MMTR - Sertão Central - PE, ficou constatado que o trabalho inicial das fundadoras possibilitou a participação de várias outras agricultoras, ampliando o grupo. Aos poucos, as mulheres iam saindo da condição de ouvintes passivas, e começavam a discutir os diversos temas, relatar suas experiências e expressar as dificuldades encontradas naquela época. Desse modo, foram protagonizando seus discursos, o que estimulou a liderança em diversas mulheres.

Elas buscaram para a formulação de seus argumentos, o que se conhece na AD como interdiscurso, ou seja, procuraram substanciar suas argumentações, a

partir do diálogo com diversas temáticas: saúde, trabalho, renda, gênero, entre outras. “Aprendi muito com o Movimento. Passei a ter acesso a muitos conhecimentos e a trocar informações com outras mulheres, crescendo em conjunto” (Entrevistada ML1).

Assim, entende-se que o que era dito nessa época contribuía para que as líderes do movimento assumissem o comando dos discursos – selecionando, informando e influenciando as agricultoras e os outros sujeitos envolvidos, ao mesmo tempo em que acreditavam, interpretavam e seguiam as mesmas enunciações, comandos e expressões. Era a fala carregada de ação. Na perspectiva defendida por Maingueneau (1997), cada ato de fala é inseparável de uma instituição, aquela que este ato pressupõe pelo simples fato de ser realizado.

Levando em consideração o caráter interativo da linguagem, é possível notar que o MMTR - Sertão Central-PE formou líderes que legitimaram os seus discursos, reunindo também as contribuições das agricultoras, expressas em movimentos corporais e artísticos. “A língua comporta a título irredutível, escreve um catálogo completo de relações inter-humanas, toda uma coleção de papéis que o locutor pode escolher para si e impor ao destinatário” (MAINGUENEAU, 1997, p.31).

Analisar os caminhos de mobilização, engajamento e organização dessas trabalhadoras rurais do sertão pernambucano, de um tempo-histórico determinado e com relações de poder desiguais, permitiu considerar que o movimento aliado a uma estratégia de comunicação diferenciada e voltada para a realidade dos movimentos sociais, propiciou uma maior atenção e mobilidade dessas mulheres. O movimento insistia na emersão dos temas e estimulavam a participação das mulheres rurais, e, então, as agricultoras passaram a ter acesso, a apreender as informações e conseqüentemente passaram a participar dos debates e a (re)construírem seus posicionamentos e expressarem suas vontades. “O MMTR me permitiu ser livre para sonhar, andar, falar o que penso e ajudar outras mulheres que são sofredoras por não conhecer o direito de ser mulher” (Entrevistada ML2).

Na trajetória do MMTR - Sertão Central-PE, a criação do programa de rádio aliada ao novo movimento social, que nascia e crescia no meio rural, foi importante para a transmissão dos discursos construídos coletivamente e comunicados pelas mulheres agricultoras. Por meio da participação ativa dessas agricultoras, esse processo implicou novas posturas, tais como: compreender e se indignar com a exclusão das mulheres nos processos de decisão, se comprometer com o movimento na perspectiva de criador de mudanças, ao mesmo tempo em que resignificavam seus códigos e formas de discurso. Esse envolvimento do sujeito com a comunicação é um processo de participação popular que valoriza a democracia e a cidadania, como afirmou a entrevistada: “(...) eu tinha minha realidade de saber que mulher também era liberta, mas hoje estou sabendo que a mulher pode trabalhar na libertação de si e dos outros” (ML3).

A criação e organização do Movimento, trouxe ao espaço público discussões, até então, vistas como inferiorizadas e interpretadas negativamente pela sociedade, influenciando o comportamento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, justamente porque ampliou a participação das mulheres nas tomadas de decisão. Elas construíram novos discursos, questionamentos às falas da sociedade patriarcal e se posicionaram diante das diversas situações conflituosas ao longo de mais de 30 anos de organização, influenciando diretamente no desenvolvimento das comunidades rurais.

Essa convergência de ações e luta por interesses comuns pode ser entendida, ao considerar o conceito de Desenvolvimento Local, que surgiu na década de 1980, e se manifestou como uma nova agenda propositiva, emergindo na tentativa de atender às crescentes demandas sociais por reconhecimento e

valorização do local e promover ações que melhorassem as condições de vida dos sujeitos sociais envolvidos. Nessa perspectiva, a organização e mobilização da sociedade local são consideradas fatores inovadores e importantes para o desenvolvimento local (JESUS, 2009).

A análise da categoria relativa às jovens agricultoras que aderiram ao MMTR - Sertão Central - PE mostra que elas contaram com um espaço já consolidado e ampliado de discussões e debates. Nasceram e cresceram, acompanhando suas mães e avós, aos encontros e percebendo a ocupação das trabalhadoras rurais à frente de sindicatos, associações e outras entidades. Seus discursos têm fortalecido e remodelado o Movimento e estimulado ainda mais seu engajamento em instâncias estaduais, federais e internacionais, como é possível observar no depoimento dessa entrevistada: “Conscientizar as mulheres, que não basta ser mãe e esposa. Também ser algo mais, conhecer e saber exigir seus direitos” (JM1).

As falas passaram a ser reescritas e reinventadas, e com espaços mais ampliados de divulgação e visibilidade como em plenárias, palestras junto a entidades parceiras, instituições de ensino, entrevistas, artigos e participação em pesquisas científicas. As jovens mulheres continuaram convidando as trabalhadoras a lutarem por seus direitos e a ocuparem os espaços que lhes cabe na sociedade. Apesar de terem conquistado um maior reconhecimento, elas ainda encontram desafios em questões antigas que atravessaram o tempo, como a violência contra a mulher, a divisão desigual do trabalho, a isonomia salarial, entre outras.

As meninas e os meninos que nasceram dentro do Movimento, entendem a importância de as mulheres terem voz ativa nas questões que influenciam suas vidas. Essas crianças passaram a contar, na última década, entre 2005-2015, com acesso à escola, a universidade e contribuíram com mobilizações, articulações e reivindicações de uma vida mais justa e igualitária no campo, redefinindo assim as relações sociais no meio rural. “As mulheres têm mais liberdade que antes, pois com as nossas conquistas formamos associações, bancos de sementes, projetos de banheiros e fossas. Tudo isso que conseguimos foram nossas conquistas” (JM2 - depoimento extraído do relatório do encontro do Movimento, em 2009).

Essas jovens congregaram aos novos discursos elementos essenciais que valorizaram o saber local, aliado às principais necessidades das mulheres da zona rural, levando em consideração suas crenças e experiências de vida, conseguindo criar novos códigos e posturas, ao mesmo tempo em que produziram e contribuíram com o surgimento de argumentos adequados aos diferentes contextos de comunicação. Tiveram como potencializador de suas mensagens, o programa de rádio, que durante toda a trajetória do grupo, atingiu mais de 57 cidades em todo o estado de Pernambuco, e somente, na região do Sertão Central envolveu nove municípios.

Para Foucault (1997, p.49):

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar forma de discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si.

Temas importantes como trabalho e renda, educação no campo, qualidade de vida, participação e democracia passaram a fazer parte das pautas de

reivindicações das trabalhadoras rurais. O relato, extraído do documento da FETAPE, em 2016, revela esta nova fase do Movimento: “Não só o Brasil, mas outros países têm o desafio da sucessão rural. A gente espera que as pautas fiquem bem definidas para que possamos caminhar de acordo com que os jovens estão propondo” (JM3).

Os discursos dos sujeitos investigados são compreendidos como os efeitos de sentido que surgem na relação entre interlocutores, considerando estes como sujeitos situados no contexto sócio histórico de uma comunidade, num tempo e espaço concretos e que deixam transparecer suas ideologias nas suas falas e expressões. Pêcheux (1984) defende que o discurso se constitui na relação com os discursos anteriores, ou seja, no interior de um discurso há elementos vindos de outros lugares, outros discursos, e assim, reconhece que a heterogeneidade é constitutiva do discurso.

A partir das diversas atividades implementadas pelo Movimento (criação de imagens, atividades corporais e as diversas oficinas educacionais), além da busca pela educação formal (desenvolvimento do hábito da leitura e da escrita), as agricultoras passaram a melhor transitar por suas comunidades identificando nessas potenciais de desenvolvimento, como arborização, construção de cisternas para captação da água, divulgação do artesanato local e comercialização dos produtos agrícolas. Importa esclarecer que as agricultoras, também, se utilizaram de meios de comunicação como o rádio para informação das atividades do Movimento e divulgação da produção local.

É exatamente neste sentido de conexão das variadas formas de comunicação que as agricultoras se desenvolveram, ora para se expressar, congregar e interagir – fortalecendo seus discursos – ora para trocar ações e reunir ideais, pautados em afinidades e atos de confiança, cooperação e reciprocidade. Nesse sentido, foram criadas, ao longo de toda a trajetória do Movimento, redes associativas, necessárias para a promoção do desenvolvimento da região, contribuindo para a produtividade e o bem-estar das comunidades rurais. O Movimento esteve, assim, baseado nos objetivos reais de promoção de melhoria da qualidade de vida das pessoas, proporcionando o incremento dos níveis de autoconfiança e organização.

Assim, a influência exercida pela comunicação sobre as mulheres agricultoras foi importante, promovendo um melhor entrosamento e comprometimento com o Movimento e repercutiu no modo de ver, sentir e viver. Trata-se de um discurso construído coletivamente, por meio da participação ativa das mulheres, mediante o uso de táticas facilitadoras do envolvimento pessoal e da auto emancipação (PERUZZO, 2010, p.95).

Quanto aos homens agricultores rurais, percebeu-se que, com o passar dos anos os seus discursos, em relação às agricultoras, revelaram que o número de trabalhadores rurais que demonstraram interesse em participar dos encontros foi crescendo gradativamente. Nos primeiros seis anos do MMTR - Sertão Central – 1984 a 1990 – apenas os homens que ocupavam cargos de liderança demonstravam valorização e estímulo à participação das mulheres. Na segunda década do Movimento – 1995 a 2005 – eles passaram a participar da abertura e fechamento dos encontros e, depois de 2006, começaram a discutir os temas transversais como AIDS, gênero e sexualidade, expondo suas ideias e ouvindo as opiniões das trabalhadoras rurais, numa importante troca de experiências para o desenvolvimento local e pioneiro no sertão pernambucano.

Dos homens que presenciaram o surgimento do MMTR - Sertão Central - PE nas décadas de 1980 e 1990, poucos apoiaram a luta das mulheres e estimulavam a sua participação no Movimento. Alguns deles ocupavam cargos de

liderança como presidentes de sindicatos ou associações e revelaram em seus discursos, a importância da participação feminina nos espaços públicos. “Só as mulheres reunidas, falta alguma coisa, só os homens, também falta. O ideal é a luta dos dois. Homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, juntos” (H1 - Depoimento extraído do relatório do Movimento, em 1985).

Todavia, muitos discursos dos homens, daquela época, explicam o medo diante do crescimento e visibilidade conquistados pelas trabalhadoras rurais, ainda revelando na formação discursiva desses homens, os procedimentos de controle:

Nunca tinha participado de uma reunião como essa, onde a mulher está demonstrando a todo tempo sua força, sua capacidade de realizar alguma coisa. Que ela possa ter o interesse de classe possa ser dona de si mesma, mostrar sua capacidade, isso muitas vezes, deixa o homem com inveja. (H2-Depoimento extraído do relatório do Movimento, em 2009).

Foucault (1997) entende que a verdade, organizada e convencionada pelas instituições, é estreitamente ligada à formação de sujeitos, bem como à sua linguagem. Desta forma, o saber é constituído por um conjunto de práticas discursivas, pressupõe relações que se tornam determinantes para as práticas discursivas. Esse saber constitutivo de prática é perceptível no depoimento que se segue: “(...) lamento que não sejam todos os homens do Movimento Sindical que apoiam de verdade a luta das mulheres. Alguns veem como um movimento paralelo. Eu vejo como uma organização que pode contribuir muito na luta conjunta” (H3 - Depoimento extraído do relatório do Movimento, em 2009).

Inferre-se que alguns desses discursos estão associados ao poder, que se expandiu pela sociedade, assumindo formas de dominação. O poder intervém materialmente, atinge ou constitui indivíduos ideologicamente e penetra em suas atitudes cotidianas.

Nessa perspectiva, e considerando o pensamento de Foucault (1997), o poder mostra a alternância entre uma positividade e uma negatividade que lhe é atribuída, mantendo a ideia de propriedade e exercício de um único soberano, ou de uma minoria, sobre uma maioria. As relações de poder inserem-se em todos os lugares, em todos os níveis de relação social existentes na sociedade.

A visão do autor de que o poder se encontra nas relações sociais, sob a forma de relações de força, pressupõe a formação de resistência a todo o exercício de poder. E é no pensamento desse estudioso que se encontra a ideia de que o aparecimento dos saberes é permeado pelas relações de poder porque o sujeito é efeito-objeto de relações de poder. Saber e poder implicam-se mutuamente. Não há relação de poder sem a construção do saber e todo saber constitui novas relações de poder. Todo o exercício do poder é também um lugar de formação do saber.

Desta maneira, percebe-se que as agricultoras inverteram a ordem do discurso, e que através do conhecimento adquirido, de todo o processo de mobilização, formação e engajamento da organização social e política tiveram a chance de fomentar novos questionamentos e conquistar novos posicionamentos, que lhes garantiram visibilidade, autonomia e empoderamento.

Depois dos anos 2003, o fato de os homens passarem a participar dos encontros anuais das trabalhadoras rurais, ouvirem suas opiniões, contribuírem com as avaliações e analisarem os temas que o meio rural vivenciava naquela época, proporcionou um novo significado aos discursos desses homens, ressaltando a importância da participação da mulher nos sindicatos, nos trabalhos da roça e nas decisões particulares. Passou a conjugar o poder de afirmação das agricultoras, em

suas participações também em espaços coletivos, afirmando que era “possível conviver de forma igual”, conforme o relatório de 1999, que avaliou o 10º encontro e que envolveu 105 trabalhadores e trabalhadoras rurais. Naquele momento, alguns homens destacaram em suas falas que foi a primeira oportunidade que tiveram de entender e discutir as situações que envolviam homens e mulheres rurais.

Uma das oficinas trabalhou o corpo, o que representou um momento de reavaliação para os trabalhadores rurais, como descreve esse trabalhador rural: “Antes via o corpo só para trabalhar, botar força. Nesses dias aqui vimos que o corpo é muito mais que isso, é bonito e pode nos dar prazer” (HA1. Depoimento extraído do relatório do Movimento, em 2009).

É possível perceber que os homens professavam discursos de forma diferenciada das falas que os criaram, esses discursos foram transformados através dos caminhos percorridos pelas trabalhadoras rurais dentro do MMTR - Sertão Central - PE, e lhes conferiram visibilidade e reconhecimento como constata o agricultor entrevistado:

Por que é que a maior parte das mulheres humildes mora nas comunidades sem água encanada, sem coleta de lixo, sem saneamento? Porque é que só de um tempo pra cá os programas habitacionais garantiram à mulher financiamento à casa própria e o nome da mulher na escritura da casa? (HA2).

Falas como esta, demonstram a preocupação dos homens rurais, em cobrar do poder público uma melhor qualidade de vida para as mulheres e suas famílias, por meio de políticas públicas habitacionais, educacionais, de saúde, etc.

A essa determinação, em última instância, Pêcheux (1990) denomina como “função ideológica” ou “condições de produção do discurso”. Desta forma, entende-se que uma sociedade possui várias formações ideológicas, e a cada uma delas corresponde uma “formação discursiva” que define o que se pode e se deve dizer em determinada época, em determinada sociedade. Desse modo, os processos discursivos estão na fonte da produção dos sentidos e a língua é o lugar material onde se realizam os “efeitos de sentido”. Ao mudar a realidade local, trabalhadoras influenciaram trabalhadoras e trabalhadores, para que juntos, mudassem o sentido de seus discursos.

Analisando-se a categoria relativa aos discursos das instituições: sindicatos e outras organizações ficaram evidenciados que a ampliação do debate sobre a posição social das trabalhadoras rurais ganhou força depois de 2006, quando o Movimento já conquistava um maior reconhecimento, junto às instituições nacionais e internacionais. Assim, percebia-se que no MMTR - Sertão Central - PE, as distâncias entre homens e mulheres já estavam mais estreitas e os discursos começavam a ser (re)criados, ao mesmo tempo em que surgiam novos grupos de mobilização, que buscavam dar mais visibilidade às agricultoras, se reunindo e levando as reivindicações às instâncias federais.

A voz das trabalhadoras rurais do MMTR - Sertão Central - PE era uma só e isso resultou em um processo de aprendizagem, que envolveu diversas parcerias ao longo desses mais de 30 anos de articulação, que valorizaram as experiências locais e que conseguiram convergir para o fortalecimento da organização coletiva, numa força propulsora em prol dos direitos das trabalhadoras rurais e do desenvolvimento das suas comunidades.

Sinto-me cada vez mais com liberdade de pensar e agir, ter meus próprios ideais, sem que alguém indique caminhos e

esses caminhos eu consigo enxergar, vê-los sem que ninguém me mostre. Graças a todo este esforço vivido em grupo, que para mim sem viver em grupo, comunidades organizadas não há mais conscientização nem igualdade (Entrevista - 11).

A afinidade e o incremento da comunicação dentro do Movimento já influenciavam as comunidades rurais locais e expandia-se em nível nacional. Depois de 2005, a participação das mulheres nos eventos foi cada vez mais significativa. As trabalhadoras rurais já participavam de diversos eventos, como passeatas, greves, piquetes. O maior deles, é a Marcha das Margaridas, levando propostas de melhoria da qualidade de vida das trabalhadoras rurais às instâncias federais. Percebe-se que na marcha, os discursos estão reafirmados, rediscutidos e reagrupados. As Margaridas construíram um documento com reivindicações representando o desejo de mais de 700 mil trabalhadoras rurais no Brasil, considerando apenas o ano de 2015. “E como é difícil romper com tais desafios impostos às mulheres. Um tom em defesa da democracia, que diz “não” ao retrocesso dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores, ao conservadorismo dos governantes e ao preconceito nas suas mais diversas formas” (12 Declaração extraída do relatório do Movimento, 2006).

As mudanças provocadas pela trajetória do MMTR - Sertão Central - PE apontaram para a necessidade de uma luta para desenvolver uma nova linguagem como elemento chave na construção de uma sociedade mais igualitária, e talvez, promover um entendimento melhor do que está inserido nesse processo de “ressignificação”.

Ao longo desses mais de 30 anos de trajetória, as trabalhadoras rurais contabilizaram diversas conquistas como o reconhecimento profissional, a materialização da documentação que proporcionou a inclusão social e o acesso aos outros direitos previdenciários e trabalhistas; assim como o desenvolvimento de campanhas importantes como o enfrentamento da violência contra a mulher. Em nível local, lutaram pelo direito de serem assentadas, de ter crédito rural, incluindo nesse grupo, as mulheres viúvas e solteiras. Participam ainda de feiras livres e passaram a comercializar o produto final produzido na roça.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar os caminhos de mobilização, engajamento e organização do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco – MMTR - Sertão Central - PE foi uma experiência rica de significados, de interpretações e de estudos aprofundados sobre os sujeitos, sobre sua linguagem, suas falas, símbolos comunicacionais e as variadas formas utilizadas de expressão. A participação dessas trabalhadoras rurais, no movimento social, pioneiro no Brasil, proporcionou diversas conquistas durante mais de 30 anos de atuação, ao mesmo tempo em que iniciou um processo de transformação e “ressignificação” de valores no meio rural.

Nesta trajetória, levou-se em conta que o discurso foi o elo inicial de articulação do trabalho desenvolvido pelas fundadoras do Movimento, influenciando com suas palavras e abordagens às outras mulheres a participar da luta pela igualdade nas relações sociais. A linguagem desenvolvida nesse recorte temporal foi percebida como interação em um modo de vida, aproximando as mulheres que até então viviam isoladas e silenciadas. Uma troca que não foi revelada de forma neutra, nem natural, contando com a interferência e insistência de líderes e fundadoras do Movimento, que se moveram diante da não participação das agricultoras nos sindicatos e nos diversos espaços da sociedade. Essas mulheres

tiveram a chance de entender os discursos vigentes, analisá-los, discuti-los e refazê-los; e passaram a influenciar a formação de outras líderes e jovens trabalhadoras rurais que já contribuíram com o Movimento, de forma diferenciada diante das situações que envolviam o universo rural.

Procurou-se identificar as estratégias de comunicação utilizadas pelo Movimento e compreender as contribuições que a organização de trabalhadoras rurais proporcionou à vida das mulheres agricultoras e ao desenvolvimento local. Assim, percebeu-se que em poucos anos, as agricultoras passaram a entender melhor os discursos da sociedade da época, descobriram que poderiam ir de encontro ao que era dito, se reuniram, se manifestaram em grupo e chamaram a atenção para novos discursos e posicionamentos. Conquistaram e ganharam o direito a ter voz. Falaram, influenciaram, formaram líderes e criaram programas de rádio pautado em reivindicações legítimas, influenciando a região sertaneja, o estado e o país.

Com essa articulação, as trabalhadoras rurais conquistaram o reconhecimento profissional e passaram a ser identificadas como trabalhadoras rurais. Outros avanços foram contabilizados: passaram a participar das reuniões sindicais e a opinar, foram convidadas a exercer cargos dentro dos sindicatos, e provaram seu valor e competência. Enfrentaram diversos preconceitos e discriminações nestes espaços de poder, mas buscaram desenvolver trabalhos que beneficiaram homens e mulheres do campo, com o desenvolvimento de campanhas educativas para levar informação aos trabalhadores rurais, e hoje, segundo dados da pesquisa, as mulheres são maioria e contribuem com o sindicato regularmente. Inclusive, no Polo Sertão Central, a maior parte dos sindicatos, é liderada por mulheres e têm a maioria de diretoras, também, no setor financeiro. Um dado colhido na pesquisa, é que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade de Triunfo, conta com 90% de mulheres, tratando as questões rurais com igualdade e respeito, o que tem provocado excelentes resultados no que se refere à vivência dos direitos de homens e mulheres do campo, como orientação jurídica para o acesso aos direitos previdenciários e ao crédito rural, assim como instruções sobre o processo de comercialização dos produtos em feiras e espaços comunitários.

Desta forma, conclui-se que a participação das trabalhadoras rurais sempre foi importante e a luta por sua valorização - como trabalhadora rural, mãe e esposa – provocou ações importantes e que começaram a dar frutos. A participação dessas mulheres em outros espaços sociais – como sindicatos, conselhos, associações, federações, confederações – proporcionam a elas novos lugares de fala, o que revela os repertórios construídos coletivamente. Acumulam assim capital intelectual, cultural, político e social para atuarem nestes espaços e representarem o Movimento.

O Movimento ainda tem muitos desafios a enfrentar, assim como questões que não foram resolvidas ao longo desses anos de atuação, mas a marcha por desenvolvimento sustentável com democracia e justiça continua. As trabalhadoras rurais acreditam em uma Reforma Agrária que reconheça os territórios dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, assim como uma justa repartição da terra que ainda está concentrada nas mãos de latifundiários. Elas buscam alternativas para a convivência com os efeitos da seca, e com isso, reafirmam seus discursos e intensificam os trabalhos de base, levando informação durante as reuniões e participando de atividades em prol da melhoria de vida no campo.

5. REFERÊNCIAS

ABREU E LIMA, M. **As mulheres no sindicalismo rural**. Recife: UFPE, 2012.

ALMEIDA, V. **Lutando e lutando**. Recife: Instituto Papai, 2013.

_____. **Ser mulher no mundo de homens**. Serra Talhada: MMTR-NE-THRESHOLD FOUNDATION, 1995. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

_____; PEIXOTO, L.I. **Uma história muito linda**: Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe. Recife, 2007.

ALMEIDA, V.; PARISIUS, C. **Ser mulher num mundo de homens**: Vanete Almeida conta sua vida a Cornelia Parisius. Serra Talhada: Universal, DED/SACTES, MMTR/NE, 1995.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

JARA, C. colaboração de Maria Verônica Moraes Souto. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável**. Brasília: Instituto Ibero-americano para o Desenvolvimento da Agricultura- IICA, 2000, 352 p.

JESUS, P.; TIRIBA, L. Cooperação. In: CATTANI, A. D. (org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

MAINGUENEAU, D. Análise do discurso: uma entrevista com Dominique Maingueneau. **Revista Virtual de Estudos de Linguagem**, v.4, n.6, 2006. Tradução de Gabriel de Ávila Othero.

MELUCCI, A. Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento. **Revista Novos Estudos**, n. 40, p.152-166, nov., 1994.

MOVIMENTO DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DO SERTÃO CENTRAL DE PERNAMBUCO. **Uma história de mulheres**. Serra Talhada, 1994.

_____. **Proposta para aumentar a participação de nós mulheres, trabalhadoras rurais, no nosso movimento sindical**. Serra Talhada, 1985.

_____. **Relatório do I Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (dezembro de 1984)**. Serra Talhada, 1985 a 2000.

ORLANDI, E. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos, 8ª ed. Campinas: Pontes, 2009. 100p.

PÊCHEUX, M. I. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, n.19. Campinas: Unicamp. 1990.

PERUZZO, C. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. 3. ed. São Paulo: Vozes, 2004.

POLO SINDICAL SERTÃO CENTRAL. **Mulher excluída do programa de emergência**. Serra Talhada, 1983.

SOUZA, G.; LIMA, F.; VARGAS, L. et al. A extensão rural e a perspectiva de gênero na agricultura familiar: a atuação do IPA junto à Associação Municipal Flor do

Campo. **Extensão Rural**, Santa Maria, v.23, n.2, abr./jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/16985/pdf_1>. Acesso em: 29 maio 2017.

ESTUDO COMPARATIVO DAS DIRETRIZES DOS CÓDIGOS FLORESTAIS DE 1965 E 2012

Carla Talita Pertille¹
Charles Costa Coelho²
Dionatan Gerber³
Álvaro Boson de Castro Faria⁴
Eleandro José Brun⁵

RESUMO

A legislação ambiental brasileira tem uma base de elaboração com solidez elevada, porém, ainda apresenta limitações, exigindo da sociedade e das instituições, ações que elas, muitas vezes, não são capazes de cumprir. O objetivo do trabalho foi gerar um documento que proporcione um melhor entendimento da legislação ambiental brasileira, especificamente aos Códigos Florestais de 1965 (Lei nº 4.771/65) e 2012 (Lei nº 12.651/12). Diversas alterações foram feitas, principalmente em relação aos regimes de proteção de áreas de preservação permanente (APP) e reserva legal (RL). Dentre elas, o código atual define as providências iniciais que o produtor rural deve tomar para se adequar à legislação, como a inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Com a aprovação do novo código, há uma necessidade de um trabalho contínuo nos âmbitos federal (regulamentações e atualizações), estadual e municipal (criação e regulamentação dos códigos florestais respectivos). Ressalta-se também a necessidade da implementação dos mecanismos de incentivos à preservação previstos no código atual, assim como uma atuação efetiva de profissionais com plenos conhecimentos sobre o Código Florestal.

Palavras-chave: área de preservação permanente, cadastro ambiental rural, reserva legal.

¹Graduada em Engenharia Florestal (UTFPR). Mestranda em Engenharia Florestal (UDESC). E-mail: carla_pertille@hotmail.com.

²Graduando do Curso em Engenharia Florestal da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). E-mail: ccoelho.florestal@gmail.com.

³Graduando do Curso em Engenharia Florestal da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). E-mail: dionatan_gerber@hotmail.com.

⁴Graduado em Engenharia Florestal (UFPR). Mestre em Ciências Florestais (UFPR). Doutor em Ciências Florestais (UFPR). Professor do Departamento de Engenharia Florestal da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). E-mail: alvarob@utfpr.edu.br.

⁵Graduado em Engenharia Florestal (UFSM). Mestre em Engenharia Florestal (UFSM) Doutor em Engenharia Florestal (UFSM). Professor do Departamento de Engenharia Florestal da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). E-mail: eleandrobrun@utfpr.edu.br

COMPARATIVE STUDY OF THE GUIDELINES OF FORESTRY CODES 1965 AND 2012

ABSTRACT

Brazilian environmental legislation has a basis of elaboration with high solidity; however, it still presents limitations, demanding from society and institutions, actions that they, often, are not able to fulfill. The objective of the work was to generate a document that provides a better understanding of the Brazilian environmental legislation, specifically to the Forest Codes of 1965 (Law n. 4.771 / 65) and 2012 (Law n ° 12.651 / 12). Several changes were made, mainly in relation to the regimes of protection of areas of permanent preservation (APP) and legal reserve (RL). Among them, the current code defines the initial measures that the rural producer must take to conform to the legislation, such as the registration in the Rural Environmental Cadastre (CAR). With the approval of the new code, there is a need for continuous work in the federal (regulations and updates), state and municipal (creation and regulation of the respective forest codes). It is also necessary to implement the incentive mechanisms for preservation provided in the current code, as well as an effective action of professionals with full knowledge of the Forest Code.

Keywords: legal reserve, permanent preservation area, rural environmental register.

1. INTRODUÇÃO

O homem, desde os primórdios da civilização, já se preocupava com a salvaguarda e a conservação de seus recursos mais preciosos. Entre esses recursos, a natureza em todas as suas expressões, incluindo a terra, a água e as fontes de energia e de riqueza. Disciplinar o uso desses bens enseja o surgimento de convenções, acordos e leis ambientais (NINO; ANJOS, 2015).

A Política Florestal Brasileira tem como principal instrumento relacionado a proteção de florestas, o Código Florestal, que institui as regras gerais sobre as formas de exploração da vegetação nativa do território brasileiro. Essa lei apresenta duas modalidades de áreas protegidas: as Áreas de Preservação Permanente (APP) e a Reserva Legal (RL).

“As APP’s são áreas cobertas ou não por vegetação nativa com a função de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico da fauna e da flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas” (BRASIL, 2012, Art. 3º, § II). Essas áreas se localizam nos topos de morros, encostas, margens de rios, nascentes, etc., e nelas os recursos naturais não podem ser explorados, salvo casos específicos previstos em lei (Utilidade Pública, Interesse Social ou Atividades Eventuais ou de Baixo Impacto Ambiental).

A Reserva Legal diz respeito a uma fração de terra da propriedade rural que deve manter a vegetação nativa original para garantir a biodiversidade da área, protegendo a fauna e a flora e também permitindo seu uso sustentável. Os percentuais mínimos de RL em relação ao imóvel rural variam conforme a região de localização. Se o imóvel está localizado na Amazônia Legal, os percentuais são 80% (oitenta por cento) no imóvel situado em área de florestas, 35% (trinta e cinco por cento) no imóvel situado em área de Cerrado; 20% (vinte por cento) em imóvel

situado em área de Campos Gerais e 20% (vinte por cento) nas demais regiões do País (BRASIL, 2012, Art. 12, § I e II).

O 1º Código Florestal foi criado em 1934, durante o governo de Getúlio Vargas, e tinha características preservacionistas, estabelecendo o uso da propriedade em função do tipo florestal remanescente (BRASIL, 1934). Este código também abordou o conceito de florestas protetoras em uma propriedade, no entanto, não indicava o tamanho dessas florestas, mas dando claras indicações da intenção de criar um conjunto de regras específicas para o meio ambiente.

Ao longo do tempo, o Poder Público sentiu a necessidade de interceder e estabelecer alguns limites através da criação oficial de outro Código Florestal. Tais medidas visavam a proteção das florestas e dos recursos hídricos, sendo entendidas como um ponto de partida às definições posteriores que abrangem as Áreas de Preservação Permanente. Em 1961, objetivando elaborar uma nova lei florestal, um grupo de trabalho foi criado e o trabalho baseou-se em legislações de outros países. Esse processo resultou na promulgação do segundo Código Florestal Brasileiro, no dia 15 de setembro de 1965, através da Lei nº 4.771/1965 (VIANA, 2001).

Com este código, um importante disciplinador de atividades florestais foi criado, declarando as florestas existentes no território nacional como bens de interesse comum a toda a população, garantindo o direito de propriedade, além de determinar regras para a utilização, preservação e conservação das florestas e outras formas de vegetação em propriedades rurais, ou seja, as Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL) (BRASIL, 1965).

Suas diretrizes foram seguidas por 47 anos, até o ano de 2012, quando foi instituído o Novo Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/2012), o qual trouxe alterações em relação ao Código Florestal de 1965 (Lei Federal nº 4.771/1965), principalmente no que se refere a Reserva Legal e Área de Preservação Permanente.

A legislação ambiental brasileira, apesar de poder ser considerada, em termos relativos, bem elaborada, apresenta limitações, eficiências e ineficiências, exigindo da sociedade e instituições, comportamentos e atitudes que elas não são capazes de cumprir, necessitando de apoio técnico profissional para que o cumprimento da mesma seja efetivado em todas as atividades que demandem o cumprimento de leis relativos ao uso dos recursos naturais. Pode-se dizer que a maioria dos problemas ambientais do Brasil não se apoia em falta de legislação, mas sim de fiscalização efetiva e de projetos específicos para ações na área de mitigação e compensação ambiental.

Dentro desse contexto, este trabalho objetiva proporcionar um melhor entendimento da legislação ambiental brasileira, especificamente quanto aos Códigos Florestais de 1965 (Lei nº 4.771/65) e 2012 (Lei nº 12.651/12), além de interpretar as normas legais referentes à APP e RL e destacar os benefícios ou desvantagens presentes na nova Lei. Objetiva também suprir a carência e/ou insuficiência de materiais bibliográficos referentes a este tema que possam auxiliar profissionais técnicos e proprietários rurais quanto ao Código Florestal Brasileiro.

2. DESENVOLVIMENTO

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de uma revisão bibliográfica acerca das duas legislações mencionadas. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica conceituando: Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL) com base em cada Código Florestal: extinto e atual. A pesquisa foi realizada em meio eletrônico, através de consultas no Diário Oficial da União e em páginas oficiais de órgãos públicos, como o Ministério do Meio Ambiente (MMA) do

Governo Federal, para obter informações das legislações analisadas. Também foram utilizados livros, teses, dissertações, artigos científicos, publicações em sites e revistas especializadas.

As informações referentes as APP's e RL foram dispostas em forma de texto. Assim, obteve-se as diferenças referentes a APP e RL para cada código. A discussão foi baseada nesses tópicos e nas fontes de dados digitais acima mencionados.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1. LEI Nº 4.771/65

3.1.1. Áreas de Preservação Permanente

Os primórdios conceituais do que se conhece hoje como APP surgiram em 1934, com a edição do primeiro Código Florestal (Decreto nº 23.793/34). Por este Código, o que se considera “preservação permanente” estava prescrito no art. 4º, que se referia às florestas protetoras. Essas florestas, de acordo com a sua localização, serviam para conservar o regime das águas, evitar erosão e garantir a salubridade pública (BRASIL, 1934). Porém, o conceito de Área de Preservação Permanente, surgiu no Brasil através da Lei nº 4.771/1965 (BRASIL, 1965).

Inicialmente, em 1965, as APP's eram conhecidas como “florestas de preservação permanente”. Essa nomenclatura gerava ambiguidade na interpretação da norma jurídica, pois era considerado de preservação permanente apenas as formações vegetais compostas por florestas. Isso fazia com que a norma não fosse cumprida nos locais onde não havia vegetação florestal. Este fato gerou a substituição do termo antigo e consolidação da “Área de Preservação Permanente” (APP) nos textos legais vigentes.

A Medida Provisória (MP) 2.166-67, promulgada em 2001, consagrou a terminologia APP. Na antiga redação, áreas que não tinham cobertura florestal poderiam ser sujeitas a intervenção humana, sem a obrigatoriedade da preservação (BRANDÃO, 2001). Já com a redação da MP nº 2.166-67 de 2001, toda área, mesmo aquela desprovida de vegetação, passou a ser, definitivamente, considerada de preservação permanente (BRASIL, 2001).

Segundo a redação da MP nº 2.166-67 de 2001, a Área de Preservação Permanente é definida como (MP nº 2.166-67/2001):

Art. 1: Área protegida nos termos dos arts. 2º e 3º desta Lei, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

Por este código, as APP's são classificadas em duas modalidades, de acordo com seus arts. 2º e 3º. As APP's descritas no artigo 2º do Código Florestal são as APP's legais, instituídas por Lei, caracterizando o local que deve ser mantido preservado, independentemente se há ou não cobertura vegetal (ABREU; OLIVEIRA, 2002; LEUZINGER, 2007). Essas APP's têm relação com a “situação” topográfica das áreas, quer esteja coberta ou não por vegetação e se situam ao longo dos rios e demais cursos d'água, sendo sua dimensão em função da largura do próprio curso d'água. Também existem as APP's situadas em topo de morros,

nas encostas, nas restingas, nas bordas dos tabuleiros e em altitude superior a 1800 m (BRASIL, 1965). O regramento aplicável às APP's, de acordo com a referida Lei e a Resolução do CONAMA nº 303/2002, juntamente com seus limites, pode ser visualizado na tabela 1.

Tabela 1 – Delimitação de Áreas de Preservação Permanente segundo a Lei nº 4.771/65, com base na largura do curso d'água e faixa de entorno nas demais categorias.

Categoria de APP	Limite (m)
Rios com menos de 10 metros	30
Rios com 10 a 50 metros	50
Rios com 50 a 200 metros	100
Rios com 200 a 600 metros	200
Rios superiores a 600 metros	500
Lagoas naturais	50
Reservatórios d'água naturais ou artificiais	30 m em áreas urbanas e 100 m em áreas rurais
Nascentes (entorno)	50
Restingas	300
Bordas de tabuleiros	100

Fonte: BRASIL (1965); CONAMA (2002).

Já o art. 3º do Código Florestal de 1965 determinava que as APP's poderiam ser criadas por ter relação com a "finalidade" preservacionista e consideradas de preservação permanente as áreas declaradas por Ato do Poder Público, sendo as "APP's administrativas", instituídas por ato declaratório (ABREU; OLIVEIRA, 2002).

As APP's são instituídas sem se considerar a titularidade do bem, quer incidam em áreas públicas ou privadas, indistintamente e de acordo com as características que apresentam (CAVEDON, 2003).

A lei não exige a averbação das APP's em cartório de registro de imóveis, ao contrário do que ocorre com as áreas de RL. A Lei, por si só, já caracteriza a importância que deve ser dada a essas áreas, daí a não obrigatoriedade de sua averbação. Deve ficar evidente que são áreas que, de qualquer maneira, de acordo com a localização, são insusceptíveis de intervenção (BORGES et al., 2011).

No entanto, quando o imóvel adquirido após a promulgação do Código Florestal (Lei nº 4.771/65) não tiver sua APP protegida, ele estará gravado pelo passivo ambiental e responderá pelas obrigações constituídas antes da aquisição da propriedade, isto é, a responsabilidade pela regularização ambiental é do proprietário.

A primeira normatização para a permissão do uso das APP's foi disposta no art. 4º deste Código Florestal alterado pela Medida Provisória nº 2.166-67 de 2001. Nessa norma, a supressão de vegetação em APP era permitida desde que devidamente caracterizada a utilidade pública ou o interesse social da área. Esta Medida Provisória também regulamentou o procedimento administrativo de autorização da supressão, uma vez que a permissão somente poderá ocorrer na inexistência de alternativa técnica e locacional do empreendimento (BRASIL, 2001).

No entanto, esse regulamento recebeu várias críticas por considerar apenas a "supressão de vegetação" em APP. O regulamento não trouxe e nem definiu os critérios que permitiriam promover a alteração de uma APP quando desprovida de vegetação, ficando estas últimas entendidas como áreas livres para qualquer tipo de intervenção.

Visando sanar essa polêmica, o CONAMA, através da edição da Resolução nº 369/06, acrescentou ao termo “supressão de vegetação” o termo “intervenção”. Assim, o termo intervenção em APP pode ser considerado tanto para atividades em APP's desprovidas de vegetação bem como aquelas com ocorrência de vegetação. Esta Resolução também trouxe novas classes no entendimento de utilidade pública e interesse social, bem como permitiu a intervenção eventual e de baixo impacto ambiental em APP. No entanto, esta intervenção devia ser autorizada pelo órgão ambiental, não podendo comprometer as funções ambientais naturais.

3.1.2. Reserva Legal

Em 1934, o 1º Código Florestal definia a obrigatoriedade de reservar área de floresta no imóvel rural, para conciliar a preservação de área de floresta com o fornecimento de carvão e lenha, permitindo a supressão/corte de, no máximo, três quartos (75%) da vegetação existente no imóvel (BRASIL, 1934).

A evolução do instituto da Reserva Legal possuiu alguns marcos históricos: ainda sob o jugo da coroa portuguesa, surgiram as chamadas ordenações manuelinas que perdurou até o advento do primeiro Código Florestal Brasileiro em 1934. Outro marco importante foi a Constituição da República, de 1988, que reconheceu a Reserva Legal como instrumento necessário para a conservação da biodiversidade (art. 225), como meio necessário para a preservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

A reserva legal (RL) é uma modalidade de área protegida no Brasil, e conforme o texto do Código Florestal de 1965 (BRASIL, 1965, Art. 1º, §2º, inciso III), onde reserva legal é:

a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção da fauna e flora nativas.

Segundo o referido diploma legal, a RL pode ser alocada de diferentes maneiras na propriedade rural (BRASIL, 1965, Art. 16º):

§ 4: a localização da RL deve ser aprovada pelo órgão ambiental estadual competente, ou mediante convênio, pelo órgão ambiental municipal ou outra instituição devidamente habilitada, devendo ser considerados, no processo de aprovação, a função social da propriedade, e os seguintes critérios e instrumentos, quando houver:

- I - O plano da bacia hidrográfica;
- II - O plano diretor municipal;
- III - O zoneamento ecológico-econômico;
- IV - Outras categorias de zoneamento ambiental; e
- V - A proximidade com outra RL, APP, unidade de conservação ou outra área legalmente protegida.

O percentual de cada imóvel rural a ser mantido sob a forma de RL varia de acordo com o bioma e a região do país, sendo de 80% da área do imóvel situado sob domínio de floresta na Amazônia Legal, 35% da área do imóvel no bioma do Cerrado na Amazônia Legal e 20% da área do imóvel localizado nas demais regiões

do país. Nas reservas legais, o uso direto dos recursos é permitido, desde que seja feito sob a forma de manejo sustentável (BRASIL, 1965; BRASIL, 2001).

A criação, recuperação e manutenção das RL em imóveis rurais contribuiu para conservar remanescentes dos ecossistemas brasileiros, reparando áreas onde os mesmos foram ocupados por atividades agropecuárias. Nesse sentido, são necessárias ações que visem a recuperação de funções ambientais como: regulação dos fluxos de água, manutenção dos ciclos biogeoquímicos, entre outros (VILLAMAYOR, 2003).

A supressão, exploração e localização da RL foi contemplada neste Código Florestal, por força da Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001, que alterou o parágrafo 2º do artigo 16, destacando a proibição de supressão da vegetação de reserva legal, autorizando apenas sua utilização sob o regime de manejo florestal sustentável (BRASIL, 2001).

Segundo redação dada por esta Medida Provisória, ao artigo 44 do Código Florestal, o proprietário ou possuidor de imóvel rural com área de floresta nativa inferior ao mínimo legal para compor a RL, conforme percentuais previstos nos incisos I ao IV do artigo 16, pode recompor a floresta, conduzir a vegetação nativa ou a compensar com outra área equivalente, devendo adotar as seguintes alternativas, isoladas ou conjuntamente (BRASIL, 2001):

I – recompor a reserva legal de sua propriedade mediante o plantio, a cada três anos, de no mínimo 1/10 da área total necessária à sua complementação, com espécies nativas, de acordo com critérios estabelecidos pelo órgão ambiental estadual competente;

II – conduzir a regeneração natural da reserva legal; e

III – compensar a reserva legal por outra área equivalente em importância ecológica e extensão, desde que pertença ao mesmo ecossistema e esteja localizada na mesma micro bacia, conforme critérios estabelecidos em regulamento.

A terminologia Reserva Legal surgiu com a Medida Provisória nº 7.803, de 18 de julho de 1989 (BRASIL, 1989), a qual também tornou obrigatória a averbação da RL à margem da inscrição de matrícula do imóvel no registro de imóveis competente, sendo vedada a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão, a qualquer título, ou de desmembramento da área. Importante salientar que a Política Agrícola, instituída pela Lei nº 8.171/91, estabeleceu como um dos seus objetivos “proteger o meio ambiente, garantir o seu uso racional e estimular a recuperação dos recursos naturais” (art.3º, IV), e definiu o prazo de trinta anos para recomposição das áreas de reserva legal devastadas e cultivadas pelos proprietários de imóveis rurais, conforme previsto no seu artigo 99 (BRASIL, 1991).

A caminhada legal referente às RL’s culminou com o Decreto nº 6.514, de 22/07/2008, que veio para sanar a lacuna deixada por este Código Florestal quanto ao prazo de averbação das referidas áreas na matrícula do imóvel rural. O Código dispunha sobre a obrigatoriedade de averbar, mas não o prazo de averbação. Sendo assim, o Decreto nº 6.514, alterado posteriormente pelo Decreto nº 6.686, de 10/12/08, estipulou como prazo limite o dia 11 de dezembro de 2009, para que os proprietários de imóveis rurais procedessem à averbação das RL’s junto ao Registro de Imóveis competente, sob pena de multa (VIANA, 2001).

Em função da crise gerada a partir da publicação destes decretos, foi editado o Decreto nº 7.209/2009, que instituiu o “Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais”, também chamado “Programa Mais

Ambiente”, com a finalidade de ampliar o prazo anteriormente concedido (VIANA, 2001).

As questões referentes a RL no âmbito do Código Florestal de 1965 geraram diversas polêmicas e representavam, nessa época (entre meados de 2008 a 2012), a maior preocupação dos proprietários rurais, especialmente para aqueles que possuíam APP's em sua propriedade e eram obrigados a cumprir a lei quanto a estes quesitos. Mesmo com a prorrogação do prazo para sua averbação, eram esperadas alterações quanto ao Código Florestal, que ocorreu em maio de 2012, trazendo alterações significativas no que tange a RL.

3.2. LEI N° 12.651/2012

3.2.1. Área de Preservação Permanente

Embora mantenha as mesmas distâncias do Código revogado, deve-se atentar que, pela nova legislação, a APP de cursos d'água é medida a partir da calha regular dos rios, ou seja, o canal por onde correm regularmente as águas do curso d'água durante o ano, e não mais a partir do leito maior que é aquele nível alcançado por ocasião da cheia sazonal (BRASIL, 2012). A regra geral considera APP's as margens de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, exceto os efêmeros, ou seja, incluindo os que possuem intervalos irregulares (intermitente) e excluem pequenos cursos d'água natural de duração temporária. Para isso, deve-se observar desde a borda da calha do leito regular, nas larguras mínimas definidas na tabela 2 (BRASIL, 2012).

Tabela 2 – Delimitação de Áreas de Preservação Permanente segundo a Lei nº12.651/12.

Largura do Rio (m)	Largura da APP (m)
Menos de 10 m	30
De 10 a 50 m	50
De 50 a 200 m	100
De 200 a 600 m	200
Superior a 600 m	500

Fonte: BRASIL (2012).

A nova lei 12.651/2012, em seu capítulo XIII art. 63º, referindo sobre o inciso V, VIII, IX e X do art. 4º, admite a regularização de usos nas áreas de APPs das encostas, topo de morro, campos de altitude e bordas de tabuleiros, possibilitando, a manutenção de atividades florestais, culturas de espécies lenhosas, perenes ou de ciclo longo, desde que essas atividades tenham sido realizadas antes da data 22 de julho de 2008, atribuída pela legislação como área rural consolidada e que, pela antiga lei nº 4.771/65, não eram passíveis de regularização.

Com a atualização do Código Florestal e o Decreto nº 7.830/2012, surgiu um conceito de suma importância: regularização ambiental. Este termo é definido como o “conjunto de atividades desenvolvidas e implementadas no imóvel rural que visem atender ao disposto na legislação ambiental, de forma prioritária, garantem a manutenção e recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP's), Áreas de Uso Consolidado (AURs) e Reserva Legal (RLs) e a compensação da RL, quando couber” (art.2º, XV, Decreto nº 7.830/2012).

O art. 61-A do Código Florestal diz respeito aos limites mínimos de regularização ambiental das APP's. Essa forma de regularização ficou também conhecida como “regra da escadinha”. Tal regra considera que, nas áreas

consolidadas (áreas em que a supressão (remoção) ocorreu até 22 de julho de 2008) a recomposição ou regeneração de APP's hídricas, será dimensionada conforme o tamanho do imóvel rural em Módulo Fiscal (MF) (BRASIL, 2012).

Assim, as pequenas propriedades (que possuem até quatro Módulos Fiscais (MFs)), deverão recompor as faixas marginais, contadas da borda da calha do leito regular, independentemente da largura do rio, em até cinco metros (propriedades de até 1 MF), em até oito metros (propriedades com área superior a 1 módulo até 2 MF) e até 15 metros (propriedades com área superior a 2 e até 4 MF) (BRASIL, 2012).

Deve-se ressaltar que, de acordo com o art. 61-B do Código Florestal, aos imóveis rurais que, em 22 de julho de 2008, detinham até 10 módulos fiscais (MF) e desenvolviam atividades agrossilvopastoris nas áreas consolidadas em APP é garantido que a exigência de recomposição, somadas todas as APP's do imóvel, é obrigatória somente até os limites:

- I - 10% da área total do imóvel, para imóveis rurais com área de até 2 MF;
- II - 20% da área total do imóvel, para imóveis rurais com área de 2 a 4 MF.

De acordo com a lei nº 12.651/2015, Capítulo XIII, seção III das áreas consolidadas em APP, em propriedades com até 4 MF, a recomposição da APP pode ser realizada com uso de espécies nativas e exóticas, e para as propriedades com área superior a 4 MF onde, apesar da faixa de recomposição ser a mesma (15 metros), é permitido somente o uso de espécies nativas (BRASIL, 2012).

Em relação às APP's de relevo, no que diz respeito às encostas, a legislação manteve o conceito de: "são protegidas as encostas ou parte destas, com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive" (BRASIL, 1965; 2012).

A nova lei alterou o conceito de topo de morro, sendo que são protegidos agora o terço superior de elevações com altura mínima de 100 metros e inclinação média maior que 25°, sendo a altura da elevação (topo) medida em relação à base (definida pelo ponto de cota) e a declividade média do morro.

Para veredas, a regra geral é que, para as novas supressões, são consideradas APP's, a faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de 50 metros, a partir do espaço permanentemente brejoso e encharcado (BRASIL, 2012). E nas áreas consolidadas, onde ocorreu supressão até o dia 22 de julho de 2008, será obrigatória a recomposição das faixas marginais, em projeção horizontal de: trinta metros, para as propriedades com área de até 4 MF e cinquenta metros, para as propriedades com área acima de 4 MF (BRASIL, 2012).

Esta recomposição exigida pelo novo Código pode ser feita pelos seguintes métodos (BRASIL, 2012):

- 1) Condução da regeneração natural de espécies nativas;
- 2) Plantio de espécies nativas;
- 3) Plantio de espécies nativas, conjugado com a condução da regeneração natural de espécies nativas;
- 4) Plantio intercalado de espécies lenhosas; perenes ou de ciclo longo; e exóticas com nativas de ocorrência regional, em até 50% da área total a ser recomposta, nas pequenas propriedades ou propriedade familiar.

Com estas alterações propostas pelo novo Código, em termos gerais e estruturais, a lei propõe ajustes pontuais para adequação da situação de fato à situação de direito pretendida pela legislação ambiental.

3.2.2. Reserva Legal

O Código vigente a partir de 2012 não alterou a área que o proprietário rural deve manter com cobertura vegetal nativa a título de RL.

O § 8º do art. 16, do Código Florestal revogado (Lei nº 4.771/1965), após redação dada pela Medida Provisória nº 2.166-67/2001, determinava que a área de RL deveria ser averbada à margem da inscrição de matrícula do imóvel, no registro de imóveis competente. O objetivo era mostrar os limites da reserva em um instrumento público, cujo acesso às informações fosse livre para quem tivesse interesse (STEPHANES, 2012).

Tamanha era a importância da averbação da RL no registro de imóveis que o Decreto Federal nº 6.686/2008 passou a tipificar como infração a não averbação da RL. Contudo, o Novo Código Florestal (Lei nº 12.561/2012) desobrigou a averbação à margem da matrícula do imóvel, o que pode ser observado em seu art. 18:

Art. 18. A área de Reserva Legal deverá ser registrada no órgão ambiental competente por meio de inscrição no CAR de que trata o art. 29, sendo vedada a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão, a qualquer título, ou de desmembramento, com as exceções previstas nesta Lei (BRASIL, 2012).

A implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) pelo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) desobrigou a averbação da reserva legal no registro de imóveis. Agora os proprietários de imóvel com RL conservada e inscrita no CAR cuja área ultrapasse o mínimo exigido pela lei 12.651/2012, poderá utilizar a área excedente para Cota de Reserva Legal, sem a necessidade da averbação. Quanto à natureza do CAR, cumpre esclarecer que é um ato declaratório obrigatório (art. 6º, Decreto nº 7.830/2012) que todo proprietário, possuidor rural, ou representante legalmente constituído deve fazer no prazo de um ano (art. 6º, §2º, Decreto nº 7.830/2012) contado a partir do dia 06/05/2014, quando foi implantado (art. 64 da IN nº 02/2014 do MMA). Porém, desde então, o prazo para a realização do CAR já passou por várias prorrogações e, com a Lei nº 13.335/2016, o prazo para a realização do CAR, foi estendido para 31 de Dezembro de 2017, prazo este que é válido apenas para os pequenos produtores rurais e agricultores familiares, com área de até quatro módulos fiscais.

O Novo Código Florestal não alterou o conceito de averbação da RL, somente garantiu direito a sua gratuidade (§4º, art. 18, BRASIL, 2012). Para conclusão do processo de averbação da RL, faz-se necessário o registro da mesma na escritura do imóvel, porém, antes disso, é necessária a aprovação da RL pelo órgão ambiental competente. Sendo assim, tem-se três possíveis situações:

- Imóvel Rural sem Reserva Legal averbada: aquele que, por motivos diversos, não apresenta nenhum documento comprobatório de que parte da vegetação nativa da propriedade ou posse se destine à composição da RL:

- Imóvel Rural com Reserva Legal aprovada, porém não averbada: aquele que possui remanescente de vegetação nativa destinado para RL, com aprovação por parte do órgão ambiental competente, todavia sem registro à margem do documento de propriedade ou posse.

- Imóvel Rural com Reserva Legal aprovada e averbada: aquele que possui remanescente de vegetação nativa destinado para RL, com aprovação por parte do órgão ambiental competente e registrado à margem do documento de registro.

A averbação pode ser feita na própria matrícula do imóvel, caso este possua remanescente de vegetação nativa, ou pode ser feita na matrícula de outro imóvel, independente do motivo. Essa situação é denominada “compensação” (BRASIL, 2012).

A compensação da Reserva Legal é um mecanismo pelo qual o proprietário ou possuidor pode regularizar sua RL, adquirindo áreas equivalentes em outro imóvel rural, em vez de destinar áreas de uso produtivo para regeneração natural ou recomposição (BRASIL, 2012).

As áreas a serem utilizadas para compensação deverão atender aos seguintes requisitos (Lei nº 12.651/2012, Art. 66 §5º e 6º):

- I. Serem equivalentes em extensão à área da RL a ser compensada;
- II. Estar localizada no mesmo bioma da área de RL a ser compensada;
- III. Se fora do Estado, estar localizada em áreas identificadas como prioritárias para conservação, pela União ou pelos Estados, buscando favorecer a recuperação de bacias hidrográficas excessivamente desmatadas, o estabelecimento de corredores ecológicos, a conservação de grandes áreas protegidas e a conservação ou recuperação de ecossistemas ou espécies ameaçadas.

A compensação pode ser feita de três formas: aquisição de Cota de Reserva Legal (CRA); arrendamento da área sob regime de servidão ambiental ou RL; e doação ao poder público de área localizada no interior de Unidade de Conservação (UC) de domínio público pendente de regularização fundiária (BRASIL, 2012).

De acordo com o atual Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) àqueles proprietários ou possuidores de imóvel rural, que detinham, em 22 de julho de 2008, área de Reserva Legal em extensão inferior ao exigido de acordo com seu bioma e região devem regularizar essas áreas.

Para os imóveis rurais que detinham, em 22 de julho de 2008, área de até quatro módulos fiscais (consideradas pequenas propriedades), e que possuíam remanescente de vegetação nativa em percentuais inferiores ao previsto em lei, a RL pode ser constituída pela área ocupada com a vegetação nativa existente até essa data. Nesse caso, o proprietário ou possuidor não deve suprimir qualquer remanescente de vegetação nativa no seu imóvel para uso alternativo do solo, previsto no artigo 67 do capítulo XIII do atual Código Florestal (Lei nº 12.651/2012). Para propriedades com mais de quatro MF, o percentual de RL a ser mantido continua sendo de 20%, regra geral para qualquer bioma fora da Amazônia Legal. Por outro lado, o percentual de RL a ser mantido em uma área dentro do bioma fora da Amazônia Legal deve ser: 80% do imóvel situado em área de florestas, 35%, do imóvel situado em área de cerrado e 20%, no imóvel situado em área de campos gerais. Esse processo de regularização está simplificado na tabela 3.

Tabela 3 – Regularização ambiental para Reserva Legal conforme Lei Federal nº12.651/2012.

Amazônia Legal		Demais Regiões	
Propriedades < 4 MF	Propriedades > 4 MF	Propriedades < 4 MF	Propriedades > 4 MF
Considera-se regularizada desde que mantenha, no mínimo, o percentual em área ocupada por remanescente de vegetação nativa estabelecido em 22 de julho de 2008.	A porcentagem dependerá do bioma no qual o imóvel rural está inserido: I: 80% na propriedade rural situada em área de floresta; II: 35% na propriedade rural situada em área de cerrado; III: 20% na propriedade rural em área de campos gerais.	Considera-se regularizada desde que mantenha, no mínimo, o percentual em área ocupada por remanescente de vegetação nativa estabelecido em 22 de julho de 2008.	I: 20% na propriedade rural situada em área de floresta ou outras formas.

Fonte: BRASIL (2012).

Com as alterações previstas por este código, com a extinção da averbação da Reserva Legal em cartório, ocorre a desburocratização deste processo, tornando-o mais acessível aos proprietários rurais. Além disso, a possibilidade de compensar a RL no bioma possibilita aos estados regularizarem suas áreas (STEPHANES, 2012).

4. PRINCIPAIS MUDANÇAS

Diversas alterações foram feitas ao Código Florestal de 1965, alterando principalmente os regimes de proteção de APP e RL. A principal medida foi a edição do Decreto nº 6.514 de 2008, o qual discorre sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e regulamenta o Código Florestal. Esse decreto contribuiu significativamente para a aplicação real do Código, pois estabeleceu regras sobre a regeneração de APP e RL e multas para quem impedisse essa regeneração (BRASIL, 2008).

A aprovação do novo código florestal promoveu diversas alterações em relação ao código extinto, considerando a produção agropecuária relacionada com o meio ambiente e suas particularidades. Diante do cenário de obrigatoriedade de adequação à nova legislação, surge a preocupação em como atendê-la, através da recuperação e proteção ambiental sem comprometer a viabilidade econômica da propriedade. Para isso, podem ser utilizados mecanismos de adequação, como o CAR (Cadastro Ambiental Rural), criado com o escopo de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, feito em registro público eletrônico de âmbito nacional e o PRAD (Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas) que visa restaurar uma área degradada para amenizar os efeitos da degradação no meio ambiente.

Além de relacionar a preservação ambiental com a realidade rural, o novo Código Florestal reconheceu as florestas e demais formas de vegetação como bens de interesse comum a todos os habitantes do país, além da ação governamental de proteção e uso sustentável das florestas e responsabilidade de criação de políticas públicas para a preservação e restauração da vegetação nativa e suas funções

ecológicas e sociais nas áreas urbanas e rurais, a recuperação da vegetação nativa e no desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis (BRASIL, 2012).

O novo código alterou algumas definições, como a pequena propriedade ou posse rural familiar, regulamentada no Art. 3º da Lei 11.326/06, não podendo a área ser maior do que quatro módulos fiscais. Pelo código extinto, a Reserva Legal excluía de seu cômputo as APPs e, com o novo código, não existe mais essa limitação. Tal mudança permite a ampliação de atividades de utilidade pública e interesse social, as quais permitem a supressão de APP (BRASIL, 2012) mediante condições específicas.

A redação do Código anterior apresentava restrições nesse ponto, permitindo apenas a supressão de vegetação em APP em casos de utilidade pública ou interesse social, devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio. A previsão para a supressão de vegetação em APP em situações de supressão eventual ou de baixo impacto ambiental também era presente na legislação, mas deveria haver autorização do órgão ambiental competente, além da necessidade de adoção de medidas mitigadoras e compensatórias pelo empreendedor. O novo Código Florestal foi mais direto nesta questão, não mencionando procedimentos administrativos ou medidas mitigadoras e compensatórias a serem estabelecidas pelo órgão ambiental competente, aspecto que deverá ser disciplinado em orientações legais posteriores, de forma a ordenar o uso da APP.

Dentre as definições incluídas na nova legislação, a principal diz respeito a área rural consolidada, considerada como uma área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com a substituição da vegetação nativa por outras coberturas do solo, como atividades agropecuárias, industriais e de geração de energia, mineração e transporte, assentamentos urbanos e também o manejo florestal (BRASIL, 2012).

Dentre as principais alterações no que diz respeito às APP, a mais relevante está na forma de delimitação. No código extinto a contagem era baseada no leito maior dos corpos d'água. No código atual, a medida deve ser considerada a partir do leito regular, o que, segundo os ambientalistas, interfere diretamente na área total a ser protegida. Além disso, o novo código também prevê áreas de proteção para as veredas (áreas úmidas), com uma faixa de vegetação de 50 metros a partir do trecho brejoso, o que não estava previsto na lei anterior e introduz áreas de apicuns e salgados na legislação, áreas usadas para carcinicultura e salinas, que não apareciam no código extinto (BRASIL, 2012).

Para reservatórios de água, o tratamento é diferenciado conforme o tamanho e o tipo (natural ou artificial). Nos reservatórios com menos de um hectare será dispensada a APP, a fim de solucionar o problema em pequenos açudes construídos em imóveis rurais para a dessedentação de animais. Já os reservatórios artificiais formados por represamento em imóveis rurais devem ter APP de no mínimo 15 metros, caso não sejam usados para o abastecimento público ou geração de energia elétrica e tenham até 20 hectares de superfície, conforme estabelecido no Art. 5, capítulo II do atual Código Florestal (Lei nº 12.651/2012).

Quanto à Reserva Legal, o Código atual previu casos em que a mesma não será exigida, como para empreendimentos de abastecimento público de água e tratamento de esgoto ou para áreas adquiridas ou desapropriadas com o objetivo de implantação e ampliação da capacidade de rodovias e ferrovias, e casos em que o Poder Público poderá reduzir o percentual da Reserva Legal para até 50%, quando o Município tiver mais de 50% da área ocupada por unidades de conservação da natureza de domínio público e por terras indígenas homologadas, o mesmo valendo

para os Estados com zoneamento ecológico econômico aprovado, e no percentual de 65% (Art. 12, §§ 4º e 5º).

Dessa forma, o Poder Público Federal poderá reduzir, para fins de regularização de imóveis rurais consolidados situados em área de floresta na Amazônia Legal, para 50% a área de Reserva Legal. Por outro lado, o Poder Público Federal poderá ampliar as áreas de Reserva Legal em até 50% dos percentuais previstos pelo novo Código, para cumprimento de metas nacionais de proteção à biodiversidade ou de redução de emissão de gases de efeito estufa (Art. 13, II). Esta mudança não tem caráter de inovação, pois a possibilidade de manejo em Reserva Legal, com áreas reduzidas ou ampliadas, já estava prevista no Código anterior.

Uma grande mudança é que o novo Código previu a possibilidade do cômputo das APP no cálculo da área de Reserva Legal, o que pela legislação anterior não era permitido. Deve-se observar, para que tal medida não cause desmatamento, se a APP estiver conservada ou em recuperação e se o imóvel estiver registrado no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

O código atual define as providências iniciais que o produtor rural deve tomar para se adequar à legislação, uma delas diz respeito à inscrição do Cadastro Ambiental Rural (CAR). O CAR foi estabelecido em nível nacional com a publicação do Código Florestal, seguida pelos Decretos nº 7.830/2012, nº 8.235/2014 e da Instrução Normativa MMA nº 2/2014. Com a publicação no Diário Oficial através da lei nº 13.335/2016, estende o prazo para a realização do CAR, para 31 de Dezembro de 2017. O CAR é uma ferramenta do processo de regularização ambiental, ou seja, um registro público eletrônico de âmbito nacional, que demonstra se o imóvel está regular ambientalmente ou em processo de regularização dos compromissos previstos no Código Florestal relativos à APP e RL.

O novo Código também prevê incentivos à regularização ambiental dos imóveis rurais. Os proprietários que foram autuados por multas, poderão obter sua suspensão se recuperarem as APPs e a área de Reserva Legal.

A adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) faz com que o proprietário rural assine um termo de adesão e compromisso, no qual serão especificados os procedimentos de recuperação a serem adotados. Durante o cumprimento deste termo, o proprietário rural não poderá ser novamente autuado. Contudo, no caso de descumprimento, o termo de adesão terá eficácia de título executivo extrajudicial, viabilizando a execução das multas suspensas.

A criação da Cota de Reserva Legal (CRA) foi um grande avanço nesta Lei, sendo o título que representa a área de Reserva Legal em excesso em uma propriedade rural. Tal título será emitido pelo órgão ambiental a pedido do proprietário da área preservada. A CRA pode ser vendida ou cedida a outro proprietário que tenha déficit de Reserva Legal. A CRA poderá ser cancelada a pedido do proprietário, desde que assegurada outra reserva para o imóvel, ou por decisão do órgão ambiental no caso de degradação da vegetação nativa vinculada ao título (BRASIL, 2012).

A regularização da Reserva Legal também pode ser feita sem a adesão ao PRA. Para isso, o proprietário do imóvel pode conduzir a regeneração natural da vegetação dentro do imóvel ou fazer a compensação, que pode ocorrer de três formas: aquisição da CRA, arrendamento da área sob regime de servidão ambiental, doação ao poder público de área localizada em unidade de conservação pendente de regularização fundiária.

As áreas usadas para compensar a reserva devem ter a mesma extensão que a área a ser compensada e estar localizadas no mesmo bioma da reserva, mesmo que em outro estado. Caso o proprietário rural queira recompor a vegetação no seu imóvel, o prazo é de até vinte anos, a critério do órgão ambiental. O replantio

poderá ser feito com espécies nativas e exóticas (estas no limite de 50%) em sistema agroflorestal. O plano de manejo florestal sustentável poderá permitir a exploração econômica da área de Reserva Legal (BRASIL, 2012). É importante ressaltar que aqueles que mantêm Reserva Legal em percentuais menores, mas em conformidade com a exigência da lei em vigor à época da averbação da Reserva, ficarão isentos de recompor a área conforme os índices exigidos atualmente. Tal medida garante a segurança jurídica para os proprietários que se mantiveram dentro da lei.

O Novo Código exige o licenciamento ambiental para a exploração de florestas nativas, que será feita com base em Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) que deverá prever mecanismos de controle de cortes, da regeneração e do estoque existente. Ficam isentos do PMFS o corte autorizado para uso do solo para agropecuária, o manejo de florestas plantadas fora da reserva legal e a exploração não comercial realizada pelas pequenas propriedades e agricultores familiares. Já as empresas que utilizem grande quantidade de matéria prima florestal deverão elaborar um Plano de Suprimento Sustentável (PSS) com indicação das áreas de origem da matéria prima e cópia do contrato de fornecimento (BRASIL, 2012).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças promovidas pelo Novo Código Florestal Brasileiro foram uma tentativa de conciliar, da melhor forma possível, a preservação e a exploração dos recursos naturais, de forma sustentável, sendo assim, atendendo o pressuposto previsto na Constituição Federal de 1988, que prevê um meio ambiente sustentável, em seu Art. 255.

Devido à grande extensão territorial do Brasil e as particularidades de cada região, os impactos ambientais, sociais e econômicos decorrentes da aplicação do código vigente podem ter consequências diferenciadas de acordo com as características locais de cada região.

Percebe-se que ainda existirão muitos debates e dúvidas quanto a aplicação efetiva desta lei, revelando a importância da atuação de profissionais com plenos conhecimentos sobre o Código Florestal, para auxiliar proprietários rurais, instituições e a sociedade como um todo na sua aplicação efetiva.

Após as diretrizes gerais estabelecidas pelo novo código florestal de 2012, todos os estados da federação deverão elaborar e aprovar seus próprios códigos, dando os devidos detalhes e delineando as especificidades regionais, sem haver conflito com o código nacional. Cabe também aos municípios a elaboração dos seus códigos florestais próprios, em consonância com os códigos federal e estadual.

Ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) caberá a função de legislar de forma a clarear aspectos do código nacional que necessitem maior detalhamento e ordenação. Cabe também ressaltar as funções de outros órgãos governamentais federais quanto ao trabalho de adequação e atualização do código florestal, como por exemplo, os entes legislativos e judiciários, assim como à sociedade civil organizada, em seu papel crítico e participativo, de atuar no sentido de atualizar e adequar a legislação às necessidades humanas, sempre baseadas em preceitos de sustentabilidade.

A aplicação prática e eficiente do novo código florestal brasileiro também passa pela regulamentação dos programas de incentivos às ações de preservação ambiental, previstos na própria lei.

Afora tudo isso, cabe citar o importante papel dos profissionais da área, os quais devem atuar, dentro dos preceitos da ética profissional e do regramento que

lhes cabe, como solucionadores de dúvidas e na elaboração e execução de projetos que contemplem o desenvolvimento socioeconômico do Brasil dentro de preceitos ambientalmente corretos.

6. REFERÊNCIAS

ABREU, A. H.; OLIVEIRA, R. Regime jurídico das matas ciliares. **Boletim dos Procuradores da República**, Brasília, ano 4, n. 48, p. 3-8, 2002.

BORGES, L. A. C.; REZENDE, J. L. P.; PEREIRA, J. A. A.; JUNIOR, L. M. C.; BARROS, D. A. Áreas de preservação permanente na legislação ambiental brasileira. **Ciência Rural**, v.41, n.7, p.1202-1210, 2011.

BRANDÃO, J. C. L. Aspectos jurídicos das florestas de preservação permanente e das reservas legais: propriedade e meio ambiente. **Revista de Direito Ambiental**, v.22, p.114-146, 2001.

BRASIL. **Decreto Federal nº 23.793**, de 23 de janeiro de 1934. Decreta o Código Florestal. Brasília, DF, 1934.

BRASIL, 1965. Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965. Código Florestal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 16 de set. Seção 1. p. 9529-9531.

BRASIL. Lei Federal nº. 6.746, de 10 de dezembro de 1979. Altera o Estatuto da Terra e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1979.

BRASIL. Do meio ambiente: artigo 225. In: **Constituição Federal de 1988**. Brasília, DF, 1988. Cap.6.

BRASIL. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 26 fev. 1993a, p. 2349.

BRASIL. **Medida Provisória 2.166-67**, de 24 de agosto de 2001. Altera os arts. 1º, 4º, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei nº 4.771 de 1965: Código Florestal. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2006.

BRASIL. Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012. Institui o Código Florestal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012**. Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 8.235, de 05 de maio de 2014.** Estabelece normas gerais complementares aos Programas de Regularização Ambiental dos Estados e do Distrito Federal, de que trata o Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012, institui o Programa Mais Ambiente Brasil, e dá outras providências.

CAVEDON, F. S. **Função social e ambiental da propriedade.** São Paulo: Editora Momento Atual, 2003.

LEUZINGER, M. D. Código florestal: problemas e soluções. In: CONCEIÇÃO, M. C. F. **Os quarenta anos do Código Florestal Brasileiro.** Rio de Janeiro: EMERJ, p.151-197. 2007.

NINO, L. B.; ANJOS, F. S. Usos da propriedade rural e a nova legislação ambiental no município de Pelotas, RS: uma conciliação viável?. **Extensão Rural**, Santa Maria, v.22, n.3, jul./set. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/9015/pdf>>. Acesso em: 30 maio 2017.

STEPHANES, R. **Código Florestal: a lei e considerações.** Brasília: Editora Brasília, 2012.

VIANA, E. M. **Reserva legal e área de preservação permanente na zona rural: um estudo de negociação entre atores em municípios do Vale do Taquari – RS.** 2001. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento), Centro Universitário Univates.

VILLAMAYOR, D. **As áreas de domínio privado protegidas por lei e a conservação da biodiversidade na região do Taboco – Pantanal – Aquidauana – MS.** 2003. 218 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília.

O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE SUINOCULTURAS NA REGIÃO DO ALTO SÃO FRANCISCO, MINAS GERAIS

Helena Botelho de Andrade¹
Luiz Otávio Moras Filho²
Luís Antônio Coimbra Borges³

RESUMO

O Brasil é um dos principais países exportadores de carne suinícola, tendo produzido 3,643 milhões de toneladas em 2015. Porém, essa intensa produção animal ocasiona uma série de impactos ambientais como a contaminação do solo e da água. Este trabalho teve como objetivo caracterizar o estado de adequação ambiental dos empreendimentos suinícolas licenciados no período de 2011 a 2015 na região do Alto São Francisco, Minas Gerais, observando principalmente as alternativas de mitigação de impactos utilizadas. A estatística utilizada foi a descritiva e a coleta de dados interpretativa, por meio de *check-list*. Verificou-se que o principal motivo de indeferimento de licenças foi a falta de cumprimento de condicionantes estabelecidas pelos órgãos ambientais. Os principais impactos ambientais negativos da suinocultura observados foram o grande volume de efluente gerado e da emissão de gases que contribuem com o aumento do efeito estufa. Entre as medidas mitigadoras, destaca-se o manejo do efluente por meio de biodigestores e queimadores, podendo ser reutilizado como insumo para fertirrigação ou geração de energia elétrica. A regularização ambiental é uma prática necessária para a sustentabilidade da atividade de suinocultura, proporcionando adequações necessárias à qualidade de vida.

Palavras-chave: dejetos de suínos, poluição das águas, poluição do solo, regularização ambiental.

ENVIRONMENTAL LICENSING OF SWINE PRODUCTION IN IN ALTO SÃO FRANCISCO REGION, MINAS GERAIS STATE

ABSTRACT

Brazil is one of the main exporters of pork, with a production of 3.643 million tons in 2015. This intense animal production leads to a series of environmental impacts such as soil and water contamination. The objective of this study was to describe the environmental suitability status of licensed swine production from 2011 to 2015 in

¹Graduada em Agronomia (UFLA). Mestre em Fitotecnia (UFLA). E-mail: helena.ba@outlook.com

²Graduado em Engenharia Florestal (UFLA). Mestre em Engenharia Florestal (UFLA). E-mail: lomf22@gmail.com

³Graduado em Engenharia Florestal (UFLA). Mestre em Engenharia Florestal (UFLA). Doutor em Engenharia Florestal (UFLA). Professor do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal (PPGEF), da Universidade Federal de Lavras (UFLA). E-mail: luis.borges@dcf.ufla.br

Alto São Francisco region, Minas Gerais state, especially about the impact mitigation alternatives. The statistic used was descriptive and interpretive data collection through checklist method. It was found that the main reason for license refusal was the failure to follow the conditions established by environmental agencies. The main negative environmental impacts of swine production observed in the region are due to the large volume of swine slurry and the emission of greenhouse gasses. Among the mitigation measures, it is highlighted the management of swine slurry through biodigesters and burners, that can be reused as input for fertigation or even to generate electricity. Environmental regulation is a necessary practice for the sustainability of swine activity, providing necessary adjustments to the quality of life.

Keywords: environmental regulation, soil pollution, swine slurry, water pollution.

1. INTRODUÇÃO

A demanda de carne suína pelo mercado mundial tem sido crescente, por se tratar de uma fonte protéica de alta qualidade e de custo acessível. Após 1978, a carne suína consolidou-se como a mais importante fonte de proteína animal do mundo (CARVALHO, 2014), tendo o Brasil alcançado o quarto lugar no ranking de produção e exportação mundial (BRASIL, 2016).

O estado de Minas Gerais destaca-se como o quarto maior estado em quantidade de animais abatidos, com uma população suína de 3.329.671 de animais em 186.214 estabelecimentos de criação (IBGE, 2016). De acordo com Garcia e Aguiar (2011), as principais mesorregiões de criação de suínos são o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (39% das matrizes), Zona da Mata (25%), Região Metropolitana de Belo Horizonte (12%), Oeste de Minas (7%) e Sul/Sudoeste de Minas (7%).

Essa intensa produção animal ocasiona uma serie de impactos ambientais, em que se destacam, segundo a FAO (2005): a) a eutrofização de corpos d'água superficiais; b) a contaminação das águas subterrâneas por nitrato e patógenos; c) o excesso de nutrientes e metais pesados nos solos; d) a contaminação das águas e dos solos com patógenos; e) a liberação de amônia, metano e outros gases na atmosfera.

A produção de suínos se caracteriza como uma das atividades agropecuárias com maior impacto ambiental, devido a geração de efluentes em grande quantidade e com elevado teor de carga orgânica e minerais. Esses efluentes, ou dejetos, são constituídos por fezes, urina, água desperdiçada pelos bebedouros e de higienização, resíduos de ração e outros materiais decorrentes do processo criatório (KONZEN et al., 1998).

É comum a utilização de lâmina d'água nos criadouros para manter a temperatura agradável aos animais. A água funciona não só como regulador térmico dos animais nos galpões, mas como um veículo de transporte do efluente para o sistema de tratamento, o que por um lado é um benefício, por outro se cria um problema em razão do volume de efluente gerado.

A descarga do efluente da suinocultura nos cursos d'água contamina e eutrofiza esses ecossistemas. Mesmo quando o efluente se estabiliza, passando previamente por lagoas de decantação e estabilização, ao ser lançado em curso d'água ainda há a necessidade de análise do efluente, da classificação do curso d'água e um estudo de autodepuração, para se ter certeza de que o mesmo conseguirá absorver a quantidade de efluente a ser descarregada.

Alternativamente, em detrimento à descarga em curso d'água, o efluente da suinocultura estabilizado tem sido utilizado como fonte de matéria orgânica e nutrientes em áreas de pastagens ou de cultivo, com o uso da fertirrigação. Para esse procedimento, é necessário ter alguns cuidados e realizar a prática com um planejamento agrônomo, visto que o efluente lançado em grande quantidade satura o solo, causa o acúmulo de metais pesados e, conseqüentemente, a lixiviação destes para corpos d'água superficiais e a contaminação de aquíferos subterrâneos.

De acordo com Oliveira et al. (2004), embora os dejetos de suínos apresentem baixas concentrações de zinco e cobre, minerais essenciais para a maioria dos seres vivos, sua aplicação em doses excessivas na fertirrigação pode resultar no acúmulo desses elementos no solo, intoxicando plantas e, conseqüentemente, animais até o topo da cadeia alimentar. Entre os principais metais pesados, o cobre e o zinco têm sido motivo de maior preocupação, uma vez que são importantes componentes do suplemento dietético de rações e de formulação de antibióticos, o que aumenta os riscos de contaminação ambiental.

O efluente aplicado com orientação técnica torna-se um benefício para as áreas agricultáveis. Segundo a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD, 2016), “o esterco suíno é capaz de substituir, em alguns casos, a adubação química das culturas, pois, além de fornecer nutrientes às plantas, promove melhoria nas propriedades químicas, físicas e biológicas do solo”. A suinocultura pode se tornar uma atividade em ciclo, transformando o efluente e os resíduos gerados em insumos.

Outro impacto gerado pelo efluente suinícola é a alta emissão de gases, especialmente o metano, que contribui expressivamente para o aumento do efeito estufa. Para mitigar esse impacto podem ser utilizados biodigestores anaeróbios, que são câmaras fechadas, onde dejetos de animais são introduzidos e fermentados anaerobicamente por bactérias (GASPAR, 2003). O biodigestor anaeróbio se tornou o primeiro projeto de modelo sustentável, referente ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) implantado no Estado de Minas Gerais (KONZEN, 2005). Esse mecanismo, previsto no Protocolo de Quioto, admite que países em desenvolvimento certifiquem projetos de redução de emissão de gases de efeito estufa e vendam essas reduções certificadas para países desenvolvidos, auxiliando o cumprimento de suas metas (FEAM, 2011).

O cuidado com o meio ambiente pode se tornar um investimento econômico, visto que as práticas ambientais também podem causar a diminuição de custos para o produto, uma vez que minimiza o tratamento de resíduos, reduz o consumo de matéria-prima e evitam-se gastos com multas (HERNANDES et al., 2010). Além disso, para uma maior inserção no comércio internacional de carnes suína, faz-se necessário adequar os seus sistemas produtivos às exigências ambientais de seus principais mercados compradores (MIRANDA, 2005).

Em Minas Gerais, o pilar da regularização ambiental está na Deliberação Normativa (DN) nº 74/2004 do Conselho de Política e Meio Ambiente (COPAM), que estabelece as atividades passíveis de regularização ambiental no estado.

A DN-74/2004 é uma norma aprovada pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), vigente em todo o Estado, que estabelece critérios para a classificação de empreendimentos e atividades modificadoras no meio ambiente, segundo o porte e potencial poluidor. Também determina as regras para a indenização dos custos de análise dos pedidos de licenciamento, a Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF) (SEMAD, 2016).

De acordo com o porte e o potencial poluidor da atividade realizada pelo empreendimento, que pode ser pequeno (P), médio (M) ou grande (G), haverá a sua classificação entre as classes de 1 a 6, conforme o quadro 1.

Quadro 1– Determinação da classe do empreendimento a partir do potencial poluidor da atividade e do porte.

		Potencial poluidor/degradador geral da atividade		
		P	M	G
Porte do Empreendimento	P	1	1	3
	M	2	3	5
	G	4	5	6

Fonte: Minas Gerais (2004).

Os empreendimentos cujas atividades são classificadas como Classe 1 e 2, de acordo com seu porte e potencial poluidor, são objetos de Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF), que é um processo de regularização ambiental simplificado. Já, os empreendimentos cujas atividades se enquadram nas classes 3 a 6 são objetos de licenciamento ambiental. A suinocultura, de acordo com essa DN 74/2004, possui potencial poluidor médio. Quanto ao porte, se o empreendimento se enquadra como pequeno, este é passível de Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF) e, se enquadrar em médio ou grande porte, o empreendimento deverá formalizar processo de licenciamento ambiental.

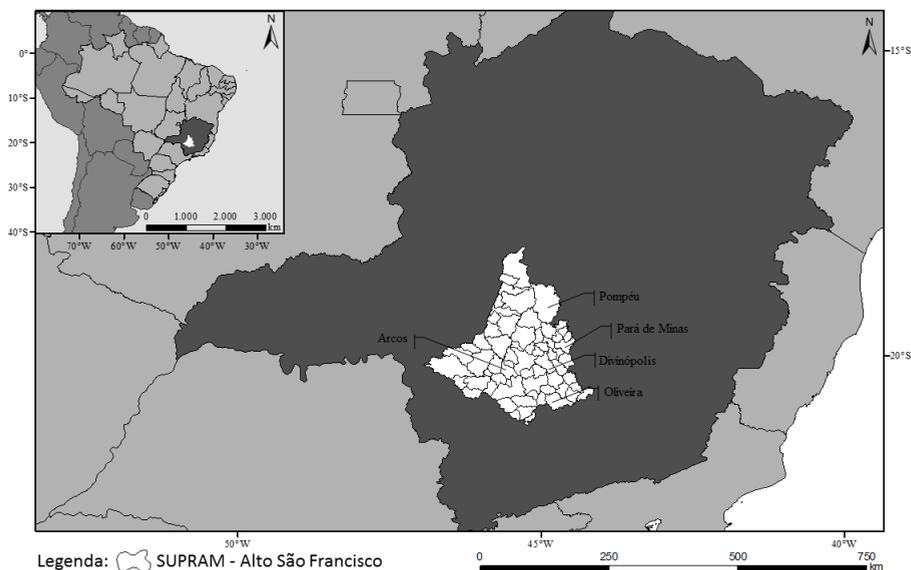
O processo de licenciamento ambiental clássico (ou preventivo) se constitui pelas fases de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO). No entanto, buscando a regularidade ambiental de atividades iniciadas à revelia do controle público, admite-se no estado de Minas Gerais o licenciamento ambiental de caráter corretivo, seja por meio da Licença de Instalação Corretiva (LIC), direcionada para empreendimentos instalados ou em instalação, ou pela Licença de Operação Corretiva (LOC), direcionada para empreendimentos em operação e que, em ambos os casos, ainda não procederam ao licenciamento ambiental. Nesses casos, para a continuidade da instalação ou do funcionamento do empreendimento, sem o devido embargo, concomitantemente ao trâmite do processo de licenciamento ambiental deverá ser obtida assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Órgão Ambiental com condições e prazos para a instalação ou funcionamento até a sua regularização (MINAS GERAIS, 2008).

Este trabalho teve como objetivo caracterizar o estado de adequação ambiental dos empreendimentos suínos licenciados no período de 2011 a 2015 na região do Alto São Francisco, Minas Gerais, observando principalmente as alternativas de mitigação de impactos utilizadas.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A coleta de dados foi realizada junto ao órgão responsável pelo licenciamento ambiental no estado de Minas Gerais, a Superintendência Regional de Regularização Ambiental (SUPRAM), na regional do Alto São Francisco (ASF). A regional SUPRAM – ASF contempla 66 municípios, tendo sua sede em Divinópolis e conta com o apoio de quatro Núcleos Regionais de Regularização Ambiental nos municípios de Arcos, Pará de Minas, Oliveira e Pompéu (figura 1).

Figura 1 –Mapa de localização da área de estudo: Superintendência Regional de Regularização Ambiental (SUPRAM), regional do Alto São Francisco (ASF). Destaque para o município sede (Divinópolis) e para Núcleos Regionais de Regularização Ambiental (Arcos, Pará de Minas, Oliveira e Pompéu).



Foram analisados todos os processos de licenciamento ambiental entre os anos de 2011 a 2015 dos empreendimentos suinícolas na região de estudo. Primeiramente, foram separados os empreendimentos de classe 1 e 2, cujo licenciamento ambiental ocorre mediante Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF). Posteriormente, foram analisados os empreendimentos de classe 3 a 6 julgados no Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM). Os empreendimentos foram classificados de acordo com as seguintes atividades: “Suinocultura Ciclo Completo”, “Suinocultura Crescimento e Terminação” e “Suinocultura Unidade de Produção de Leitões”, conforme DN nº 74/2004 do COPAM. A estatística utilizada foi a estatística descritiva, e os dados foram analisados de forma interpretativa.

Inicialmente foi feito um *check-list* para coleta de dados dos processos de licenciamento ambiental (quadro 2). Ainda, foram anotadas observações de cada processo visando a buscar os gargalos dos aspectos ambientais da atividade de suinocultura, bem como as dificuldades e melhorias enfrentadas nessas atividades.

Quadro 2– Check-list aplicado aos processos de licenciamento ambiental da região do Alto São Francisco, referente às atividades de suinocultura licenciadas entre 2011 e 2015.

1) ---- Deferimento ----Indeferimento Data: Atividade: Classe:
2) --- Licença Prévia (LP) --- Licença Instalação (LI) --- Licença de Operação (LO) --- Licença de Operação Corretiva (LOC) --- Licença de Instalação Corretiva (LIC) --- Revalidação de Licença de Operação (RLO) Assinou TAC: ---Sim ---Não Já possuía autorização para o uso de água?
3) Lavrado AI? ---Sim ---Não
4) Benefício da Denúncia Espontânea: ---Sim ---Não
5) Biodigestor: ---Sim ---Não Utilização do biogás para geração de energia? ---Sim ---Não
6) Uso do efluente estabilizado para fertirrigação: ---Sim ---Não
7) Armazenamento de água pluvial: ---Sim ---Não
8) Destinação correta dos resíduos sólidos: ---Sim ---Não
9) Destinação correta dos resíduos de saúde: ---Sim ---Não ---Não informado.
10) Necessidade de Informações Complementares: ----Sim ---Não Motivos:
Aspectos Observados:

Fonte: elaborado pelos autores

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

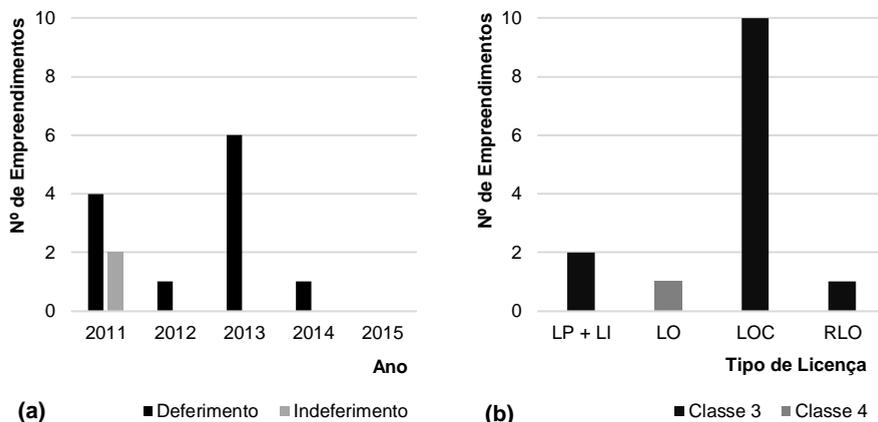
A maioria dos empreendimentos suinícolas licenciados entre os anos de 2011 e 2015 na região do Alto São Francisco foi enquadrada nas classes 1 ou 2, ou seja, sua regularização seguiu o padrão simplificado, por meio de Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF). Nesse período, foram emitidas 112 AAF na região, sendo uma média de 22 autorizações por ano.

A AAF se caracteriza como uma forma de regularização ambiental menos burocrática e mais ágil para empreendimento de classe 1 ou 2. Porém, para esse tipo de regularização não são realizadas vistorias prévias e as informações do processo são declaratórias, de responsabilidade do empreendedor e do responsável técnico das atividades do empreendimento. A fiscalização dos empreendimentos geralmente é feita por amostragem, devido ao número restrito de funcionários em relação à quantidade de processos. Viana e Bursztyn (2010) afirmam que, apesar de agilizar a regularização dos empreendimentos, a AAF exclui a elaboração de estudo de impacto ambiental, correndo o risco do órgão ambiental autorizar empreendimentos em locais e condições inadequadas.

Carvalho (2014), estudando a regularização da atividade de suinocultura na bacia hidrográfica do Rio Piranga, envolvendo 77 municípios, detectou que dos 114 empreendimentos suinícolas, 56 foram regularizados por meio de AAF e 58 pelo licenciamento ambiental convencional. Esse autor também verificou que apenas 74 empreendimentos estão em conformidade com a legislação aplicável, sendo que 29 foram licenciados por meio de LO, 34 por AAF e 11 foram dispensados de licença.

No presente estudo, em relação aos empreendimentos suinícolas de classe 1 a 6, identificou-se que 12 empreendimentos tiveram sua licença deferida e 2 tiveram licença indeferida entre 2011 e 2015. Além disso, foi identificado qual o tipo de licença foi concedida a cada empreendimento, conforme figura 2.

Figura 2 –Número de empreendimentos suinícolas na região do Alto São Francisco: (a) que tiveram licença ambiental deferida ou indeferida entre 2011 e 2015; (b) por classe, segundo DN 74/2004 do COPAM, licenciados por meio de: Licença Prévia e Licença de Instalação (LP + LI); Licença de Operação (LO); Licença de Operação Corretiva (LOC); Revalidação da Licença de Operação (RLO).



Fonte: elaborado pelos autores

Na região de estudo houve um predomínio da tipologia de LOC, entre as quais, existem empreendimentos que estão se regularizando pela primeira vez, sendo que alguns fazem jus ao benefício da autodenúncia ou denúncia espontânea. Tipificada pelo artigo 15 do Decreto Estadual nº 44.844/2008 (que estabelece normas para licenciamento ambiental e AAF, tipifica e classifica infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos e estabelece procedimentos administrativos de fiscalização e aplicação das penalidades), a denúncia espontânea é um benefício para os empreendimentos que operavam sem licença anteriormente a publicação desse decreto, em que será excluída a aplicação da penalidade mediante formalização de pedido de licenciamento em caráter corretivo (MINAS GERAIS, 2008).

Ainda, houveram empreendimentos que já possuíam Licença de Operação e requereram a Revalidação da Licença de Operação (RLO), a qual foi indeferida antes de entrarem com o processo de LOC, devido ao não cumprimento de condicionantes impostas no licenciamento, o que acarretou em desempenho ambiental insatisfatório do empreendimento.

Entre os 10 processos de LOC, somente em um “parecer único de licenciamento” foi informada a suspensão das atividades e a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta. Como se trata de uma atividade que utiliza carga animal viva, não é possível, simplesmente embargar seu funcionamento. Para se aplicar o Decreto nº 44.844/2008 necessita-se de um cronograma de desativação de suas atividades para que possam ser de fato desativadas.

Em relação ao uso do recurso hídrico, ressalta-se que, segundo Portaria nº 49/2010 do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), todas as outorgas de direito de uso de recursos hídricos deverão estar vinculadas ao processo de regularização ambiental. Dos 10 empreendimentos licenciados corretivamente na

região de estudo, 3 tiveram que regularizar o uso da água como condicionante para obtenção da LOC.

Os autos de infração citados nos pareceres únicos (aqueles que subsidiam o julgamento da licença pelo COPAM) dos empreendimentos licenciados corretivamente foram lavrados, principalmente, em consequência do empreendimento operar sem licença ambiental (30%), operar com parâmetro superior ao que foi autorizado (30%) ou por ter suprimido vegetação nativa sem autorização (10%).

Entre os empreendimentos analisados, os ajustes técnicos solicitados via ofício de informação complementar, ordenados de acordo com a frequência, foram:

- implantação de sistema de tratamento aos efluentes sanitários, ou o direcionamento destes para a Estação de Tratamento de Efluentes Industriais (ETEI), como biodigestores e /ou lagoas de decantação e estabilização;
- construção de composteira ou adequação da composteira existente no empreendimento;
- solicitação de comprovação da destinação adequada de resíduos sólidos, inclusive os de saúde, como pipetas, frascos de medicamentos e materiais para inseminação;
- solicitação da apresentação de planejamento do manejo agrônomo da fertirrigação;
- solicitação de Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) nos casos em que a ETEI seria desativada por não se mostrar eficiente, ou nos casos da desativação devido ao piezômetro próximo à lagoa apresentar análises de contaminação do lençol freático;
- apresentação de PRAD em decorrência dos processos erosivos no solo;
- implantação de caixa separadora de água e óleo em posto de abastecimento e/ou lavador de veículos dentro da propriedade; e
- regularização do lançamento do efluente estabilizado no curso d'água e a apresentação de um estudo de autodepuração do curso d'água.

Em se tratando do lançamento de efluente em curso d'água, ressalta-se que a outorga para lançamento em curso d'água ainda não foi implementada pelas SUPRAMs.

Em estudos do impacto ambiental de suinoculturas no Vale do Taquari (Rio Grande do Sul), Hernandez et al. (2010) observaram que, em relação às melhorias a serem realizadas para a concessão de licença ambiental, o item mais crítico foi o tratamento dos dejetos. Também foi indicada por esse autor a necessidade de melhor manejo dos animais mortos, pela implantação ou melhoria do sistema de compostagem, além da necessidade de melhorar as instalações das granjas para melhor alocação dos animais.

Em relação aos efluentes da suinocultura, no Brasil é muito comum o uso de lagoas de decantação e estabilização. Porém é necessária a adequação desses ambientes, visto que, segundo Carvalho (2014), a ausência de revestimento impermeabilizante, na maioria delas, ocasionou uma pluma de contaminação que leva à sobrecarga da capacidade de filtração do solo e retenção dos elementos químicos, que podem percolar e contaminar o lençol freático.

Quanto ao uso de biodigestores anaeróbicos, 63% dos empreendimentos analisados no presente estudo possuem esse equipamento, além das lagoas de decantação e estabilização no seu sistema de tratamento dos efluentes da suinocultura. Os demais contam somente com as lagoas. Somente dois empreendimentos (28,5%) daqueles que possuem biodigestores, utilizam o biogás

como energia para aquecimento. Os demais empreendimentos apenas queimam o biogás antes do seu lançamento na atmosfera.

Assim como observado no presente estudo, Carvalho (2014) identificou que na bacia hidrográfica do rio Piranga a tecnologia do biodigestor e as lagoas de estabilização estão respectivamente entre as tecnologias mais usadas na região. A forma de disposição do efluente são de 46,81% dos empreendimentos com biodigestor, 38,30 % com lagoas e 14,89% sem informação. No entanto, para essa região, a principal disposição final do efluente é o lançamento no curso d'água, sendo que 53,19 % destinam em curso d'água, 31,91% fertirrigação e 14,8% sem informação. Conforme esse mesmo autor, a gestão do licenciamento ambiental deve ser aprimorada quanto à certeza de viabilidade técnica para o lançamento de efluente, sendo compatível com a capacidade de recebê-lo no curso d'água.

Nascimento e Rodrigues (2012) verificaram que o biodigestor anaeróbio pode reduzir a carga orgânica em até 84% e a Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) em 78%. Com a adição de agentes de biorremediação é possível chegar a uma redução de 96% de DBO e de Demanda Química de Oxigênio (DQO). Os mesmos autores descrevem que o biodigestor ajuda na redução do mau cheiro provocado pelos dejetos, na eliminação do uso de agentes químicos (agrotóxicos) no cultivo agrícola e eliminação de moscas e pragas nos cultivos, tornando-se um equipamento minimizador dos impactos negativos no meio ambiente.

O uso de biodigestores anaeróbicos na suinocultura é uma tecnologia para mitigação de impactos que contribuem para o aumento do efeito estufa. Essa técnica apresenta ganhos de créditos das Reduções Certificadas de Emissões (RCEs) para o financiamento de créditos de carbono, por possibilitar a produção de energia e por permitir a obtenção de insumos orgânicos ou biofertilizantes (NASCIMENTO; RODRIGUES, 2012).

Todos os empreendimentos da região de estudo realizam a fertirrigação do solo em áreas da propriedade com o efluente da suinocultura estabilizado. Somente um empreendimento, além da fertirrigação, também lançava o efluente em corpo hídrico. Essa prática, se utilizada de maneira correta, pode contribuir para melhorar a fertilidade do solo, porém, se aplicada sem um plano agrônomo, pode causar danos como a saturação do solo e a contaminação do lençol freático e das águas subterrâneas.

O uso do efluente estabilizado na fertirrigação evita seu lançamento direto em cursos d'água, contribuindo na minimização dos custos com análises de autodepuração do curso d'água e dos monitoramentos. O aproveitamento de águas residuárias na fertirrigação possibilita o aumento de produtividade e qualidade dos produtos colhidos, redução da poluição ambiental, melhoria nas características químicas, físicas e biológicas do solo, redução dos custos de produção (SOUZA et al., 2010), além de redução do consumo de água. O custo com adubos que podem ser reduzidos, por exemplo, corresponde a cerca de 20% dos custos totais de um cultivo (INSTITUTO FNP, 2009).

Mera et al. (2011), em estudo desenvolvido município de Tapera (RS), identificaram que a utilização dos dejetos da suinocultura como fertilizantes em lavoura agregou valor a um efluente antes sem destino e diminuiu custos com fertilizantes químicos.

Oliveira et al. (2004), em experimento com águas residuais da suinocultura em plantio de milho, observou que os valores de pH permaneceram praticamente inalterados, apresentando acidez classificada como média. Os níveis de fósforo, potássio, sódio, cálcio, magnésio, cobre e zinco no solo aumentaram, a acidez trocável do solo (Al³⁺) decresceu, provavelmente em razão do maior valor de pH dessas águas residuárias em relação à água da represa, sendo que o nível de Fe

praticamente não foi alterado. O autor, ainda destacou que apesar da tendência de aumento da Produção de Matéria Seca (PMS) e de nutrientes, deve-se considerar a possibilidade de ocorrência de contaminação de águas subterrâneas e de salinização do solo.

Souza (2010), em estudo sobre a aplicação do efluente primário de água residuária da suinocultura em frutos de tomate de mesa, concluiu que a aplicação de Água Residuária da Suinocultura Filtrada (ARSF) não alterou as características de qualidade dos frutos do tomateiro com relação aos valores recomendados e, para quaisquer lâminas, a aplicação de ARSF resultou em frutos saborosos e saudáveis do ponto de vista sanitário. Esse autor também observou que a contagem de coliformes totais foi influenciada pela proximidade dos frutos em relação ao reservatório de ARSF e não pelas lâminas aplicadas.

A captação de águas pluviais também pode contribuir na sustentabilidade da atividade, visto que muitos suinocultores utilizam o manejo de criação com lamina d'água nos galpões. Isso implicaria na redução de captação de água subterrânea ou superficial existente na propriedade, além de ser um aspecto positivo a ser avaliado em processos de revalidação de licença. No entanto, nenhum parecer único fez referência a essa prática na região de estudo.

Outro aspecto importante avaliado durante a concessão de licença ambiental é a destinação dos resíduos sólidos. Na região, verificou-se que os resíduos dos empreendimentos suinícolas não tinham sua destinação adequada, principalmente os resíduos de saúde. No licenciamento ambiental, os empreendimentos são obrigados a comprovar a destinação correta dos resíduos sólidos por meio de notas fiscais e da licença ambiental das empresas destinatárias. Além disso, é comumente solicitado como condicionante para obtenção de licença, o armazenamento temporário de resíduos sólidos no empreendimento, de acordo com as seguintes normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT): NBR 10.004, 11.174 e 12.235. Também se solicita um relatório da disposição e destinação desses resíduos periodicamente.

Todos os processos analisados necessitaram de pedido de informações complementares, seja para adequações técnicas ou jurídicas, ou para complementar o estudo apresentado de forma insuficiente. Os principais motivos foram:

- necessidade de adequações técnicas;
- ausência de documentos no processo, como a Assinatura de Responsabilidade Técnica (ART), notas fiscais da comprovação da destinação dos resíduos sólidos, averbação ou compensação da Reserva Legal, comprovação que a intervenção em Área de Preservação Permanente (APP) configura uso antrópico consolidado, regularização de uso da água, regularização de intervenção em APP, regularização de supressão por meio de Autorização para Exploração Florestal (APEF) e Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), no caso do empreendimento possuir armazenamento de óleo diesel; e
- necessidade de complementação dos estudos ambientais no processo quando estão deficientes.

O descumprimento das informações complementares solicitadas pelo órgão ambiental é motivo de arquivamento do processo, devendo o empreendedor formalizar novo processo para se regulamentar e pagar novos custos de licenciamento. Assim, para nova regularização ambiental dos processos indeferidos torna-se necessária uma nova formalização de licenciamento, agora de forma corretiva.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos 126 empreendimentos suinícolas licenciados na região do Alto São Francisco, no período de 2011 a 2015, 112 (88,9%) foram regularizados por meio de Autorização Ambiental de Funcionamento, por se enquadrarem em classe 1 ou 2 em função do potencial poluidor da atividade e do porte do empreendimento. Entre os demais (classes 4 a 6), 10 empreendimentos (7,9%) foram licenciados em caráter corretivo e apenas 4 (3,2%) em caráter preventivo (abrangendo as Licenças Prévia, de Instalação e de Operação, bem como a Revalidação da Licença de Operação).

A Autorização Ambiental de Funcionamento possui caráter declaratório, cuja fiscalização é feita por amostragem, em razão do número restrito de funcionários em relação à quantidade de processos. Apesar de agilizar a regularização de empreendimentos com menor porte e potencial poluidor, ela exige a realização de estudo detalhado dos impactos ambientais, podendo o empreendimento ser instalado de forma inadequada. Sugere-se, para garantir o equilíbrio ecológico e a sadia qualidade de vida, que os órgãos ambientais vistorem todos empreendimentos, independente da classificação.

Entre os 10 empreendimentos licenciados em caráter corretivo, apenas 2 fazem jus ao benefício da autodenúncia e o restante são processos que tiveram suas licenças indeferidas devido, principalmente, ao não cumprimento das condicionantes estabelecidas pelo órgão ambiental competente, o que acarretou em desempenho ambiental insatisfatório. Entre os ajustes técnicos mais frequentes, destacam-se a utilização de lagoas de decantação e estabilização do efluente, a prática de fertirrigação e o uso de biodigestores anaeróbicos. Ressalta-se que o biodigestor anaeróbico é considerado um Mecanismo de Desenvolvimento Limpo contemplado em políticas de crédito de carbono, permitindo que países em desenvolvimento certifiquem projetos de redução de emissão de gases de efeito estufa e vendam essas reduções certificadas para países desenvolvidos.

5. AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo incentivo financeiro, à Universidade Federal de Lavras (UFLA) pelo apoio às atividades acadêmicas e à Superintendência Regional de Meio Ambiente do Alto São Francisco (SUPRAM – ASF) pela disponibilização de informações relevantes ao trabalho.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Suínos**. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2016. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/animal/especies/suinos>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

CARVALHO, T. M. **Diagnóstico dos empreendimentos suinícolas na Bacia do rio Piranga e o índice de qualidade de águas superficiais – IQA**. 2014. 160 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) - Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto, 2014.

FAO. **Pollution from industrialized livestock production**. Livestock Policy Brief 02. Livestock Information Sector Analysis and Policy Branch, Animal Production and Health Division, FAO, Rome; 2005.

FEAM. **Utilização do mecanismo de desenvolvimento limpo**: procedimentos para implementação e análise da evolução dos projetos. Belo Horizonte: Fundação Estadual do Meio Ambiente, 2011. 23p.

GARCIA, S. K.; AGUIAR, M. R. **Suinocultura em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Escola de Veterinária – UFMG, 2011. Disponível em: <<http://www.asemg.com.br/site/wp-content/uploads/2011/11/SUINOCULTURA-MINEIRA-2010-UFMG-IMA-ASEMG-Resumo-novembro2011.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

GASPAR, R. M. B. L. **Utilização de biodigestores em pequenas e médias propriedades rurais com ênfase na agregação de valor**: um estudo de caso na região de Toledo - PR. 2003. 119 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

HERNANDES, J. F. M.; SCHIMDT, V.; MACHADO, J. A. V. Impacto Ambiental da suinocultura em granjas de porte médio a excepcional no Vale do Taquari – RS. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v.4, n.3, p. 18-31, 2010.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Brasília: IBGE, 2016. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

INSTITUTO FNP. **Agrianual 2009**: anuário da agricultura brasileira. São Paulo: FNP, 2009. 497p.

KONZEN, E. A.; PEREIRA FILHO, I. A.; BAHIA FILHO, A. F. C.; PEREIRA, F. A. **Manejo de esterco líquido de suínos e sua utilização na adubação do milho**. Sete Lagoas: EMBRAPA-CNPMS, 1998. 31p.

KONZEN, E. A. Dejetos de suínos fermentados em biodigestores e seu impacto como insumo agrícola. In: VII SIMPÓSIO GOIANO DE AVICULTURA E II SIMPÓSIO GOIANO DE SUINOCULTURA, 2005, Goiânia. **Anais...** Goiânia: Avesui Centro-oeste, Seminários técnicos de suinocultura, 2005. p. 56-64.

MERA, C. M. P.; LORENZINI, R.; WOLLMANN, M. R. Percepção com suinocultores de Tapera/RS sobre o uso de dejetos suínos na lavoura e o impacto ambiental. **Extensão Rural**, Santa Maria, n. 21, p. 77-100, jan./jun. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/5570/3291>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 44.844, de 25 de Junho de 2008**. Belo Horizonte: Sistema Integrado de Informação Ambiental de Minas Gerais, 2008.

MIRANDA, C. R. **Avaliação de estratégias para a sustentabilidade da suinocultura**. 2005. 264 f. Tese (Doutorado em Engenharia Ambiental) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.

NASCIMENTO, R. C; RODRIGUES, G. S. S. C. Impactos Ambientais da suinocultura no município de Uberlândia (MG): Possibilidades de sua mitigação por meio do uso de biodigestores. **Revista Caminhos de Geografia**. Uberlândia, v. 13, n. 43, p. 230–243, 2012.

OLIVEIRA, R. A.; FREITAS, W. S.; GALVÃO, J. C. C. et al. Efeito da aplicação de águas residuárias de suinocultura nas características nutricionais do milho. **Revista Brasileira de Milho e Sorgo**, v.3, n.3, p.357-369, 2004.

SEMAD. **Informativo ao suinocultor**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2016. Disponível em: <http://www.meioambiente.mg.gov.br/images/stories/regularizacao_ambiental/cartilhas/informativo-ao-suinocultor-site.pdf >. Acesso em: 10 ago. 2016.

SOUZA, J. A. R.; MOREIRA, D. A.; FERREIRA, P. A. et al. Avaliação de frutos de tomate de mesa produzidos com efluente do tratamento primário da água residuária da suinocultura. **Revista Engenharia na Agricultura**, Viçosa, v.18, n.3, p. 198-207, 2010.

VIANA, M. B.; BURSZTYN, M. A. A. Regularização ambiental de minerações em Minas Gerais. **Revista Escola de Minas**, Ouro Preto, v. 63, n. 2, p. 363-369.

VIABILIDADE ECONÔMICA DA PRODUÇÃO FAMILIAR DE ALIMENTOS PARA OS MERCADOS INSTITUCIONAIS DE ALEGRE-ES

Caio César Soares Biancardi¹
Rafael Rodrigues²
Halowsio Mechelli de Siqueira³
Joana Junqueira Carneiro⁴
Maria Aparecida Fernandes⁵

RESUMO

Este artigo apresenta e discute os resultados da análise de viabilidade econômica da produção familiar de alimentos, inserida na feira livre e nos mercados institucionais (Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PNAE) de Alegre-ES. Foram incluídos na pesquisa quinze alimentos: abóbora, agrião, alface, almeirão, banana prata, cebolinha, chuchu, couve, inhame, jiló, mandioca, palmito, quiabo, taioba e tomate. O custo operacional de produção e comercialização, a renda líquida operacional e o índice benefício/custo operacional foram os indicadores econômicos considerados. Verificou-se que alface, banana prata, cebolinha, couve e tomate foram os alimentos que apresentaram renda líquida operacional total positiva nos três mercados enfocados, sendo que os maiores índices benefício/custo foram alcançados pela cebolinha, no PNAE, e pela couve, no PAA. No extremo oposto ficaram a abóbora e o almeirão. A inserção dos agricultores familiares no PNAE foi, na maioria das vezes, a mais vantajosa, ao contrário do PAA, visto que oito dos quinze alimentos enfocados tiveram situação de inviabilidade econômica no mesmo.

Palavras-chave: agricultura familiar, avaliação econômica, mercados alternativos.

¹Graduado em Agronomia (UFES). Analista trade rural. E-mail: caio.biancardi@hotmail.com.

²Graduado em Agronomia (UFES). Professor da Escola Família Agrícola de Marilândia-ES. E-mail: rafaeleafcol@hotmail.com.

³Graduado em Agronomia (UFES). Mestrado em Extensão Rural (UFV). Doutorado em Produção Vegetal/Socioeconomia (UENF). Professor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: halowsio.siqueira@ufes.br.

⁴Graduada em Agronomia e Engenharia Florestal (UFV). Especialização em Agroecologia (IFES). Mestrado em Solos e Nutrição de Plantas (UFV). Doutoranda em Ciência do Solo (UFLA). Agente de extensão do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER). E-mail: joana.carneiro@incaper.es.gov.br.

⁵Graduada em Agronomia (UFES). Especialização em Agroecologia (IFES). Profissional autônoma. E-mail: m_aparecidafernandes@hotmail.com.

ECONOMIC VIABILITY OF FOOD FAMILY PRODUCTION FOR THE INSTITUTIONAL MARKETS OF ALEGRE, ESPÍRITO SANTO STATE, BRAZIL

ABSTRACT

This paper presents and discusses the results of the economic viability analysis of food family production, inserted at the farmer's market and at the institutional markets (Food Acquisition Program - PAA and National School Feeding Program - PNAE) of Alegre, Espírito Santo State, Brazil. Fifteen foods were included on the research: pumpkin, watercress, lettuce, wild chicory, banana prata, green onion, chayote, collard greens, yam, scarlet eggplant, cassava, heart of palm, okra, tannia and tomato. The operational cost of production and trading, the operational liquid revenue and the index of benefit/operational cost were the economic indicators considered. It was verified that lettuce, banana prata, green onion, collard greens and tomato were the foods which presented positive value of operational total liquid revenue in the three focused markets, and the higher indexes of benefit/cost were achieved by green onion, in PNAE, and collard greens, in PAA. At the opposite extreme were pumpkin and wild chicory. The insertion of family farmers in PNAE was, most times, the most advantageous, unlike PAA, in which eight of the fifteen focused foods had a situation of economic inviability.

Keywords: alternative markets, economic evaluation, family agriculture.

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar vem assumindo posição de destaque na sociedade brasileira, nos últimos vinte anos, em função do apoio recebido através dos programas governamentais, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF⁶, o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA⁷ e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE⁷, através dos estudos acadêmicos que deram maior visibilidade de sua importância e também pela conscientização da população quanto aos perigos dos agrotóxicos, cujo uso está mais associado à agricultura patronal. Dessa forma, a agricultura familiar vem sendo encarada, cada vez mais, como importante alternativa para o desenvolvimento rural sustentável, visto que, mesmo cultivando uma área bem menor (24,3% do total da área agrícola) que o modelo patronal, contribui muito com a segurança alimentar nacional e a geração de trabalho e renda no campo. França, Del Grossi e Marques (2009), com base no Censo Agropecuário 2006, informam que de cada dez pessoas ocupadas no campo, sete estavam trabalhando na agricultura familiar, a qual gerava R\$ 677,00/ha/ano, contra R\$ 358,00/ha/ano no modelo patronal, e produzia a maior parte dos alimentos básicos consumidos pelos brasileiros.

Entretanto, os agricultores familiares, em geral, não costumam realizar o controle contábil de sua produção, o que dificulta a verificação da viabilidade econômica da mesma. Inclusive, quando chegam a fazer alguma estimativa rudimentar do custo de produção, a viabilidade é mascarada, muitas vezes, pelo fato deles não contabilizarem a sua própria força de trabalho como parte do custo.

⁶ Programa instituído pelo Decreto Federal nº 1.946, de 28 de junho de 1996.

⁷ Esses programas serão descritos em tópico a seguir.

O conhecimento dos custos de produção é ainda mais necessário no caso dos agricultores familiares inseridos nos mercados institucionais, como o PAA e o PNAE, pois os preços praticados, que são previamente fixados para vigência durante os contratos firmados com o poder público, nem sempre cobrem os custos de produção.

No município de Alegre-ES, estão em operação os programas governamentais PAA, desde 2007, e PNAE, desde 2010. No caso do PAA, opera-se na modalidade da compra direta dos agricultores, por meio da CONAB, para a doação simultânea a entidades assistenciais (ex.: hospital público e abrigos de crianças desamparadas). Em 2013, existiam 62 agricultores familiares de Alegre participando desse programa, vinculados a seis associações. No caso do PNAE, as aquisições da agricultura familiar para atender à alimentação escolar, em 2013, se limitaram a 15,5% do total de recursos repassados ao município pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE⁸. Mas, em 2015, as aquisições alcançaram o nível de 100,8% do repasse/FNDE, contando com 39 agricultores participantes, vinculados a nove associações e dois grupos informais.

Diante desse contexto, foi realizada uma pesquisa⁹ sobre os custos de produção e comercialização dos alimentos vendidos pelos agricultores familiares, na feira livre e nos mercados institucionais (PAA e PNAE) de Alegre-ES, tendo em vista a análise de viabilidade econômica dos seus sistemas de produção, inseridos nesses mercados. Por meio do presente artigo, pretende-se apresentar e discutir os resultados dessa avaliação econômica, buscando contribuir para o debate sobre os preços justos que deveriam ser pagos aos agricultores familiares nos mercados institucionais.

2. AGRICULTURA FAMILIAR E ACESSO A MERCADOS

A expressão “agricultura familiar”, para se referir a uma categoria socioeconômica diferenciada no meio rural, se tornou mais usual nas ciências agrárias a partir dos anos 1990. Uma das definições que melhor traduz o seu sentido considera agricultura familiar como “[...] aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo [...]” (WANDERLEY, 2001, p. 23). A família apresenta um vínculo não apenas econômico com a terra, produzindo para garantir, primeiramente, a sua própria segurança alimentar.

Para efeito das políticas públicas, que são enfocadas neste artigo, o agricultor familiar ou empreendedor familiar rural é definido de acordo com a Lei Federal nº 11.326/2006, em seu artigo 3º, de modo que atenda, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais¹⁰;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

⁸ Foram repassados R\$ 405.820,00, conforme informação do FNDE (disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/repasse-financieiros>, acesso em: 25 set. 2015).

⁹ Contou com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo – FAPES.

¹⁰ Cabe esclarecer que o valor do módulo fiscal varia de acordo com o município considerado. Por exemplo, em Alegre-ES o módulo fiscal vale 24 ha, o que define um limite de área de 96 ha para o estabelecimento familiar.

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
 IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Vários autores já abordaram a questão do acesso a mercados como um dos fatores que afetam a sustentabilidade dos agricultores familiares. Maluf (2004), por exemplo, argumenta que o maior peso relativo do mercado interno brasileiro e a grande diversidade regional podem ampliar as oportunidades para os pequenos e médios empreendimentos agroalimentares, contribuindo muito para a geração de emprego e renda.

Segundo Maluf (2004), a agricultura familiar mantém dois tipos de vínculos com os mercados, que podem ser simultâneos, a saber: a) com cadeias integradas nacional e internacionalmente, englobando as cooperativas de grande porte, as corporações agroindustriais, a indústria alimentar, os agentes de intermediação mercantil e as redes de supermercados; b) com circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos.

Referindo-se à origem e ao desenvolvimento dos circuitos regionais, Maluf (2004, p. 308) afirma que,

[...] A proximidade física não é suficiente para gerar relações sistemáticas e sinérgicas entre os agentes econômicos instalados numa determinada região, relações que constituem condição para a conformação dos referidos circuitos regionais. Essas relações são construídas por processos que refletem as formas sociais de ocupação do território, as opções de estratégia dos agentes econômicos envolvidos e as ações públicas voltadas para promover as atividades econômicas locais e regionais.

Maluf (2004) defende que por meio dos circuitos regionais configura-se um padrão de desenvolvimento socioeconômico mais equitativo. E sugere a implementação de ações públicas visando promover a produção diversificada e o consumo de alimentos regionais de qualidade, incluindo iniciativas autônomas (por parte dos agricultores) de agregação de valor ao produto primário, em forma individual ou associativa. Além disso, seria preciso instituir programas de apoio ao varejo de pequeno porte (como armazéns, quitandas e lojas especializadas), aproximando-o dos agricultores familiares da região.

Outra tipificação dos mercados para os agricultores familiares foi concebida por Wilkinson (2008), identificando quatro formas tradicionais de acesso: o acesso direto (sobressaindo o mercado local/informal), o acesso via atravessador, a integração com as agroindústrias e o acesso por meio das compras do poder público. Esse autor também faz a distinção entre o mercado de *commodities*, onde as relações são impessoais e mediadas apenas pelo preço, e o que chama de “novos mercados”, caracterizados por diferentes processos de fidelização com base na identidade específica dos produtos e processos produtivos. Esses novos mercados englobam as especialidades de nicho, os orgânicos, os artesanais, os solidários e os institucionais.

Segundo Darolt (2013), no Brasil os agricultores familiares têm participação majoritária em circuitos curtos de comercialização (mercados locais). Com base em Chaffotte e Chiffolleau (2007) e Mundler (2008), Darolt distingue dois casos de circuito curto, referentes a produtos agrícolas ou agroindustriais, a saber: a venda

direta, quando a relação entre produtor e consumidor é direta, na propriedade ou fora dela (em feiras, venda domiciliar, programas governamentais etc.), e a venda por meio de um único intermediário, que pode ser outro produtor, uma cooperativa, uma loja especializada (ex.: produtos agroecológicos), um restaurante ou até um pequeno supermercado.

Para Darolt (2013), os circuitos curtos de comercialização são mais vantajosos, quando comparados aos circuitos longos, porque possibilitam: diversificar as propriedades, reduzindo os riscos; definir preços que remuneram melhor o produtor e são mais justos ao consumidor, pois reforçam a ligação direta entre esses agentes; ofertar alimentos da estação e da região; ampliar a autonomia dos agricultores familiares; dinamizar a economia local, ajudando na manutenção da agricultura familiar; reduzir o impacto ambiental, com menor uso de embalagens plásticas e menor gasto energético com transporte, entre outras vantagens.

Por sua vez, Ploeg (2008) argumenta que foi criado um novo regime alimentar, denominado “imperial”, que vem afetando profundamente a estrutura da produção agrícola e agroindustrial, a qualidade dos alimentos e as formas de distribuição dos mesmos. Nesse regime, o mercado global é definido como princípio ordenador, alinhado com os processos globais de acumulação e mediante novas formas de regulação, de modo que se abriram novos espaços para as grandes corporações atuarem como redes coercitivas dentro dos mesmos.

Na base desse novo regime, de acordo com Ploeg (2008), estão os processos de industrialização da agricultura e de reestruturação das grandes indústrias de processamento, empresas de comercialização e redes de supermercados, constituindo os impérios alimentares, os quais passaram a exercer um crescente poder monopólico e centralizador sobre a produção, a distribuição e o consumo de alimentos. Assim, vem aumentando a desconexão entre os produtores e os consumidores, no tempo e no espaço, e os alimentos são cada vez mais artificializados.

Ploeg (2008) informa que essa nova força opressora dos agricultores familiares (que ele denomina “camponeses”) tem causado o rebaixamento dos preços recebidos por eles, ampliando muito a diferença entre os preços oferecidos pela produção primária (matéria-prima) e os preços pagos pelos consumidores, além de elevar os níveis de turbulência mercadológica, não só no mercado alimentar global, como também nos mercados nacionais e regionais que estão interconectados.

Contudo, frente ao regime alimentar imperial, esse autor salienta as iniciativas de resistência dos agricultores familiares, como parte do processo designado “recampesinação”, pelo qual são ampliadas as condições de reprodução social dos agricultores familiares (ou camponeses), sobretudo por lhes assegurar maior autonomia. Uma das estratégias de resistência vincula-se ao chamado “capital cultural” desses agricultores que está relacionado, de um lado, à origem, às formas de produção e à qualidade dos alimentos produzidos. De outro lado, o capital cultural.

[...] implica a emergência de *circuitos* que ligam produtores específicos e lugares de produção específicos a consumidores específicos. Nesses circuitos, as *definições culturais* de qualidade (e de justiça e sustentabilidade) são um aspecto decisivo. As transações de alimentos ocorrem em circuitos socialmente regulados (e, por isso, também diferenciados) [...] (PLOEG, 2008, p. 305).

Portanto, nesses circuitos de comercialização, legitimados pelo capital cultural dos agentes envolvidos, ocorreriam relações comerciais mais justas, contribuindo para ampliar a sustentabilidade dos agricultores familiares, com menor dependência do Estado e dos capitais financeiro, industrial e comercial.

Por fim, vale resgatar o Documento Final da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, realizada em 2008, em Olinda-PE, que apresenta as seguintes recomendações relacionadas aos mercados para a agricultura familiar:

Buscar e assegurar novos mercados para os produtos da agricultura familiar e camponesa, povos indígenas e comunidades tradicionais, bem como construir novas estratégias de acesso aos mercados já existentes. O abastecimento do mercado interno pelo cooperativismo solidário, preferencialmente de base agroecológica, representa uma forma de promoção destes produtos e de fortalecimento dos circuitos locais e regionais de comercialização. Destaca-se, ainda, o papel dos mercados institucionais (escolas, creches, instituições da terceira idade, hospitais, restaurantes populares, presídios etc.) que desempenham um importante papel neste processo, especialmente por meio do PAA, que deve ser reforçado em volume de recursos e ter seu acesso desburocratizado, priorizando a operacionalização direta com cooperativas e associações da agricultura familiar e camponesa (BRASIL, 2008, p. 78).

3. OS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS PAA E PNAE

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA foi lançado em 2003, através da Lei Federal nº 10.696/2003 (art.19), como uma nova estratégia do Governo Federal para enfrentar a questão da fome e da pobreza no Brasil, buscando também fortalecer a agricultura familiar. No PAA, são utilizados mecanismos de comercialização para a aquisição direta de alimentos produzidos por agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais comunidades tradicionais, os quais participam por meio de suas organizações. A compra pode ser feita sem licitação e os preços não devem ultrapassar os valores praticados nos mercados locais.

O PAA é operacionalizado por meio de cinco modalidades¹¹, a saber: a) “Compra Direta da Agricultura Familiar para Doação Simultânea”, pela qual os alimentos são doados a entidades da rede socioassistencial, restaurantes populares, cozinhas comunitárias e para compor cestas de alimentos distribuídas pelo Governo Federal; b) “Formação de Estoques pela Agricultura Familiar”, para que organizações dos agricultores comprem a produção dos seus sócios, formando estoques para posterior comercialização, em momento mais favorável de mercado; c) “Compra Direta da Agricultura Familiar”, voltada para situações em que os preços de mercado estão baixos ou para atender às demandas de alimentos para populações em estado de insegurança alimentar; d) “Incentivo à Produção de Leite”, que possibilita a distribuição gratuita de leite em ações de combate à fome, nos

¹¹ Para mais detalhes, consultar o site da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, da Casa Civil, disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/modalidades-do-paa>.

estados do Nordeste; e) “Compra Institucional”. Cada agente produtor pode acessar até um limite anual em cada modalidade.

A modalidade denominada “Compra Institucional” foi criada em 2012, conforme o Decreto nº 7.775/2012 e a Resolução nº 50/2012. Por meio dessa modalidade, os órgãos de administração direta ou indireta das esferas federal, estadual ou municipal podem comprar alimentos, com seus próprios recursos, dos agentes produtores antes referidos, além de extrativistas e pescadores artesanais, para abastecer restaurantes universitários, unidades do sistema de saúde, presídios, academias de polícia e as forças armadas, entre outros. E a partir de 2015, pelo Decreto nº 8.473/2015, estabeleceu-se que os referidos órgãos da esfera federal devem utilizar no mínimo 30% do total de seus recursos, destinados à aquisição de alimentos, com esse tipo de compra direta.

O Grupo Gestor do PAA é interministerial, sendo coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A operacionalização do PAA é de responsabilidade desse Ministério, da CONAB e dos órgãos de administração direta ou indireta. O controle social deve ser exercido pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional ou, na inexistência desse, pelo Conselho Municipal de Ação Social.

Grisa et al. (2011) destacam a relevância do PAA em função das seguintes contribuições: a) alteração na matriz produtiva da agricultura familiar, incentivando a diversificação produtiva e a produção em bases agroecológicas ou orgânicas; b) alteração no consumo das famílias produtoras e das beneficiadas com os alimentos adquiridos pelo governo federal, proporcionando uma alimentação mais diversificada e de melhor qualidade; c) reconexão entre os produtores e os consumidores locais, “[...] respeitando a sazonalidade, a proximidade, os atributos de qualidade, o saber-fazer local, as relações sociais, etc.” (GRISA et al., 2011, p. 37); d) criação de novos mercados e alternativas de renda aos agricultores familiares, oferecendo uma garantia de comercialização que reduz a sua dependência dos atravessadores; e) promoção do capital social e fortalecimento das organizações dos agricultores familiares.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE foi criado em 1955, mas, somente a partir de 1994 passou a ocorrer a descentralização do processo de aquisição de alimentos para merenda escolar na rede pública da educação básica, com repasses de recursos aos estados e municípios.

Em 2009, o PNAE passou por outra grande mudança. A Lei Federal nº 11.947 estabeleceu que no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) para custear a alimentação escolar, às Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, devem ser destinados à aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar ou dos empreendimentos familiares rurais, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

A Resolução nº 26/2013 do FNDE define as normas para a execução do PNAE e a transferência de recursos financeiros federais. A aquisição poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, com o recurso da “chamada pública”. Deve-se priorizar, sempre que possível, os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos. O controle social deve ser exercido pelos Conselhos de Alimentação Escolar. E os Institutos Federais (ensino médio/técnico) também podem executar o PNAE.

Para terem direito de acesso aos programas PAA e PNAE, os produtores familiares, extrativistas e pescadores artesanais devem ter essa qualificação comprovada por meio da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). E as associações

ou cooperativas devem possuir DAP-Jurídica, comprovando a predominância desses agentes em seus quadros sociais.

Os programas PAA e PNAE fazem parte da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e estão inseridos no primeiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – 2012/2015, relacionando-se aos temas “aquisição de alimentos da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais” e “oferta de alimentos a estudantes, trabalhadores e pessoas em vulnerabilidade alimentar” (CAISAN, 2011).

De acordo com Leão e Maluf (2012, p. 49),

o enfoque da segurança alimentar e nutricional busca ampliar o acesso aos alimentos, ao mesmo tempo em que questiona o padrão inadequado de consumo alimentar, sugere formas mais equitativas, saudáveis e sustentáveis de produzir e comercializar os alimentos e requalifica as ações dirigidas para os grupos populacionais vulneráveis ou com requisitos alimentares específicos. Essas três linhas de ação convertem a busca da segurança alimentar e nutricional num parâmetro para as estratégias de desenvolvimento de um país, como também o são o desenvolvimento sustentável e a equidade social.

4. METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida no município de Alegre, situado no Território da Cidadania do Caparaó Capixaba, Estado do Espírito Santo, graças à disponibilização da base de dados de custo de produção e comercialização dos alimentos vendidos pelos agricultores familiares na feira livre e nos mercados do PAA e do PNAE, o que permitiu proceder à avaliação da viabilidade econômica dos seus sistemas produtivos no contexto de tais mercados.

Na pesquisa, foram abordados, por meio de entrevistas, todos os agricultores familiares que tinham em comum, no ano de 2012, o fato de estarem inseridos em pelo menos dois dos três mercados considerados (feira, PAA e PNAE), o que torna a mesma uma modalidade de censo. E foram incluídos na pesquisa 15 (quinze) alimentos, a saber: abóbora, agrião, alface, almeirão, banana prata, cebolinha, chuchu, couve, inhame, jiló, mandioca, palmito, quiabo, taioba e tomate.

Quando havia mais de um produtor envolvido com o mesmo alimento, contabilizou-se o valor médio de cada item de custo informado da produção respectiva. Os dados referentes aos alimentos produzidos em sistemas de transição agroecológica também foram analisados separadamente.

Para efeito da análise de custo, foram considerados os custos operacionais (total e efetivo) de produção e comercialização, conforme proposto por Matsunaga et al. (1976). Para o custo operacional total, são contabilizados, como custos fixos, os gastos com trabalho permanente (incluindo o familiar), depreciação e impostos, bem como os custos variáveis, englobando os gastos com aquisição do capital circulante, manutenção/conservação do capital estável e o trabalho temporário (contratado). Já no cálculo do custo operacional efetivo, somente são considerados os recursos produtivos que exigem desembolsos por parte do produtor para sua utilização (custos diretos), o que exclui o valor da força de trabalho familiar. Calcularam-se os custos operacionais de produção e comercialização com o auxílio de planilhas do programa Microsoft Excel.

No cálculo dos gastos com o trabalho familiar, apurou-se, com base nas informações do agricultor, todos os dias de serviço dedicados às diferentes frentes

de trabalho familiar, necessárias para produção e comercialização do alimento enfocado, convertendo os mesmos em equivalentes de diárias de pagamento do trabalho temporário contratado. Ou seja, o valor de cada dia de serviço familiar foi estimado como equivalente ao do trabalhador contratado temporariamente (diarista), conforme valor praticado na região.

Muitas vezes, a família agricultora não realiza o controle contábil de sua produção, principalmente pela característica de sobreposição do orçamento produtivo ao doméstico na rotina da agricultura familiar, o que dificulta a verificação da viabilidade econômica da atividade produtiva. Por isso, foi preciso um esforço metucioso, durante as entrevistas com os agricultores, para obtenção da estimativa do trabalho gasto especificamente na cultura enfocada, procurando separá-lo do tempo dedicado às demais culturas agrícolas e aos afazeres domésticos.

Os indicadores de rentabilidade considerados foram a renda líquida operacional e o índice benefício/custo operacional. A renda líquida corresponde à diferença entre a receita bruta e o custo operacional. O índice benefício/custo é obtido dividindo-se a receita bruta pelo custo operacional.

Para analisar a rentabilidade, consideraram-se os preços médios recebidos pelos agricultores nos três mercados referidos, ao longo do ano de 2013, corrigidos pelo IGP-DI para o mês de dezembro de 2013. Assim, configuraram-se três cenários econômicos alternativos para os agricultores familiares.

Os preços praticados no PAA refletem o mercado atacadista da CEASA da Grande Vitória, correspondendo à média dos preços nos últimos doze meses antecedentes ao início do contrato do agricultor com a CONAB. Para efeito deste artigo, considerou-se o período de janeiro a dezembro de 2013. Já os preços praticados no PNAE refletem o mercado varejista, correspondendo à média dos preços de três mercados locais, inclusive a feira livre, no ano de 2013.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na tabela 1, são apresentados os valores dos custos operacionais unitários de produção e comercialização, totais e efetivos (COT e COE), e os preços recebidos nos diferentes mercados enfocados (PAA, PNAE e feira), para cada alimento estudado.

Tabela 1 – Custos operacionais da produção e comercialização familiar de alimentos e preços recebidos em diferentes mercados de Alegre-ES, 2013.

Alimento	Custo operacional (R\$/kg)		Preço recebido (R\$/kg)		
	Total	Efetivo	PAA**	PNAE***	Feira****
Abóbora	2,22	0,05	1,05	1,53	1,55
Agrião	2,42	0,22	2,18	3,46	3,43
Alface	0,68	0,14	1,60	1,70	1,92
Almeirão	3,87	0,44	0,81	2,17	1,72
Banana prata	1,10	0,15	1,36	1,86	1,72
Cebolinha	1,53	0,20	2,58	6,50	6,50
Chuchu	0,65	0,05	0,60	0,79	0,93
Couve	0,76	0,21	1,99	2,51	2,46
Inhame	2,77	0,59	2,33	3,97	3,77
Jiló	1,44	0,30	1,21	2,04	1,72
Mandioca	1,06	0,21	1,06	2,01	1,72
Palmito/cabeça	1,71	0,73	1,29		
Palmito/benef.*	6,68	1,66		9,61	9,61
Quiabo	2,67	0,31	2,13	3,85	3,43
Taioba	3,08	0,13	3,30	2,55	2,57
Tomate	1,19	0,47	1,67	2,41	1,90

*Descascado, picado e ensaculado.

**Cotação média na CEASA-GV/ES, de janeiro a dezembro de 2013.

***Cotação média de quatro mercados varejistas locais (incluindo a feira), em março, agosto e nov. de 2013.

****Valor médio das cotações em março, agosto e novembro de 2013.

Todos os valores estão corrigidos pelo IGP-DI para dezembro de 2013.

Fonte: Dados da pesquisa

Inicialmente, vale comparar os dados de custo da tabela 1 com os obtidos em outros trabalhos, em valores também corrigidos pelo IGP-DI para o mês de dezembro/2013. Por exemplo, Souza e Garcia (2013), analisando a abóbora, o quiabo e o tomate na região de Domingos Martins-ES, obtiveram os custos unitários (por quilo) de R\$ 0,72/kg, R\$ 1,48/kg e R\$ 0,79/kg, respectivamente, produzidos em sistema convencional, e os custos de R\$ 0,60/kg, R\$ 1,86/kg e R\$ 1,11/kg, em sistema orgânico. Nota-se que quase todos esses valores foram bem inferiores aos de Alegre-ES, exceto o do tomate orgânico, cujo valor ficou próximo. Nos casos da abóbora e do tomate isso se deve às produtividades muito maiores obtidas em Domingos Martins, apesar dos autores não terem contabilizado a depreciação. Quanto ao quiabo, a justificativa seria o maior gasto com a força de trabalho em Alegre.

Cabe ressaltar que os agricultores familiares de Alegre adotaram sistemas produtivos que não correspondem ao sistema convencional e nem tão pouco ao sistema orgânico (tecnicamente conduzido), com exceção do cultivo do tomate que se aproxima mais do sistema orgânico, mas sem certificação. Por isso, foram comparados com os custos de ambos os sistemas de Domingos Martins. Também cabe ponderar que a origem dos dados de Domingos Martins é diferente, pois se refere a condições experimentais (sistema orgânico) ou a coeficientes técnicos médios (sistema convencional), indicados por órgãos ligados à Secretaria Estadual de Agricultura. Em Alegre, os dados refletem a realidade produtiva local, obtidos por meio de entrevistas com os agricultores familiares.

Para comparar com os dados resultantes dos trabalhos citados a seguir, ponderou-se o fato de não terem contabilizado o custo da comercialização. Por isso, foi subtraído esse item dos custos operacionais lançados na tabela 1, antes de proceder à comparação.

A CONAB (2013) informa um custo operacional total (COT)¹² de R\$ 0,37/kg para a banana prata, na região de Alfredo Chaves-ES, e de R\$ 0,18/kg para a mandioca de Pinheiros-ES, bem inferiores aos obtidos em Alegre, nos valores de R\$ 0,84/kg e R\$ 0,93/kg, respectivamente, pois ambos os dados da CONAB correspondem a situações de produtividade muito maior. No caso do tomate, a diferença entre o COT de Alegre (R\$ 0,81/kg) e o encontrado em Domingos Martins-ES (R\$ 0,79/kg) foi pequena, ressaltando que o tomate de Alegre foi produzido sem o uso de agrotóxicos.

Entre os estudos realizados em outros estados brasileiros, identificou-se o de Rezende et al. (2009) que, analisando a alface em cultivo solteiro, na região de Jaboticabal-SP, obtiveram um COT da igual a R\$ 0,23/kg, enquanto em Alegre foi R\$ 0,53/kg. Como não houve diferença significativa de produtividade, essa vantagem econômica da alface de Jaboticabal pode ser explicada devido ao fato de ter sido produzida em condição experimental controlada, ao contrário de Alegre onde os dados refletem a realidade produtiva familiar local, conforme já mencionado.

¹² Custos estimados com base numa matriz de coeficientes técnicos e no vetor de preços dos fatores (preços médios praticados em cada região enfocada). Para definição dessa matriz, a CONAB considera o processo produtivo mais utilizado no local, cujos coeficientes técnicos são definidos através de um encontro do qual participam, além dos técnicos da CONAB, produtores rurais e representantes de diversas entidades ligadas à agricultura.

Outro estudo foi realizado por Silva e Chabaribery (2006), que encontraram um COT da mandioca muito mais baixo, para a região de Mogi Mirim-SP, no valor de R\$ 0,07/kg, frente a R\$ 0,76/kg em Alegre. Igualmente a Alegre, os dados refletem a realidade produtiva local, obtidos por meio de aplicação de questionários com os agricultores. Mas, como não foi contabilizado o custo da colheita, também foi subtraído esse item do COT de Alegre, para essa comparação, além do custo da comercialização. A eficiência técnica em Mogi Mirim foi bem superior, refletindo-se na elevada produtividade que proporcionou um COT unitário quase onze vezes menor. Os autores informam que todos os produtores adotam práticas de conservação de solo e a maioria adota a mecanização e recebe assistência técnica, o que explicaria o enorme contraste de eficiência técnica e econômica entre eles e os produtores capixabas, considerando que ambos têm a predominância do trabalho familiar.

Na tabela 2, são apresentados os valores dos custos operacionais unitários de produção e comercialização, total e efetivo (COT e COE), referentes aos alimentos produzidos tanto no sistema usual¹³ como no sistema de transição agroecológica¹⁴.

Tabela 2 – Custos operacionais da produção familiar de alguns alimentos em sistemas usual (U) e de transição agroecológica (T), em Alegre-ES, 2013.

Alimento	Custo oper. total (R\$/kg)	Custo oper. efetivo (R\$/kg)
Alface T	0,16	0,04
Alface U	1,21	0,23
Couve T	1,19	0,31
Couve U	0,34	0,12
Banana Prata T-1	0,57	0,25
Banana Prata T-2	1,65	0,05
Cebolinha T	1,53	0,16
Cebolinha U	1,53	0,23

Fonte: Dados da pesquisa

Analisando os alimentos mostrados na tabela 2, nota-se, quanto à alface, grande diferença, a menor, nos valores unitários de COT e COE em transição agroecológica. Na alface usual, verificou-se que a baixa produtividade obtida pelo agricultor foi o principal fator que elevou os custos unitários, além do gasto adicional com agroquímicos.

No caso da banana prata, foram abordados dois sistemas de transição agroecológica (T-1 e T-2), sendo o sistema T-1 mais evoluído que o T-2. A adubação inferior e o maior gasto de trabalho na limpeza e manutenção do bananal justificam o maior COT do sistema T-2, visto que o sistema T-1 utiliza técnicas agroflorestais. No entanto, o COE do sistema T-1 foi maior por causa da contratação de força de trabalho (complementar), pois a força de trabalho familiar não é computada nesse custo.

Já para a couve o quadro se inverte, ocorrendo considerável superioridade do sistema usual devido à produtividade bem maior obtida e, provavelmente, ao controle mais eficiente de pragas da couve nesse sistema. No caso da cebolinha,

¹³ Foi empregada a designação “usual” para fazer referência ao sistema de cultivo adotado pela família que mescla práticas tradicionais (como a capina manual) e práticas consideradas modernas (como a adubação química e o uso de agrotóxicos), embora sem seguir todas as recomendações técnicas.

¹⁴ Conforme Gliessman (2005), refere-se ao processo de conversão de sistemas agrícolas convencionais em agroecológicos, nos quais há diversidade de culturas e a dependência de insumos externos é mínima, entre outras características.

não houve diferença de COT entre os sistemas produtivos enfocados, porém, o COE no sistema usual foi maior porque gastou mais com insumos externos (agroquímicos e esterco). Mesmo sendo o esterco um insumo orgânico, o produtor ficou dependente de comprá-lo, o que não é preconizado na visão agroecológica.

As rendas líquidas operacionais, total e efetiva, obtidas nos mercados de compra direta de alimentos considerados (PAA, PNAE e feira), são apresentadas na tabela 3.

Tabela 3 – Rendas líquidas operacionais dos agricultores familiares, diante dos diferentes mercados de alimentos de Alegre-ES, 2013.

Alimento	Renda líq. oper. total (R\$/kg)			Renda líq. oper. efetiva (R\$/kg)		
	PAA	PNAE	Feira	PAA	PNAE	Feira
Abóbora	-1,17	-0,69	-0,67	1,00	1,48	1,50
Agrião	-0,24	1,04	1,01	1,96	3,24	3,21
Alface	0,92	1,02	1,24	1,46	1,56	1,78
Almeirão	-3,06	-1,70	-2,15	0,37	1,73	1,28
Banana prata	0,26	0,76	0,62	1,21	1,71	1,57
Cebolinha	1,05	4,97	4,97	2,38	6,30	6,30
Chuchu	-0,05	0,14	0,28	0,55	0,74	0,88
Couve	1,23	1,75	1,70	1,78	2,30	2,25
Inhame	-0,44	1,20	1,00	1,74	3,38	3,18
Jiló	-0,23	0,60	0,28	0,91	1,74	1,42
Mandioca	0,00	0,95	0,66	0,85	1,80	1,51
Palmito/cab.	-0,42			0,56		
Palmito/benef.		2,93	2,93		7,95	7,95
Quiabo	-0,54	1,18	0,76	1,82	3,54	3,12
Taioba	0,22	-0,53	-0,51	3,17	2,42	2,44
Tomate	0,48	1,22	0,71	1,20	1,94	1,43

Fonte: Dados da pesquisa

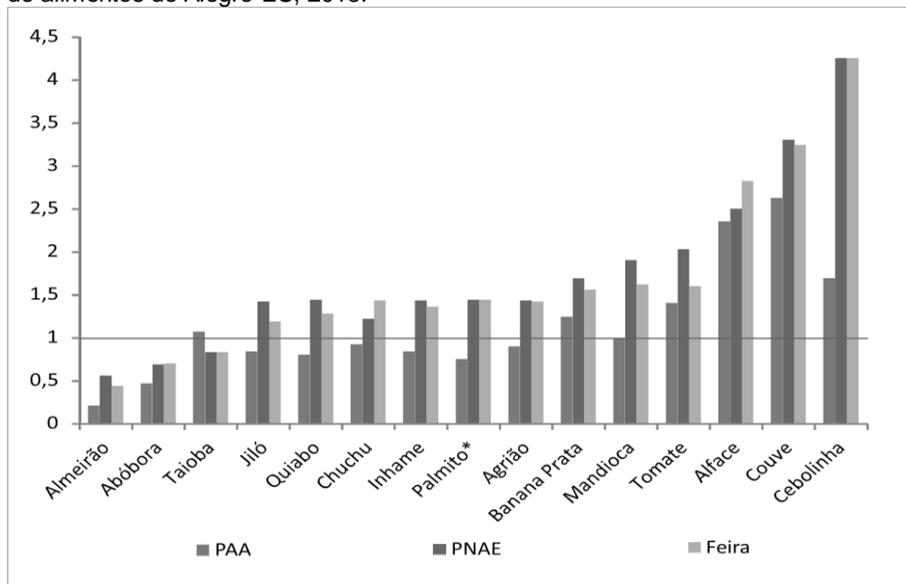
Analisando os dados da tabela 3, pode-se constatar que alface, banana prata, cebolinha, couve e tomate foram os únicos os alimentos que apresentaram situação positiva, em termos de renda líquida operacional total, nos três mercados pesquisados, sendo que a cebolinha ficou num nível superior. E a inserção do agricultor familiar no mercado do PNAE foi, na maioria das vezes, a mais vantajosa. O contrário acontece com o PAA que se coloca como o mercado menos favorável.

Em contrapartida, abóbora e almeirão são alimentos que necessitam de grande atenção no momento da comercialização, visto que em todos os mercados pesquisados apresentaram renda líquida operacional total negativa, tornando inviável a comercialização. Enquanto a comercialização da taioba somente é viável no PAA, no caso dos alimentos agrião, chuchu, inhame, jiló, palmito (em cabeça) e quiabo, nota-se, contrariamente, que a comercialização dos mesmos é inviável somente no PAA.

Por outro lado, todos os quinze alimentos apresentaram renda líquida operacional efetiva positiva, o que significa que os preços recebidos nos três mercados cobrem os gastos com insumos e serviços contratados, mas não cobrem a depreciação. E vão remunerar a força de trabalho familiar, não contabilizada no custo efetivo, de acordo com o valor da renda efetiva obtida.

A seguir, na figura 1, encontram-se expostos os índices benefício/custo operacional total (IBCs) para cada mercado de alimentos considerado.

Figura 1 – Índices benefício/custo operacional total, diante dos diferentes mercados de alimentos de Alegre-ES, 2013.



*Refere-se ao palmito em cabeça, no caso do PAA, e ao palmito beneficiado, no PNAE e na feira.

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se que alface, cebolinha e couve foram os alimentos que alcançaram os maiores IBCs nos três mercados, com destaque para a cebolinha que chegou ao valor máximo de 4,25, no PNAE e na feira, o que significa que cada R\$ 1,00 investido na produção de cebolinha gerou um retorno de R\$ 4,25, ao ser vendida em tais mercados. No extremo oposto estão abóbora e almeirão, que apresentaram IBCs sempre inferiores a uma unidade, indicando que a comercialização dos mesmos é inviável nos três mercados enfocados. Essa situação de inviabilidade econômica (IBC < 1,00) foi mais comum no PAA, envolvendo oito (53,3%) dos quinze alimentos.

Diante desse quadro econômico, torna-se muito relevante a discussão sobre os preços justos que deveriam ser pagos aos agricultores familiares nos mercados institucionais, como o PAA e o PNAE, considerando que um dos critérios para definição desses preços deveria ser a remuneração dos custos de produção e comercialização.

Tais mercados, que representam circuitos curtos de comercialização, podem ser analisados na perspectiva da “comercialização justa e solidária”, que se baseia nos princípios da transparência, corresponsabilidade, relação de longo prazo, pagamento de preço justo e respeito ao meio ambiente e à dignidade do trabalho (Fairtrade Labelling Organizations International, 2006). Assim, fica clara a preocupação de garantir um preço justo ao produtor, como uma das condições para estabelecer relações mais solidárias entre quem produz e quem consome alimentos.

Nesse mesmo sentido, autores como Darolt (2013), Wilkinson (2008) e Ploeg (2008) também argumentam que os circuitos curtos possibilitam relações comerciais mais solidárias, onde os preços praticados remuneram melhor o produtor e são mais justos ao consumidor, pois reforçam a ligação direta entre esses agentes. A questão é que nem sempre isso vigora, como foi demonstrado neste

estudo, apontando a inviabilidade econômica de venda pelo PAA de mais da metade dos alimentos pesquisados, devido ao fato do programa considerar os preços de atacado¹⁵.

Entretanto, cabe fazer uma ressalva para uma análise mais ponderada da questão dos preços justos. Considerando que a maioria dos alimentos pesquisados em Alegre apresentou valores de custo superiores àqueles obtidos em outras regiões, se coloca o desafio de melhorar a eficiência técnica dos sistemas de produção, para torná-los mais competitivos economicamente.

6. CONCLUSÕES

O estudo permitiu constatar que alface, banana prata, cebolinha, couve e tomate foram os únicos alimentos que apresentaram renda líquida operacional total positiva nos três mercados pesquisados, sendo que os maiores índices benefício/custo operacional total foram alcançados pela cebolinha, no PNAE, e pela couve, no PAA. No extremo oposto ficaram a abóbora e o almeirão, cuja renda foi sempre negativa nesses mercados, apresentando índices benefício/custo inferiores a uma unidade.

Por outro lado, todos os quinze alimentos estudados apresentaram renda líquida operacional efetiva positiva, nos três mercados, visto que os preços recebidos cobrem os gastos com insumos e serviços contratados. Porém, não cobrem a depreciação e podem não estar remunerando toda a força de trabalho familiar.

Enquanto a comercialização da taioba somente é viável no PAA, no caso dos alimentos agrão, chuchu, inhame, jiló, palmito (em cabeça) e quiabo, nota-se, contrariamente, que a comercialização dos mesmos é inviável somente no PAA.

A inserção dos agricultores familiares no PNAE foi, na maioria das vezes, a mais vantajosa, ao contrário do PAA. Por isso, é contraditório dizer que o PAA esteja executando modalidades de “compra direta” da agricultura familiar, na medida em que estabelece o mercado atacadista como base de preço, o que rebaixa o preço a ser pago, na maior parte dos casos.

Os resultados de custo operacional de produção e comercialização obtidos possibilitam analisar, frente aos preços vigentes, qual o melhor mercado para venda dos alimentos da agricultura familiar. As planilhas referenciais de custo, elaboradas com base nos quinze sistemas produtivos adotados na região de Alegre, foram disponibilizadas em um blog/internet. Inclusive, poderão ser aplicadas em outras regiões mediante as devidas adaptações às suas especificidades. Desse modo, o agricultor familiar terá uma importante ferramenta para fazer o controle contábil da produção e escolher os alimentos e os mercados mais rentáveis.

Espera-se que este estudo seja útil na negociação dos preços justos para os alimentos comercializados nos mercados institucionais (PAA e PNAE), sabendo que um dos critérios de definição dos preços deveria ser a remuneração dos custos. Tais mercados, mesmo com os problemas verificados, estão contribuindo para proporcionar segurança alimentar e nutricional da população beneficiada e, ao

¹⁵ Além dos preços desfavoráveis, os agricultores familiares entrevistados relataram que vêm enfrentando outro enorme obstáculo na comercialização pelo PAA. Refere-se ao descompasso entre o ritmo dos trâmites burocráticos, no âmbito da CONAB, e o ritmo dos ciclos biológico-produtivos das plantas e dos animais. O processo que vai da apresentação da proposta (da associação rural) até a liberação dos recursos financeiros, autorizando a entrega dos alimentos às entidades assistenciais, é muito demorado. Enquanto isso, as frutas e verduras vão passando do ponto de colheita, se perdendo no campo, e os animais vão passando do ponto de abate. Assim, esse programa vem perdendo credibilidade perante os agricultores.

mesmo tempo, estão ampliando as possibilidades de comercialização para a agricultura familiar.

7. AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo – FAPES, pelo apoio financeiro, e aos agricultores familiares entrevistados, pelas informações prestadas.

8. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Relatório final da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**. Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei nº. 1.326, de 24 de julho de 2006**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 25 abr. 2014.

CAISAN – CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Plano nacional de segurança alimentar e nutricional - 2012/2015**. Brasília: CAISAN, 2011. 132p.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. **ES-Custos PGPAF Maio 2013**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1286&t=2>>. Acesso em: 08 jul. 2013.

DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (Org.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013, p.139-170.

FAIRTRADE LABELLING ORGANIZATIONS INTERNATIONAL. **Documento explicativo sobre os critérios gerais de comércio justo para organizações de pequenos produtores**. [S.l.], 2006. Disponível em: <www.fairtrade.net/uploads/media/Explan_Doc_Small_Farmers_Mar_2006_PT.pdf>. Acesso em 02 fev. 2009.

FRANÇA, C. G.; DEL GROSSI; M. E.; MARQUES V. P. M. A. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 3.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

GRISA, C. et al. Contribuições do programa de aquisição de alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 34-41, set. 2011.

LEÃO, M. M.; MALUF, R. S. **A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira**. Brasília: ABRANDH, 2012.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004.

MATSUNAGA, M. et al. Metodologia de custo de produção utilizada pelo IEA. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 23, t. 1, p. 123-39, 1976.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

REZENDE, B. L. A. et al. Custo de produção e rentabilidade das culturas de alface, rabanete, rúcula e repolho em cultivo solteiro e consorciadas com pimentão. **Ciência e Agrotecnologia**, Lavras-MG, v.33, n.1, p.305-312, jan./fev., 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-70542009000100042>>. Acesso em: 03 mar. 2014.

SILVA, J. R.; CHABARIBERY, D. Coeficientes técnicos e custo de produção da mandioca para mesa na região de Mogi-Mirim, Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 26-32, jan. 2006. Disponível em: <<ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/tec3-0106.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2014.

SOUZA, J. L.; GARCIA, R. D. C. Custos e rentabilidades na produção de hortaliças orgânicas e convencionais no estado do Espírito Santo. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável**, Viçosa-MG, v.3, n.1, p.11-24, jul. 2013. Disponível em: <http://www.rbas.com.br/pdf/revista_5_artigo_108.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2014.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 21-55.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores**: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

OS LIMITES DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR EM PROMOVER ORGANIZAÇÃO SOCIAL: O CASO DO ASSENTAMENTO 23 DE MAIO

André de Camargo Macedo¹
Bruna Carolina Meira²
Edmilson Carlos de Almeida Lopes Junior³
João Paulo Agápto⁴
Ricardo Serra Borsatto⁵

RESUMO

O presente trabalho analisa os limites do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em promover a organização social de agricultores familiares a partir do estudo de caso do assentamento 23 de Maio, localizado na região sudoeste do estado de São Paulo. Os resultados ora apresentados se basearam nas respostas atribuídas a dois questionários aplicados respectivamente aos assentados e ao gestor da associação existente no assentamento. Os resultados evidenciaram uma baixa participação dos agricultores nos processos administrativos e decisórios da associação, bem como que a associação tem atuado quase que exclusivamente como intermediária para a inserção da produção dos associados em mercados institucionais. A pesquisa também permitiu compreender pontos considerados negativos pelos agricultores em relação a sua participação em ambos os programas. Conclui-se que para o PAA e o PNAE promoverem a organização social de agricultores familiares assentados e assim serem mais eficientes no apoio à agricultura familiar, se faz necessária sua articulação com outras políticas públicas voltadas para este público.

Palavras-chave: agricultura familiar, coesão social, políticas públicas, segurança alimentar, sistemas agroalimentares localizados.

¹Graduando em Engenharia Agrônômica (UFSCar). Bolsista PIBIC/CNPq. E-mail: andre_macedo11@hotmail.com.

²Tecnóloga em Agronegócios (FATEC-Itapetininga). Especialista em Educação do Campo em Agroecologia na Agricultura Familiar e Camponesa (Unicamp). Graduada em Engenharia Agrônômica. (UFSCar). E-mail: brunac75@hotmail.com.

³Graduando em Engenharia Agrônômica(UFSCar). Bolsista PIBIC/CNPq. E-mail: ecalopesjr@gmail.com.

⁴ Tecnólogo em Agronegócios. (FATEC-Itapetininga), Especialista em Ciências Políticas (UCAM). Técnico em Agropecuária (UFSCar). E-mail: jpagapto@ufscar.br.

⁵Engenheiro Agrônomo (ESALQ/USP). Doutor em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável (Unicamp). Professor Adjunto na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: ricardo.borsatto@ufscar.br.

THE LIMITS OF PUBLIC POLICIES FOR FAMILY FARMING IN PROMOTING SOCIAL ORGANIZATION: THE CASE OF THE SETTLEMENT 23 DE MAIO

ABSTRACT

This paper analyzes the limits of the Food Acquisition Program (PAA) and the National School Meal Program (PNAE) in promoting the social organization of family farmers, through the case study of the settlement “23 de Maio” in São Paulo state. Therefore, we developed and implemented two questionnaires, directed respectively to the settlers and the manager of the existing association in the settlement. The results showed a low participation of farmers in administrative and decision-making processes of the association, and the association has dedicated only to act as an intermediary for the insertion of the family farmers in an institutional markets. The research also allowed to understand points considered negative by farmers in respect of their participation in both programs. It was concluded that for the PAA and PNAE to promote the social organization of settled family farmers and thus be more efficient in supporting family farming, it is necessary to articulate with other public policies directed to this public.

Keywords: family farming, food security, localized agrifood systems, public policies, social cohesion.

1. INTRODUÇÃO

Motivados pela percepção dos limites que as políticas públicas de viés neoliberal voltadas para a agricultura têm em combater a pobreza e a fome, especialmente em países em desenvolvimento, desde meados da década de 1990 os debates sobre soberania e segurança alimentar vêm ganhando força ao redor do mundo (MOSELEY et al., 2010; ALTIERI; TOLEDO, 2011). Esses debates advogam a necessidade da reestruturação do sistema agroalimentar dominante, baseado em grandes e longas cadeias agroindustriais, sendo enfatizada a necessidade da elaboração e implementação de políticas públicas que estabeleçam apoios institucionais, de infraestrutura e legais, bem como proteção, para a emergência e consolidação de sistemas agroalimentares mais localizados (ALTIERI; NICHOLLS, 2008; WITTMAN, 2009; CONTI et al., 2015).

Os estudos de sistemas agroalimentares surgiram num contexto de agravamento das crises presentes nas sociedades rurais, assim como da ampliação dos problemas ambientais e alimentares ocasionados pelos sistemas produtivos baseados em processos de larga escala e longas cadeias. Essa abordagem tem como anseio a análise dos processos de produção, distribuição e consumo de alimentos, colocando em evidência o papel dos agricultores e minimiza a centralidade do papel do consumidor dentro dos sistemas, permitindo que a perspectiva territorial ganhe importância (SOLER, 2009).

Especificamente no Brasil, após as eleições presidenciais de 2002 e da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, abriram-se espaços na seara pública para a institucionalização de muitas ideias e reivindicações relacionadas ao tema da segurança alimentar e nutricional (SAN) (GRISA; SCHNEIDER, 2014). Como apontou Belik (2003), muitas das ações que buscam promover a SAN passam pelo fortalecimento de sistemas agroalimentares localizados, na busca de aproximar os produtores e consumidores de alimentos. Assim, a SAN passa a ser considerada na

formulação de diferentes políticas públicas, sempre atrelada a percepção da importância de se valorizar a agricultura familiar na construção de sistemas agroalimentares mais equitativos e localizados.

Nesse contexto, os mercados institucionais podem ser utilizados como uma forma de intervenção pública para a construção de mercados mais “socialmente eficientes”, por facilitar as relações comerciais entre os agentes com o intuito de promover a SAN e outras demandas de bem-estar social (BECKER; ANJOS, 2015).

Fornazier (2014) aponta que o acesso aos mercados pode ser uma oportunidade de incentivar a produção na agricultura familiar, visto que nem sempre os agricultores conseguem atender as condições para acessar os grandes mercados e a demanda local pode ser pequena. Assim, surgem propostas de utilizar a demanda dos equipamentos públicos para adquirir alimentos dos agricultores, servindo como instrumentos de inclusão produtiva da agricultura familiar. Ademais, os mercados institucionais podem atuar em determinantes estruturais da SAN, por meio da redução da volatilidade de preços e manutenção de cadeias agroalimentares mais localizadas.

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE - Lei nº 11.947/2009) emergem neste contexto, voltados a incentivar “novos” sistemas agroalimentares mais localizados, com protagonismo da agricultura familiar, que promovam a SAN de populações em risco de insegurança alimentar.

Não desmerecendo os pontos positivos que esses programas possuem, conforme já apontado em uma grande quantidade de trabalhos acadêmicos publicados, o artigo ora apresentado busca oferecer uma reflexão sobre os limites que estes programas possuem em promover, por si só, o desenvolvimento rural de comunidades de agricultores familiares.

Especificamente, neste trabalho, foi realizado um estudo de caso da Associação dos Amigos Produtores Rurais de Itapetininga (AAPRI), formada por agricultores do Assentamento 23 de Maio, localizado no município de Itapetininga no estado de São Paulo.

Buscou-se nessa pesquisa compreender o papel exercido pela associação no assentamento, verificando se que a mesma tem atuado como um agente de desenvolvimento local, superando o papel de mero intermediário nos processos de comercialização da produção via mercados institucionais.

O artigo começa apresentando um breve panorama desses programas (PAA e PNAE) voltados à promoção de mercados institucionais para a agricultura familiar. Seguido da descrição da abordagem metodológica adotada e dos resultados encontrados no decorrer da pesquisa. Por fim, conclui-se analisando os limites que estes programas apresentam em promover processos sustentáveis de desenvolvimento rural, mais especificamente em termos da construção/manutenção/fomento de sistemas agroalimentares mais localizados.

2.REVISÃO DA LITERATURA

2.1.PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

O PAA foi instituído em 2003 no contexto do Programa Fome Zero, sua origem remete a dois importantes debates ocorridos durante a década de 1990 no Brasil. O primeiro tinha como questões centrais o combate à fome e a garantia da segurança alimentar e nutricional da população brasileira. O segundo debate era direcionado ao reconhecimento da importância da agricultura familiar como categoria social pelas políticas governamentais (GRISA et al., 2011; ROCHA et al., 2013).

Os recursos para o desenvolvimento do programa são provenientes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) juntamente com os Estados e prefeituras são os responsáveis pela operacionalização do programa junto aos agricultores familiares.

De maneira geral, o PAA foi implantado com o intuito de atender a agricultura familiar através da aquisição de parte de sua produção a preços praticados nos mercados locais, dispensando a necessidade de licitações. Os produtos adquiridos se destinam a doações para rede socioassistencial, assim como para formação de estoques, assegurando alimentação em quantidade, qualidade e regularidade às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Nesta lógica, a operacionalização do PAA demonstra claramente a atuação do Estado no sentido de promover a comercialização da produção proveniente de agricultores familiares. A singularidade do tema, segundo Feltraco (2010), está relacionada com a importância assumida pela agricultura familiar no contexto das políticas públicas, bem como componente essencial para o desenvolvimento rural.

Outra característica importante desse programa é a sua perspectiva territorial, visto que busca que a produção agrícola de um determinado território seja consumida dentro do mesmo, aproximando os agricultores de seus consumidores, fomentando sistemas agroalimentares localizados (DIAS et al., 2013; VINHA; SCHIAVINATTO, 2015).

Ademais, o PAA contém uma diversidade de objetivos, sendo que muitos deles encontram-se implícitos, como a promoção da circulação de dinheiro na economia local, a exploração mais racional do espaço rural, distribuição de renda e preservação da agrobiodiversidade do território (BECKER et al., 2009).

Como demonstram diferentes estudos, o PAA vem alcançando a cada ano diversos de seus objetivos, promovendo a geração de renda e a sustentação de preços para os agricultores familiares, aliadas à mitigação da insegurança alimentar e nutricional de populações urbanas e rurais, bem como diversificação da produção, a consolidação de cadeias curtas de comercialização e a manutenção das famílias no campo (BALSADI, 2004; ALMEIDA; FERRANTE, 2009; HESPANHOL, 2009; TRICHES; SCHNEIDER, 2010; entre outros).

2.2. PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

A criação de um Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ocorreu ainda na década de 1950, com o intuito de prover alimentação e nutrição adequadas para crianças e jovens escolares. Mas, foi a partir de 2003 que se sucedeu, na alimentação escolar, uma série de mudanças no sentido de incorporá-la a uma nova política de SAN coordenada pelo Programa Fome Zero (TAKAGI, 2006).

Em 2009 foi sancionada a Lei 11.947/09 a qual prevê que os recursos direcionados ao PNAE devem destinar-se, ao menos em parte, à aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar (BRASIL, 2009).

Schneider et al. (2010) afirmaram que a Lei 11.947/09 foi um marco nas políticas públicas relacionadas à SAN, pois determina às entidades executoras do PNAE a utilizar no mínimo 30% do valor remetido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar local ou regional. Por sua vez, Siqueira et al. (2014) destacam o caráter inovador da lei no que diz respeito à dispensa do processo licitatório quando o fornecedor for caracterizado como agricultor familiar, além de equiparar os preços com os vigentes no mercado local e priorizar, sempre que possível, alimentos oriundos de produção orgânica e/ou agroecológica.

Como o programa possui abrangência nacional, gera um mercado institucional expressivo para a agricultura familiar escoar a sua produção. Também favorece a melhoria da alimentação dos estudantes, pois incentiva o consumo de alimentos mais frescos e saudáveis.

As verbas provenientes do governo federal para a compra de alimentos a serem servidos na merenda escolar são repassadas pelo FNDE para os estados e municípios, sendo calculadas de acordo com o número de estudantes. Com a Lei 11.947/09, os alimentos adquiridos da agricultura familiar podem ser comprados pelos municípios ou estados através de chamadas públicas, isentando a necessidade de licitação. Inicialmente, era previsto um limite máximo de R\$ 9.000,00 por Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)/ano, esse valor foi alterado em 2012, passando para o limite máximo de R\$ 20.000,00 por DAP/ano, aumentando o impacto socioeconômico desse programa para a agricultura familiar.

Além da garantia de um novo mercado para os alimentos da agricultura familiar, essa política, ao menos em teoria, fomenta uma maior organização social dos agricultores, uma vez que a comercialização se dá prioritariamente através de associações e cooperativas.

No entanto, estudos têm apontado diferentes entraves que vêm dificultando a operacionalização do programa. Como descrevem Procopio et al. (2015) em seu estudo sobre o município de Itapeva-SP, problemas com a realização das chamadas públicas, dificuldades para o cumprimento das entregas por parte dos agricultores, cardápios não condizentes com a época agrícola das culturas ou que demandem alimentos não produzidos na região, falta de organização social dos agricultores, baixa qualidade da produção e limitada articulação entre o poder público e as organizações dos agricultores têm prejudicado o PNAE na consecução de seus objetivos.

Outra dificuldade encontrada foi o baixo interesse por parte de agricultores locais de participarem do programa, devido a evidente dificuldade para a realização das chamadas públicas e/ou a burocracia enfrentada pelos agricultores familiares que desejem entregar seus produtos via o programa (ESQUERDO; BERGAMASCO, 2014).

Estes entraves corroboram os dados sistematizados pelo estudo conduzido por Villar et al. (2013) que demonstrou que dos 613 municípios paulistas estudados, em aproximadamente 50% das prefeituras já havia sido realizada a compra de alimentos da agricultura familiar pelo menos uma vez. Em contrapartida, nos outros 50% não haviam sido realizadas todas as etapas para concretização do programa.

3. METODOLOGIA

3.1. ÁREA DE ESTUDO

Situado no distrito de Tupy, pertencente ao Município de Itapetininga, região sudoeste do Estado de São Paulo, o Assentamento 23 de Maio contempla uma área de 515 hectares que foi dividida em 46 lotes, cedida para o uso de 46 famílias. Tendo a sua imissão de posse datada em 8 de novembro de 2008.

Antes da constituição do assentamento, a área era ocupada por uma fazenda de gado de corte, intitulada Fazenda Eldorado, pertencente ao grupo Fazendas Reunidas Boi Gordo S/A, que devido a um colapso financeiro, acumulou dívidas com o governo e investidores. A fazenda foi adquirida da massa falida do grupo pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e destinada para fins de reforma agrária (CAMARGO et al., 2013).

Para coordenar e incentivar a produção agrícola no local, os assentados criaram uma associação, a Associação dos Amigos Produtores Rurais de Itapetininga (AAPRI), com a finalidade de melhor adequar a produção e prestar orientação aos seus associados quanto à participação em programas governamentais. A princípio, participavam da associação apenas 14 famílias. Atualmente, todas as 46 famílias de assentados são associadas à AAPRI.

Tendo como base o site da Transparência Pública do PAA, verificou-se que no último contrato relacionado ao PAA firmado pela AAPRI, datado de 2014, participaram 38 associados, o que corresponde a aproximadamente 80% do total de famílias assentadas. Já em relação à participação no PNAE, segundo informações fornecidas pelo gestor da AAPRI, 28 famílias entregavam, no momento da pesquisa, alimentos para este programa, aproximadamente 60% do total dos associados.

Após identificar o número de famílias existentes no assentamento e o respectivo número de participantes dos programas no momento da execução dessa pesquisa, deu-se início ao trabalho de coleta de dados a campo.

Em relação ao número de entrevistados, o intuito era entrevistar o universo de agricultores participantes do PNAE (28), pois se considera que normalmente os agricultores que fornecem para o PNAE, atendem concomitantemente o PAA.

A aplicação dos questionários ocorreu no mês de fevereiro de 2016, sendo que ao final foram entrevistados 26 agricultores, além do presidente de AAPRI. Nota-se que o número de agricultores entrevistados (26) ficou aquém do desejado, este fato foi determinado por fatores externos à pesquisa, tais como a dificuldade de encontrar os agricultores em suas residências no momento da aplicação dos questionários e pelas limitações de deslocamento dentro do assentamento devido ao grande volume de chuvas à época da pesquisa.

Do total de 26 questionários aplicados aos agricultores, quatro foram desconsiderados devido à falta de consistência dos dados apresentados (preenchimento equivocado por parte dos entrevistadores e informações sem sentido). Assim, foram considerados na análise empreendida 22 questionários, sendo que dos entrevistados, todos os agricultores já haviam participado do PAA e 19 deles do PNAE.

3.2. INSTRUMENTOS DE INVESTIGAÇÃO PARA LEVANTAMENTO DE DADOS E INFORMAÇÕES

Para a coleta de dados primários de interesse da pesquisa, foram elaborados e testados dois questionários, com perguntas abertas e fechadas, para serem aplicados respectivamente aos agricultores participantes dos programas e a ao gestor da AAPRI. Cada questionário era estruturado em quatro blocos distintos.

No primeiro bloco, as questões buscavam coletar informações sobre o acesso dos agricultores aos programas. O segundo bloco era composto por perguntas que visavam compreender a percepção dos agricultores em relação às atividades exercidas pela associação e, no caso do questionário direcionado ao gestor, a percepção deste em relação à participação dos agricultores na associação. O terceiro bloco continha questões que buscavam captar a opinião dos agricultores e do gestor sobre o PAA e o PNAE, buscando compreender as dificuldades encontradas para a participação nos programas e as possíveis melhorias no ponto de vista dos atores. As respostas às questões destes três blocos foram tabuladas e analisadas por meio de estatística descritiva.

Por fim, o quarto bloco firmou-se em questões que possibilitavam a compreensão da coesão social da relação entre a associação e os associados. Para esta análise foram utilizados indicadores elaborados a partir dos trabalhos de

Almeida e Ferrante (2009), Almeida et al. (2010) e Paulillo et al. (2009), que visaram avaliar as características dos membros da rede e os atributos de suas relações, conforme apresentado no quadro 1.

Quadro 1 – Indicadores de coesão social utilizados na pesquisa

Indicadores	
Características dos membros	Atributos das relações
a) Agilidade	g) Comunicação
b) Reputação	h) Regras e usos
c) Esforço para manutenção dos atores	i) Centralidade
d) Esforço para novas opções e ganhos	j) Controle
e) Cooperação	k) Frequência
f) Reciprocidade	l) Confiança

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Almeida et al. (2009; 2010) e Paulillo et al. (2009).

Para cada indicador, foi elaborada uma questão contida nos questionários aplicados. A elaboração das questões e suas opções de resposta foram baseadas na escala *Likert*, isto é ao responderem os questionários, os perguntados especificavam seu nível de concordância com a questão apresentada. .

Deste modo, cada questão permitia cinco opções de respostas, que variavam de total discordância a total concordância. As respostas às questões foram analisadas em relação às suas frequências ao grau de concordância com a afirmação. Assim, em função do número de respondentes que “concordavam” ou “concordavam muito” com a afirmação, foram atribuídas às avaliações de cada indicador conforme apresentado no quadro 2.

Quadro 2– Definição do grau de coesão social em função das respostas atribuídas pelos entrevistados.

Porcentagem de respostas positivas	Grau de coesão
0 - 25%	Fraco
25 – 50%	Moderado
50 – 75%	Forte
75 – 100%	Muito Forte

Fonte: Elaborado pelos autores.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1.LIMITES DO PAA E DO PNAE

Apesar de todos os entrevistados considerarem que o PAA e o PNAE são importantes programas de incentivo à produção e geração de renda, por intermédio da metodologia adotada pôde-se identificar as dificuldades e limitações para o bom desenvolvimento dos programas em âmbito local.

Dentre as limitações mencionadas ao longo das entrevistas com os agricultores, foi relatado que o preço pago aos produtos é um dos principais problemas existentes em ambos os programas. Dentre os 22 entrevistados, 32% informaram que os preços baixos pagos pelos produtos destinados a tais mercados institucionais acabam por desestimular um maior interesse pelos programas. Situação similar foi encontrada por Scheuer et al. (2016) em estudo realizado no município de São José dos Quatro Marcos - MT, no qual de um universo de 46 agricultores entrevistados, 24,36% apontaram que o PAA deveria pagar mais pelos produtos adquiridos.

Atrasos nos pagamentos é outro fator que interfere negativamente na avaliação dos programas. Dos entrevistados, 27,2% apontaram enfrentar problemas com atrasos nos pagamentos dos programas, o que segundo eles acaba por desestimular a permanência no PAA e no PNAE. Resultados similares foram encontrados em outras análises sobre PAA (GOMES; BASTOS, 2007; SCHEUER et al., 2016), sendo este um fator desalentador e frustrante para os agricultores e associações/cooperativas, gerando até mesmo um descrédito em relação à política pública.

Outro entrave destacado pelos agricultores diz respeito à existência de problemas logísticos. Dos entrevistados, 22,7% alegaram enfrentar problemas com esta variável, a qual se relaciona a falta de planejamento tanto produtivo quanto da comercialização propriamente dita. A percepção de que as políticas públicas têm problemas relacionados à logística foi também mencionado em outros trabalhos de escopo similar (TRICHES et al., 2014; SCHEUER et al., 2016).

Os agricultores entrevistados também apontaram que exigências relacionadas à qualidade dos produtos são um dos problemas vivenciados, principalmente para acessar o PNAE, sendo relatado que em alguns casos houve a devolução dos alimentos entregues.

Destaca-se no caso aqui estudado, que o acesso ao PAA e PNAE não foi suficiente para que se consolidassem sistemas agroalimentares localizados com maior grau de complexidade, sendo que os agricultores entrevistados ainda possuem elevada dependência destes programas para escoar a sua produção. Isso ocorre apesar do assentamento estar próximo de grandes centros consumidores e com fácil acesso logístico.

4.2. ANÁLISES DAS RELAÇÕES FIRMADAS ENTRE OS ATORES PARTICIPANTES DOS PROGRAMAS

A pesquisa empreendida também permitiu compreender as relações estabelecidas entre os assentados e a associação, bem como o papel desta como órgão representativo dos interesses de seus associados. Em relação à participação dos agricultores nos programas, identificou-se que dos 22 agricultores entrevistados, 63,6% (14) informaram que sua participação na associação se limitava à entrega dos produtos destinados ao PAA e PNAE, 27,3% (6) apontaram além de entregarem seus produtos para a comercialização, também participam de reuniões e debates promovidos pela associação, enquanto 9,1% (2) dos entrevistados disseram ter auxiliado na elaboração de projetos e assumirem cargos administrativos na AAPRI.

Por sua vez, quando questionado sobre a participação dos agricultores na associação, o gestor apontou que este é um dos problemas a serem trabalhados, pois segundo ele os agricultores pouco participam dos processos políticos e decisórios.

A pesquisa identificou que as reuniões da AAPRI ocorrem de maneira esporádica e a utilização de ferramentas de comunicação é precária, restrita, na maior parte dos casos, ao método informal “boca a boca”. Ainda, segundo os relatos, a associação se incumbe somente de assuntos relacionados à comercialização via mercados institucionais, não trabalhando outros temas de interesse da comunidade. Assim os associados não estavam motivados a participarem mais ativamente das reuniões.

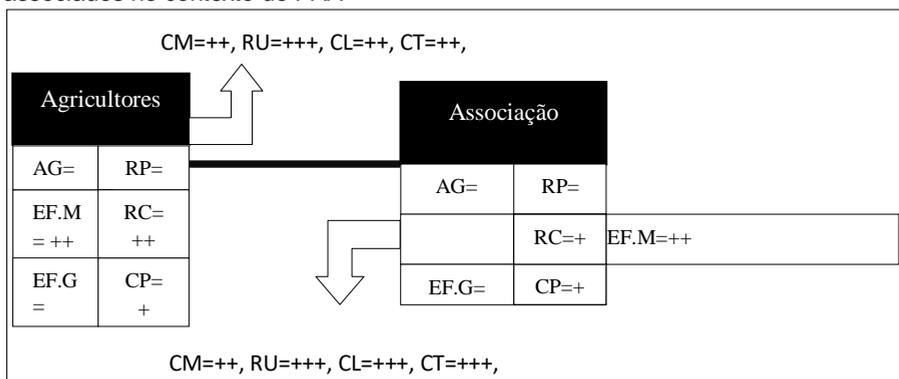
Estas informações desvelam que a AAPRI representa de forma muito limitada o interesse de seus associados, sendo considerada por significativa parte de seus associados como um mero organismo intermediador para comercializar parte de sua produção.

Ao avaliar o grau de importância da AAPRI, 50% dos entrevistados declararam a associação como sendo ótima e importante, no entanto os outros 50% atestaram a existência de problemas e dificuldades, avaliando negativamente a organização.

Quando arguidos sobre os problemas e dificuldades vivenciados em seu relacionamento com a associação, 18% (4) dos agricultores apontaram a existência de problemas vinculados à frequência de entrega dos produtos, concomitantemente ao baixo volume de produtos a serem comercializados por produtor.

Nas figuras 1 e 2 é possível observar a coesão social da relação associação x associados a partir dos indicadores selecionados por esta pesquisa, em cada um dos programas estudados.

Figura 1 – Avaliação da coesão social no PAA - Relação entre associação e associados no contexto do PAA



Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: AG= Agilidade; RP= Reputação; EF.M= Esforço para manutenção de atores; RC= Reciprocidade; EF.G= Esforço para novos ganhos; CP= Cooperação; CM= Comunicação; RU= Regras e usos; CL= Centralidade; CT= Controle; FQ= Frequência; CF= Confiança.

Direcionadores: Forte: +++; Moderado: ++; Fraco: +; Muito Fraco: -.

Na figura 1 é possível analisar que o indicador Cooperação é o que possui menor avaliação segundo opinião dos agricultores. Para eles, a AAPRI, além de pouco ter cooperado na inserção dos agricultores em outros meios de comercialização, tem atuado de forma bastante limitada em atividades de interesse coletivo, tais como: organização de eventos, cursos e palestras aos agricultores, auxílio no atendimento às necessidades da comunidade, processamento da produção e viabilização/mediação na compra de insumos.

Em alusão aos indicadores que apresentaram resultados moderados a partir da opinião dos agricultores, citam-se os indicadores de Agilidade, Reputação, Esforços para Novos Ganhos, Esforços para Manutenção dos Atores.

O indicador Agilidade demonstra que apesar da morosidade em diversos processos, tais como pagamentos e informações, a associação tem se empenhado no atendimento das necessidades e reivindicações dos agricultores. Em referência à Reputação, observou-se que a AAPRI tem cumprido de maneira moderada com o que é prometido aos associados. Quanto ao indicador Esforços para Manutenção dos Atores e Reciprocidade, identificou-se que a associação pouco tem se esforçado para atender/compreender as necessidades e demandas dos agricultores em relação ao PAA, assim como pouco tem buscado a incorporação de novos

associados ao programa, conforme resultado apresentado pelo indicador Esforços para Novos Ganhos.

Por outro lado, a percepção do gestor em relação aos associados indica uma avaliação mais positiva. De acordo com o gestor da AAPRI, os agricultores foram bem avaliados nos indicadores Agilidade, Reputação e Reciprocidade, o que evidencia que os associados estão comprometidos em constituir uma rede que atenda as demandas do PAA.

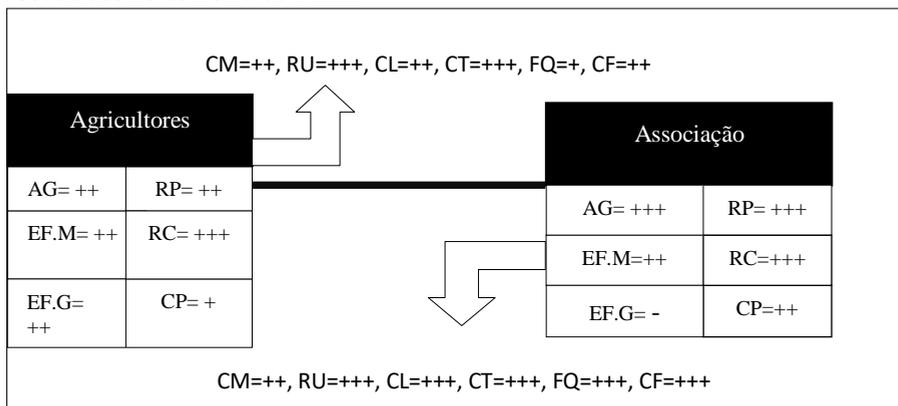
Ao que se refere à interpretação dos indicadores Cooperação e Esforços para Manutenção dos Atores e Esforço para Novos Ganhos, os resultados obtidos foram semelhantes aos apresentados na avaliação efetuada pelos agricultores acerca da associação.

No tocante aos indicadores que caracterizam a relação dos atores, observa-se que o indicador Regras e Usos é plenamente cumprido por ambos os atores. No que diz a respeito ao indicador Comunicação, tanto a associação como os agricultores apontam que o fluxo de informações pode ser ainda aprimorado.

Em relação aos indicadores Centralidade, Controle, Frequência e Confiança o gestor expressou que os agricultores atendem de forma bastante satisfatória, em contra partida os agricultores consideraram que existe espaço para melhorar a atuação da associação nessas dimensões.

A figura 2 apresenta os indicadores de coesão social da relação associação x associados da AAPRI no contexto do PNAE.

Figura 2 – Avaliação da coesão social no PNAE - Relação entre associação e associados no contexto do PNAE



Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: AG= Agilidade; RP= Reputação; EF.M= Esforço para manutenção de atores; RC= Reciprocidade; EF.G= Esforço para novos ganhos; CP= Cooperação; CM= Comunicação; RU= Regras e usos; CL= Centralidade; CT= Controle; FQ= Frequência; CF= Confiança.

Direcionadores: Forte: +++; Moderado: ++; Fraco: +; Muito Fraco: -.

As avaliações das relações firmadas no âmbito do PNAE se diferenciam das realizadas no âmbito do PAA em alguns pontos.

O indicador Reciprocidade, elaborado a partir das opiniões dos agricultores, foi bem avaliado, pois os agricultores expressaram que a associação se esforça em compreender as necessidades e demandas dos associados. O mesmo aconteceu com o indicador Controle, visto que os agricultores apontaram ter um maior domínio sobre a organização da produção destinada ao PNAE e sobre as regras do programa.

Por outro lado, o indicador Frequência apresentou uma avaliação fraca por parte dos agricultores, justificada pela maior demora da firmação dos contratos em relação aos convênios estabelecidos no PAA.

Na observação do indicador Esforços para Novos Ganhos, conforme parecer do gestor da Associação, este foi avaliado como muito fraco. Esse resultado expressa a dificuldade dos agricultores de inovarem na busca de Novos Ganhos, como por exemplo, produzirem de forma agroecológica/orgânica ou “agroindustrializarem” parte de sua produção.

Os demais indicadores avaliados no PNAE expressaram resultados semelhantes ao PAA, tendo por justificativa as mesmas discussões apresentadas anteriormente.

5. CONCLUSÃO

Partindo das análises efetuadas com as informações levantadas no decorrer desta pesquisa foi possível verificar que o PAA e o PNAE são importantes programas de fomento à inclusão produtiva de beneficiários de programas de reforma agrária.

Sabendo-se que ambos os programas possuem como intuito a promoção da segurança alimentar e nutricional, na rede estabelecida a partir da AAPRI esse objetivo vem sendo atingido de forma satisfatória junto aos agricultores. Os resultados desta pesquisa corroboram dados de outro trabalho anteriormente realizado no assentamento 23 de Maio, o qual demonstrou que, a partir do acesso a tais programas, houve a diversificação da produção, consumo dos produtos locais e conseqüentemente uma maior autonomia dos agricultores em relação ao mercado externo para aquisição de gêneros alimentícios (CAMARGO et al., 2013).

Por outro lado, apesar da incontestável relevância destes programas, os dados sistematizados por este estudo de caso apontam que somente estes programas têm sido insuficientes para promover a construção de sistemas agroalimentares com maior grau de complexidade, visto que as entrevistas evidenciaram que os programas são o principal (muitas vezes o único) meio de escoamento da produção para grande parte dos agricultores. A AAPRI, atualmente, tem atuado quase que exclusivamente como um intermediário para o acesso a mercados institucionais, não apoiando o acesso a outros mercados, nem promovendo processos de industrialização da produção com vistas a agregar valor.

A pesquisa de campo evidenciou que os programas ora estudados incentivaram a constituição da AAPRI, que além de intermediar a comercialização para mercados institucionais, foi um importante ator no passado para consecução de benfeitorias de uso coletivo (como barracão e climatizador de bananas) e na implementação de projetos voltados à recuperação de áreas de preservação permanente. Mas também desvelou que os agricultores pouco têm participado dos processos decisórios da associação, bem como que a AAPRI não tem atuado no planejamento da produção, nem buscado compreender outras demandas dos seus associados para além da comercialização via mercados institucionais.

A análise da relação entre os atores (agricultores e associação) demonstrou que a associação tem falhado nos processos de comunicação com seus associados, visto que os agricultores pouco têm se apropriado dos objetivos e processos de funcionamento dos programas. Fato que propicia desconfianças e desinteresse por parte dos agricultores, fazendo com que estes atores pouco contribuam com os processos políticos e decisórios acerca do PAA e PNAE.

Os indicadores de coesão social demonstraram que ainda existem pontos que devem ser aprimorados com o objetivo de melhorar a efetividade dos programas

em nível local. Destaca-se que os agricultores percebem que o trabalho da AAPRI tem sido insuficiente para atender às suas demandas, isto ficou evidente nos resultados dos indicadores de Cooperação, Reputação, Reciprocidade, Esforço para Novos Ganhos e Esforço para Manutenção de Atores. Por outro lado o gestor da AAPRI reclama da baixa participação dos associados e de que estes não têm interesse de apoiar à associação na busca de soluções para os seus problemas.

No que diz respeito às limitações do PAA e PNAE apontados pelos agricultores, destacam-se o preço baixo pago pelos produtos, os atrasos no pagamento e problemas logísticos. Especificamente em relação ao PNAE destacam-se também reclamações relacionadas à maior exigência na qualidade da produção.

Infere-se que para uma melhor efetividade dos programas, é fundamental que estes incentivem uma melhor organização social dos agricultores familiares. O estudo de caso ora realizado demonstra que isto é muito difícil de ocorrer sem o apoio de outras ações como, por exemplo, o acesso aos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

Em suma a atuação da AAPRI limita-se, neste momento, a intermediar os processos de comercialização da produção do assentamento via mercados institucionais, ficando aquém de protagonizar a função de agente de desenvolvimento local, o que condiciona que o sistema agroalimentar constituído a partir do Assentamento 23 de Maio seja ainda dependente do PAA e PNAE para sua manutenção. Deste modo, reveses nestes programas provavelmente acarretarão na desestruturação da rede estabelecida.

6. REFERÊNCIAS

AGAPTO, J. P.; BORSATTO, R. S.; ESQUERDO, V. F. S. et al. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Campina do Monte Alegre, estado de São Paulo, a partir da percepção dos agricultores. **Informações Econômicas**, v. 42, n. 2, p. 13-21, mar./abr. 2012.

ALMEIDA, L. M. M. C.; FERRANTE, V. L. S. B.; PAULILLO L. F. Rede de segurança alimentar de forte coesão social, a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Araraquara-SP. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v.12, n.3, p.370-385, 2010.

ALMEIDA, L. M. M. C.; FERRANTE, V. L. S. B. Programas de segurança alimentar e agricultores familiares: a formação de rede de forte coesão social a partir do PAA no município de Araraquara-SP. In: 47 Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre/RS. **Anais...**, 2009. v. 1. p. 123-143.

ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. Scaling up agroecological approaches for food sovereignty in Latin America. **Development**, v. 51, n. 4, p. 472–480, 2008.

ALTIERI, M.; TOLEDO V.M., The Agroecological Revolution of Latin America: Rescuing Nature, Securing Food Sovereignty and Empowering Peasants. **Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 3, p. 587–612, 2011.

BACCARIN, J. G.; ALEIXO, S. E.; SILVA, D. B. P.; MENDONÇA, G. G. Alimentação escolar e assentamentos rurais: uma análise dos limites e das possibilidades da

implantação do artigo 14 da Lei 11.947/2009 no estado de São Paulo. In: V Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais. 2011. Campinas-SP, **Anais...**, Cd-rom.

BALSADI, O. V. Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar: os primeiros resultados obtidos em 2003. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 34, n. 5, p. 35-46, maio 2004.

BECKER, C.; ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. Políticas públicas estruturantes e segurança alimentar: o caso do PAA. In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre, **Anais...**, 2009.

BECKER, C.; ANJOS, F. S. São os mercados institucionais da agricultura familiar um instrumento para o desenvolvimento rural? Estudo de caso em municípios do sul do Brasil. **Revista da Faculdade de Agronomia**, v. 114, p.143-152. 2015.

BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 12, n. 1, p. 12-20, jan./jun. 2003.

BRASIL. **Lei 11.947 de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm>. Acesso em: 30 abr. 2016.

CAMARGO, E. A. O. M.; GOMES, R. R. S.; MEIRA, B. C. et al. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como instrumento de fortalecimento de assentamentos rurais: o caso do Assentamento 23 de Maio, Itapetininga, Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, v. 43, p. 18-28, 2013.

CONTI, I. L.; BAZOTTI, A.; RADOMSKY, G. F. W. Agricultura Familiar e segurança alimentar e nutricional: um estudo sobre a relação produção–consumo nos municípios de Toledo (PR) e Contagem (MG). **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 22, n. 1, jan./mar. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/11935>> Acesso em: 20 maio 2017.

DIAS, T. F.; NUNES, E. M.; TORRES, F. L. et al. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) como estratégia de inserção socioeconômica: o caso do Território da Cidadania Sertão do Apodi (RN). **G&DR**. v. 9, n. 3, p. 100-129, 2013.

ESQUERDO, V.F.S.; BERGAMASCO, S.M.P.P.; Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios de Circuito das Frutas (SP). **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Piracicaba-SP, v. 52, n. S1, 2014.

FELTRACO, S. L. **Relatório contendo resultados de aplicação dos recursos do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, no quadriênio 2006/2009 em suas**

diversas modalidades, regiões, estados e beneficiários com a fonte de recursos do MDA. Maio, 2010.

FORNAZIER, A. **Inserção de produtores rurais familiares de regiões com baixa dinâmica econômica para o mercado da alimentação escolar.** 2014. 179 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

FUSCALDI, K. C. Políticas de apoio à agricultura familiar: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. **Sociedade e desenvolvimento rural**, v. 4, n. 1, jun. 2010.

GOMES, A.; BASTOS, F. Limites e possibilidades da inserção da agricultura familiar no PAA em Pernambuco. **Sociedade e desenvolvimento rural**. v.1, n.1, 2007.

GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; MATTEI, L. F. et al. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Agriculturas**, v.8, n.3, set. 2011, p.34-41.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 125-146, 2014. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600007>>. Acesso em: 23 maio de 2017.

GUANZIROLI, C.E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 45, n. 2, jun. 2007.

HESPANHOL, R. A. M. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia/MG, v. 25, n. 3, p. 469-483, dez. 2013.

HESPANHOL, R.M. O programa de aquisição de alimentos (PAA) na região de Dracena (SP). In: Congresso SOBER, 47, 2009, Porto Alegre/RS, **Anais...** Brasília: SOBER, 2009.

MOSELEY, W. G.; CARNEY, J.; BECKER, L. Neoliberal policy, rural livelihoods, and urban food security in West Africa: a comparative study of The Gambia, Côte d'Ivoire, and Mali. **Proceedings of the National Academy Science of USA**, v. 107, n. 13, p. 5774-5779, 2010.

MOTA, D. M. et al. As catadoras de mangaba no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: um estudo de caso em Sergipe. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, n. 3, p. 449-470, set. 2014.

PAULILLO, L. F. **Entraves para políticas locais de segurança alimentar:** uma análise comparativa da eficácia e aplicabilidade dos programas e redes de inclusão criadas em municípios paulistas. São Carlos (SP): UFSCar, 2006. Projeto de

pesquisa apresentado ao Programa de Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

PAULILLO, L. F.; ALMEIDA, L. M.; SILVA, V. et al. Eficácia e coesão social do Projeto Viva Leite: uma avaliação da rede de segurança alimentar na região da Grande São Paulo. **Rev. de Economia Agrícola**, v. 56, n. 2, p. 61-76, 2009.

PAULILLO, L. F.; ALVES, F. **Reestruturação agroindustrial- políticas públicas e segurança alimentar regional**. São Carlos: EDUFCA, 2002.

PROCOPIO, F. C.; OLIVEIRA, J. T. A.; BORSATTO, R. S.; As dificuldades para a participação de assentamentos rurais no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): o caso de Itapeva-SP. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara-SP, v.18, n.1, 2015.

ROCHA, J. H.; ANJOS, F. S. A sociologia econômica e os mercados protegidos: um arcabouço teórico e analítico para o Programa de Aquisição de Alimentos. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 20, n. 2, p. 30-61, mai./ago. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/8325>>. Acesso em: 20 maio 2017.

SCHEUER, J. M.; NEVES, S. M. A.; MOURA, A. P.; NEVES, R. J. Aspectos Socioeconômicos dos Agricultores Familiares da Associação dos Pequenos Produtores da Região do Alto Sant'ana, Mato Grosso. **G&DR**, v. 12, n. 1, 2016.

SCHNEIDER, S.; CARVALHO, A.; GOMES, A.; SOUZA, M.; LUNARDI, R. **Projeto de Pesquisa IPODE** - "Sementes e Brotos" da transição: inovação poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil. Desenvolvido pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SIQUEIRA, H. M.; LACERDA, M. G. F.; RODRIGUES, R. et al. Comercialização solidária da produção familiar de alimentos em Alegre - ES. **Extensão Rural**, Santa Maria, v.21, n.3, p.98-118, set./dez. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/8336/pdf>>. Acesso em: 20 maio 2017.

SOLER, M. M. **El contexto socioeconómico de la agricultura ecológica**: la evolución de los sistemas agroalimentarios. Master en Agroecología: un enfoque sustentable de la agricultura Ecológica. Universidad Internacional de Andalucía/Universidad de Córdoba, 2009.

TAKAGI, M. **A implantação da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: seus limites e desafios**. Tese (Doutorado em Economia) - Unicamp/ IE. Campinas, SP, 2006.

TRICHES, R. M.; GRISA, C. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos Programas de Aquisição de Alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 52, 2014, Goiânia. **Anais...** Goiânia (GO): SOBER, 2014.

TRICHES, R.M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 4, 2010.

UZZI, B. Social structure and competition in interfirm networks. **European Journal of Political Research**, v. 22, p. 29-52, 1997.

VILLAR, B. S. et al. Situação dos municípios do estado de São Paulo com relação à compra direta de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v.16, n.1, p.223-226, mar. 2013.

VINHA, J.F.S.C.; SCHIAVINATTO, M. Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Revista NERA**. v.18, n.26, p.183-203, 2015.

WITTMAN, H. Reworking the metabolic rift: la via campesina, agrarian citizenship, and food sovereignty. **Journal of Peasant Studies**, v. 36, n.4, p. 805–826, 2009.

NORMAS PARA PREPARAÇÃO DE TRABALHOS PARA PUBLICAÇÃO NA EXTENSÃO RURAL

FOCO E ESCOPO

O periódico **Extensão Rural** é uma publicação científica do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural do Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria destinada à publicação de trabalhos inéditos, na forma de artigos científicos e revisões bibliográficas, relacionados às áreas de extensão rural, administração rural, desenvolvimento rural, economia rural e sociologia rural. São publicados textos em português, espanhol ou inglês.

Os manuscritos devem ser enviados pelo site da revista: (<http://periodicos.ufsm.br/extensaorural/>), necessitando para isso que o autor se cadastre e obtenha seu login de acesso. A submissão deve obedecer aos passos descritos em “iniciar nova submissão”.

Momentaneamente o periódico Extensão Rural não cobra taxas de tramitação e de publicação.

EDIÇÃO DAS SUBMISSÕES

Os trabalhos devem ser encaminhados via eletrônica no site da revista, seguindo as orientações disponíveis.

Nas abas “sobre a revista > submissões” existe um tutorial em formato PDF para auxiliar os autores nas primeiras submissões.

O arquivo precisa estar na forma de editor de texto, com extensão “.doc” ou “.docx”, com o nome dos autores excluídos do arquivo, inclusos apenas nos metadados da submissão.

CONFIGURAÇÃO DE PÁGINAS

O trabalho deverá ser digitado em página tamanho personalizado, com dimensões de 17 x 24 cm com fonte Arial 9 pt, espaçamento simples, com margens normal com largura interna 2,5 cm, externa 2,5 cm, inferior e superior 2,5 cm.

As figuras, os quadros e as tabelas devem ser apresentados no corpo do texto, digitadas preferencialmente na mesma fonte do texto, ou com tamanho menor, se necessário. Esses elementos não poderão ultrapassar as margens e também não poderão ser apresentados em orientação “paisagem”.

As figuras devem ser editadas em preto e branco, ou em tons de cinza, quando se tratarem de gráficos ou imagens. As tabelas não devem apresentar formatação especial.

ESTRUTURAS RECOMENDADAS

Recomenda-se que os artigos científicos contenham os seguintes tópicos, nesta ordem: título em português, resumo, palavras-chave, título em inglês, *abstract(ou resumen)*, *keywords(ou palabras clave)*, introdução ou justificativa ou referencial teórico, métodos, resultados e discussão, conclusões ou considerações finais, referências bibliográficas. Ao final da introdução ou da justificativa o objetivo do trabalho precisa estar escrito de forma clara, mas sem destaque em negrito ou itálico.

Agradecimentos e pareceres dos comitês de ética e biossegurança (quando pertinentes) deverão estar presentes depois das conclusões e antes das referências.

Para as revisões bibliográficas se recomenda os seguintes tópicos, nesta ordem: título em português, resumo, palavras-chave, título em inglês, *abstract*, *keywords*, introdução ou justificativa, desenvolvimento ou revisão bibliográfica, considerações finais, referências bibliográficas e agradecimentos (quando pertinentes).

TÍTULOS

Os títulos nos dois idiomas do artigo devem ser digitados em caixa alta, em negrito e centralizados, com até 20 palavras cada. Se a pesquisa for financiada, deve-se apresentar nota de rodapé com a referência à instituição provedora dos recursos.

AUTORES

A Extensão Rural aceita até cinco autores, que devem ser incluídos nos metadados. Não use abreviaturas de prenomes ou sobrenomes.

RESUMOS, RESUMEN E ABSTRACTS

O trabalho deve conter um resumo em português, mais um abstract em inglês. Se o trabalho for em espanhol, deve conter um *resumen* inicial mais um resumo em português e, se o trabalho for em inglês, deve conter um *abstract* mais um resumo em português.

Estas estruturas devem ter no máximo 1.200 caracteres, contendo o problema de pesquisa, o objetivo do trabalho, algumas informações sobre o método (em caso de artigos científicos), os resultados mais relevantes e as conclusões mais significativas.

As traduções dos resumos devem ser feitas por pessoa habilitada, com conhecimento do idioma. Evite traduções literais ou o auxílio de *softwares*.

Devem ser seguidos por palavras-chave (*keywords* ou *palabras clave*), escritas em ordem alfabética, não contidas nos títulos, em número de até cinco.

MÉTODO

O método deve ser descrito de forma sucinta, clara e informativa. Os métodos estatísticos, quando usados, precisam ser descritos e devidamente justificada a sua escolha.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados devem embasar as discussões do artigo e estar embasados na literatura já existente, quando pertinente, devidamente citada e referenciada. Evite discussão de resultados irrelevantes e mantenha o seu foco nos objetivos do trabalho.

CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

É facultado aos autores escolherem entre conclusões ou considerações finais. Porém são proposições diferentes. As conclusões devem ser diretas,

objetivas e atender aos propósitos iniciais (objetivos) do trabalho. Não devem ser a reapresentação dos resultados. As considerações finais podem ser mais extensas que as conclusões e podem recomendar novas pesquisas naquele campo de estudo. Não precisam ser tão finalísticas como as conclusões e são recomendadas para pesquisas que requerem interpretações em continuidade.

ORIENTAÇÕES GERAIS DE GRAFIAS

Os autores possuem padrões de grafia distintos e, lamentavelmente, alguns artigos precisam ser devolvidos aos autores por falta de adequações de grafia, conforme as orientações técnicas da língua portuguesa, inglesa e espanhola. Assim, são relembradas algumas normas e orientações nesse sentido:

- Evite o uso demorado de abreviaturas, exceto quando se repetirem muitas vezes no texto. Nesse caso, cite na primeira vez que usá-la o seu significado;
- Evite usar números arábicos com mais de uma palavra no texto, exceto quando seguidos de unidades de medida. Exemplos:

Prefira

... três agentes foram...
 ... quarenta produtores foram...
 ... 21 agentes foram...
 ... colheu 3 kg de peras...
 ...corresponde a 2,3 m...

Evite

... 3 agentes foram...
 ... 40 produtores foram...
 ... vinte e um agentes foram...
 ... colheu três quilos de peras...
 ... corresponde a 2,3 metros...

- Cuide a padronização das unidades de medida. Geralmente são em letra minúscula, no singular, sem ponto e escritas com um espaço entre o número e a unidade (correto 4 g e não 4g, 4 gs ou 4 gs.), exceto para percentagem (correto 1,1% e não 1,1 %). Outros exemplos:

Unidade

Quilograma
 Metro
 Litro
 Hectare
 Tonelada
 Rotações por minuto

Certo

kg
 m
 l
 ha
 t
 rpm

Errado

Kg; Kgs.; KG; quilos
 M; mt; Mt
 L; lt; Lt
 Ha; Hec; H; h
 T; Ton; ton
 RPM; Rpm; r.p.m.

- Lembre-se que na língua portuguesa e espanhola as casas decimais são separadas por vírgulas e na língua inglesa por ponto. Exemplos: o a colheita foi de 5,1%; *lacosechafué de 5,1%*; *theharvestwas 5.1%*.

TÓPICOS

Os tópicos devem ser digitados em caixa alta, negrito e alinhados a esquerda. Devem ser precedidos e seguidos de um espaço vertical. Subtítulos dentro dos tópicos devem ser evitados, exceto quando forem imprescindíveis à redação e organização dos temas, (neste caso use caixa alta e alinhado a esquerda).

Os tópicos dos artigos devem ser numerados. Recomenda-se a numeração em revisões que possuam mais de quatro assuntos distintos na discussão. Nesse caso devem ser usadas numerações conforme o exemplo abaixo:

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1. A REGIÃO DE IBITINGA

Estudos realizados na região estudada mostram que...

3.2. OS HORTIGRANJEIROS E A AGRICULTURA FAMILIAR

Alguns autores mostram que os hortigranjeiros...

Descrever o título em português e inglês (caso o artigo seja em português) ou inglês e português (caso o artigo seja em inglês) ou espanhol e português (caso o artigo seja em espanhol). O título deverá ser digitado em caixa alta, com negrito e centralizado. Evitar nomes científicos e abreviaturas no título, exceto siglas que indicam os estados brasileiros.

Use até cinco palavras-chave / keywords, escritas em ordem alfabética e que não constem no título.

CITAÇÕES

As citações dos autores, no texto, deverão ser feitas seguindo as normas da ABNT (NBR 6023/2000). Alguns exemplos são mostrados a seguir:

Citações indiretas (transcritas)

a) Devem ser feitas com caixa baixa se forem no corpo do texto.

Exemplo um autor: ... os resultados obtidos por Silva (2006) mostram...; Exemplo dois autores: ... os resultados obtidos por Silva e Nogueira (2006) mostram...; Exemplo mais de dois autores: ... os resultados obtidos por Silva et al. (2006) mostram...;

b) Devem ser feitas com caixa alta se forem no final do texto.

Exemplo um autor: ... independente da unidade de produção (SILVA, 2006).; Exemplo dois autores: ... independente da unidade de produção (SILVA; NOGUEIRA, 2006).; Exemplo três autores: ... independente da unidade de produção (SILVA; NOGUEIRA; SOUZA, 2006).; Exemplo mais de três autores: ... independente da unidade de produção (SILVA et al., 2006).;

Citações diretas

Conforme norma da ABNT, se ultrapassarem quatro linhas, devem ser recuadas a 4 cm da margem em fonte menor (Arial 8 pt), destacadas por um espaço vertical anterior e outro posterior à citação. Exemplo:

...porque aí a gente “tava” no dia de campo de São Bento e aí foi onde nós tivemos mais certeza do jeito certo de fazer a horta. Depois disso os agricultores aqui de Vila Joana começaram a plantar, conforme aprenderam no dia de campo.(agricultor da Família Silva).

Citações diretas com menos de quatro linhas, devem ser apresentadas no corpo do texto, entre aspas, seguido da citação. Exemplo: “...os dias de campo de

São Bento ensinaram os agricultores de Vila Joana a plantar corretamente (MENDES, 2006)".

REFERÊNCIAS

As referências bibliográficas também devem ser efetuadas no estilo ABNT (NBR 6023/2000). A seguir são mostrados alguns exemplos. As dúvidas não contempladas nas situações abaixo podem ser sanadas acessando o link <http://w3.ufsm.br/biblioteca/> clicando sobre o botão MDT.

b.1. Citação de livro:

SARMENTO, P.B. **A citação exemplar de livro com um autor**. Santa Maria: Editora Exemplo, 1999.

OLIVEIRA, F.G.; SARMENTO, P.B. **A citação exemplar de livro com dois ou mais autores**. Santa Maria: Editora Exemplo, 1999.

b.2. Capítulo de livro:

PRESTES, H.N. A citação de um capítulo de livro. In: OLIVEIRA, F.G.; SARMENTO, P.B. **A citação exemplar de livro com dois ou mais autores**. Santa Maria: Editora Exemplo, 1999.

b.3. Artigos publicados em periódicos:

OLIVEIRA, F.G.; SARMENTO, P.B. A citação de artigos publicados em periódicos. **Extensão Rural**, v.19, n.1, p.23-34, 2012.

b.4. Trabalhos publicados em anais:

GRAÇA, M.R. et al. Citação de artigos publicados em anais com mais de três autores. In: JORNADA DE PESQUISA DA UFSM, 1., 1992, Santa Maria, RS. **Anais...** Santa Maria : Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, 1992. p.236.

b.5. Teses ou dissertações:

PEREIRA, M.C. **Exemplo de citação de tese ou dissertação**. 2011. 132f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria.

b.6. Boletim:

ROSA, G.I. **O cultivo de hortigranjeiros**. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1992. 20p. (Boletim Técnico, 12).

b.7. Documentos eletrônicos:

MOURA, O.M. **Desenvolvimento rural na região da Quarta Colônia**. Disponível em: <http://www.exemplos.net.br>. Acessado em 20 ago. 2012.

FIGURAS

Os desenhos, gráficos, esquemas e fotografias devem ser nominados como figuras e terão o número de ordem em algarismos arábicos, com apresentação logo após a primeira citação no texto. Devem ser apresentadas com título inferior, em negrito, centralizado (até uma linha) ou justificado à esquerda (mais de uma linha), conforme o exemplo:

Figura 1 – Capa alongada da revista em tons de cinza.



Fonte: Autor (2016)

As figuras devem ser feitas em editor gráfico sempre em qualidade máxima.

TABELAS E QUADROS

É imprescindível que todas as tabelas e quadros sejam digitados segundo menu do Microsoft® Word “Inserir Tabela”, em células distintas (não serão aceitas tabelas com valores separados pelo recurso ENTER ou coladas como figura). Tabelas e quadros enviados fora de normas serão devolvidas para adequação.

Devem ser numeradas sequencialmente em algarismos arábicos, com numeração independente entre figuras, quadros e tabelas e apresentadas logo após a chamada no texto. Prefira títulos curtos e informativos, evitando a descrição das variáveis constantes no corpo da tabela ou quadro.

Quadros não-originais devem conter, após o título, a fonte de onde foram extraídas, que deve ser referenciada.

As unidades, a fonte (Arial 9 pt) e o corpo das letras em todas as figuras devem ser padronizados.

Quadros e tabelas não devem exceder uma lauda. Não deverão ter texto em fonte destacada com negrito ou sublinhado, exceto a primeira linha e o título. Este deverá ser em negrito, com formatação idêntica ao título das figuras, porém com localização acima da tabela ou quadro, centralizado (até uma linha) ou justificado à esquerda (mais de uma linha), conforme o exemplo:

Tabela 1 – Exemplo de tabela a ser usado na revista Extensão Rural.

Item	Tabela	Quadro
Bordas laterais	Abertas	Fechadas
Dados	Preferencialmente da pesquisa	Preferencialmente da revisão
Conteúdo	Números	Texto
Rodapé*	Fonte arial8 pt	Geralmente não há
Bordas internas	Não há	Há
Alinhamento	Números alinhados à direita	Texto alinhado à esquerda, sem justificar/hifenizar
Exemplos	12,3 4,5 6.789,1 123,0	O texto do quadro deve ser alinhado à esquerda sem justificar ou hifenizar

* exemplo de rodapé.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Use o tutorial e a lista de verificação (*checklist*) para auxiliá-lo. A máxima adequação às normas agiliza o trâmite de publicação dos trabalhos, facilita aos pareceristas e melhora o conceito do periódico. Dessa forma, os autores saem beneficiados com a melhora de qualificação dos seus trabalhos.

É obrigatório o cadastro de todos autores nos metadados de submissão. Não serão aceitos pedidos posteriores de inclusão de autores, visto a necessidade de analisar os autores do trabalho para eleição de pareceristas não impedidos.

Excepcionalmente, mediante consulta prévia para a Comissão Editorial outro expediente de submissão de artigo poderá ser utilizado.

Lembre-se que os conceitos e afirmações contidos nos artigos serão de inteira responsabilidade de todos os autores do trabalho.

Os artigos serão publicados em ordem de aprovação e os artigos não aprovados serão arquivados havendo, no entanto, o encaminhamento de uma justificativa pelo indeferimento.

Em caso de dúvida, consultar artigos de fascículos já publicados ou se dirija à Comissão Editorial, pelo endereço atendimento.extensao.rural@gmail.com.